



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO EM HISTÓRIA

Campus I - Prédio B3, sala 112 - Bairro São José - Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS
Fone(54) 316 8339 - Fax (54) 316 8125 - E-mail: pghis@upf.tche.br

Ivandro José Pissolo

Organização sindical: O caso Sadia Concórdia

Passo Fundo, novembro de 2006

Ivandro José Pissolo

Organização sindical: O caso Sadia Concórdia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2006

P678o Pissolo, Ivandro José

Organização sindical : o caso Sadia Concórdia / Ivandro José Pissolo. – 2006.

117 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2006.

Orientação: Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

1. Movimento trabalhista – Brasil – História. 2. Sadia Concórdia. 3. Sindicalismo. I. Tedesco, João Carlos, orientador. II. Título.

CDU: 331.105.44

Catálogo: bibliotecário Alexandre Chow – CRB 10/1681

A Marivanda, minha esposa e a Maria
Vitória, nossa filha.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Antonio e Vitalina, que sempre me apoiaram e me propiciaram escolhas que jamais considerei que pudesse tê-las, e o faziam mesmo que lhes custasse o impossível. A meu irmão Claudinei que durante o desenrolar deste trabalho abdicou de muitos momentos comigo em face de minhas ocupações e ainda me deu o prazer de conhecer o Vitor Emanuel. A minha sogra Jandira, ao Ademir e ao Lucas que entenderam minhas ausências precoces nos domingos a tarde. A minha turma de mestrandos, com os quais muito aprendi e amadureci. A meus colegas, Cristiano e Guilherme. Nossas conversas foram produtivas, embora muitas vezes parecessem estéreis. A Faculdade Concórdia – FACC, que desde o primeiro momento da adoção desta tarefa tem me compreendido. A minha esposa Marivanda que aceitou comigo o desafio do mestrado, abdicou junto comigo da calma de nossa vida para a atribulação da pesquisa e das aulas e neste ínterim me deu a Maria Vitória, nossa filha.

RESUMO

A presente pesquisa ocupa-se do estudo do tema Sindicalismo, utilizando para tal o Caso da organização dos trabalhadores na indústria Sadia S. A. unidade de Concórdia, Santa Catarina. Trata-se de um estudo de caso, portanto, algumas idéias deste campo temático foram abordadas a partir do recorte local, fato que se justifica pelo caráter regional dado ao tema. É objetivo do texto esclarecer algumas questões em torno do imaginário popular da região, como por exemplo: de onde vinha o medo das pessoas quando se falava em sindicalismo? Porque se atribui tanta importância a empresa Sadia S.A. na região? Também apresentamos críticas, análises e discussões em torno da organização sindical da referida agroindústria, tentando trazer a luz da pesquisa temas ainda não abordados na região, no que se refere as ingerências da empresa, de outros sindicatos e dos próprios operários na organização e na história do Sindicato da Indústria Alimentícia de Concórdia – Sintrial. O texto apresenta, embora de forma panorâmica, autores “clássicos” nacionais do tema Sindicalismo, não com o objetivo de reestudá-los, mas de tomá-los como norteadores do debate. Nos dedicamos a uma análise em torno da empresa Sadia, seu surgimento e estabelecimento no mercado local, nacional e internacional a fim de discutir as alterações que a empresa promove no mercado de trabalho local ou, por sua vez, as mutações que são impostas a organização em questão pelo cenário produtivo e que se refletem ao local em que se insere.

Palavras-chave: Sindicalismo, Sadia, Organização, Trabalho.

ABSTRACT

This research studies the theme of syndicalism, dealing with the case of workers organization in the Sadia S. A. industry, Concórdia Unit, Santa Catarina. It's the study of a case, so, some ideas of this thematic field were approached from the local profile, a justifiable fact considering the regional character of this work. The aim of this text is to clear up some questions around the region's popular imaginary, as for example: where from comes the people's fear when talking about unionism? Why do people think Sadia is so important in the region? We show criticism, analysis and discussions on the labor-union organization of this industry, trying to bring light to themes not yet discussed in the region. This work also deals with the interference of the industry, other unions and from the own workers in the organization and in the history of the Sindicato da Indústria Alimentícia de Concórdia – Sintrial (Concórdia's Union of Food Industry). The text discusses, even though from a panoramic point of view, the "classical" national authors who write about the Unionism, not intending to re-study its history, but considering them as debate guides. Us dedicated to an analysis of the Sadia company, its appearance and establishment in the local, national and international market, so that we can show, even if only as a background, the changes that the company promotes in the local work market or, in its turn, the mutations which are imposed by the productive scenario to the organization, once the organization reflects the place where it's inserted.

Keywords: Unionism, Sadia, Organization, Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ivandro José Pissolo	1
CDU: 331.105.44	3
AGRADECIMENTOS	5
INTRODUÇÃO	12
1 O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO: DOS IMIGRANTES À CUT	19
1.1 A organização do trabalho: um pouco do século XIX	19
1.2 A tentativa do Partido Socialista e a regulamentação sindical	23
1.3 Greve Geral e agitações operárias: mobilizações e conquistas	24
Após o desfecho da Revolução Russa, ocorrida em 1917, os comunistas influenciam o movimento sindical brasileiro, disputando a hegemonia no meio operariado com os anarquistas. Por outro lado, entre 1919 e 1930, inicia-se no Brasil um movimento em busca da regulamentação do mercado de trabalho, movimento este promovido pelas forças governistas, com o intuito de conter as agitações operárias.	25
1.4 O Partido Comunista do Brasil	26
1.5 A Revolução de 30 e o Ministério do Trabalho	29
A descoberta da história do movimento operário pela historiografia oficial serviu, entre tantas outras coisas, para questionar a interpretação tradicional que vê a Primeira República como o auge do poder das oligarquias diante da apatia popular. Como já dissemos, e como planejaram os comunistas, com a Revolução de 30 ocorreu um reagrupamento do bloco de poder feito pelo alto e sem a participação da população ou de entidades de classes. A transição ocorrida não assumiu a identidade de “Revolução”, pois, não houve mudanças nas estruturas sociais nem em seu modo de produção e, muito menos, na ascensão de uma nova classe social.	29
1.6 A CLT, a CGT e o Estado Novo	33
Tabela 1 – Evolução do movimento Grevista no Brasil (1947 – 1954)	36
Tabela 2 – Número de Operários Brasileiros (1920 – 1960)	37
1.7 JK, Jânio e Goulart “herdeiro varguista”	40
1.8 1964 e o Governo do Golpe	42
1.9 O Novo Sindicalismo, a CUT e as CGTs	46
2 CONCÓRDIA: DOS PRIMÓRDIOS ÀS CHAMINÉS DA AGROINDÚSTRIA	53
2.1 A colonização de Queimados	53
Figura 1 – Festa de emancipação do município de Concórdia, em 1934	56
2.2 “Uma pessoa de fora”	57
Figura 2 – Atílio Fontana (no centro de chapéu) ao lado de amigos, em 1924	58
Figura 3 – Moinho Concórdia	60
2.3 A Empresa SADIA	62
2.4 Uma análise das transformações nas relações de trabalho	63
2.5 A Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria Alimentícia	68
Figura 4 – Certificado de Registro da Associação Profissional de 1977	70
Figura 5 – Documento oficial da empresa Sadia à Associação Profissional	71
2.6 O “Sindicato Pelego”	72
2.7 Enquanto isso... a integração	74
3 UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO: DO PELEGUISMO AO “ESQUERDISMO”	78
3.1 A paralisação de 86	79
Figura 6 – Panfleto distribuído pelos trabalhadores da Sadia paralisados em 8/7/86	80
Figura 7 – Ata da Assembléia dos trabalhadores paralisados, realizada no dia 8 de julho de 1986 em Concórdia – Liderança do Movimento de Paralisação	83

Parece-nos claro na fala do envolvido o temor que os funcionários tinham da empresa, até mesmo nos momentos das mais francas negociações. Ainda assim, outra conquista, fruto daquele momento, pode ser tida como importante. Segundo Maran (2005): 84

Sáímos da negociação com o direito de constituirmos a Comissão de Fábrica, que teria eleições diretas periodicamente. Esta era formada por três trabalhadores titulares e três suplentes por área, que eram a área técnica, a frigorífica e o escritório. Os membros desta Comissão de Fábrica eram tidos como estáveis. Nós formamos a primeira direção da Comissão, estáveis e com mandato temporário, até organizarmos a eleição para a direção permanente. Depois de concluído nosso mandato temporário, a Comissão foi destituída e a maioria dos seus membros foi demitida. Alguns foram demitidos no dia depois que venceu o mandato..... 84

3.2 A oposição aos “periquitos”: na contramão da história?..... 85

3.3 Novas diretrizes, novas greves: A estratégia do novo Sindicalismo chega a Concórdia91

3.4 Sindicato Cidadão..... 92

3.5 Greve de 1996..... 96

Gráfico 1 – Número de greves no Brasil (1990 – 1997)..... 101

Gráfico 2 – Número de grevistas no Brasil (1990 – 1997) (em milhares)..... 101

CONCLUSÃO 106

REFERÊNCIAS 111

LISTA DE TABELAS

Ivandro José Pissolo	1
CDU: 331.105.44	3
AGRADECIMENTOS	5
INTRODUÇÃO	12
1 O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO: DOS IMIGRANTES À CUT	19
1.1A organização do trabalho: um pouco do século XIX	19
1.2 A tentativa do Partido Socialista e a regulamentação sindical	23
1.3 Greve Geral e agitações operárias: mobilizações e conquistas	24
Após o desfecho da Revolução Russa, ocorrida em 1917, os comunistas influenciam o movimento sindical brasileiro, disputando a hegemonia no meio operariado com os anarquistas. Por outro lado, entre 1919 e 1930, inicia-se no Brasil um movimento em busca da regulamentação do mercado de trabalho, movimento este promovido pelas forças governistas, com o intuito de conter as agitações operárias.	25
1.4 O Partido Comunista do Brasil	26
1.5 A Revolução de 30 e o Ministério do Trabalho	29
A descoberta da história do movimento operário pela historiografia oficial serviu, entre tantas outras coisas, para questionar a interpretação tradicional que vê a Primeira República como o auge do poder das oligarquias diante da apatia popular. Como já dissemos, e como planejaram os comunistas, com a Revolução de 30 ocorreu um reagrupamento do bloco de poder feito pelo alto e sem a participação da população ou de entidades de classes. A transição ocorrida não assumiu a identidade de “Revolução”, pois, não houve mudanças nas estruturas sociais nem em seu modo de produção e, muito menos, na ascensão de uma nova classe social.	29
1.6 A CLT, a CGT e o Estado Novo	33
Tabela 1 – Evolução do movimento Grevista no Brasil (1947 – 1954)	36
Tabela 2 – Número de Operários Brasileiros (1920 – 1960)	37
1.7 JK, Jânio e Goulart “herdeiro varguista”	40
1.8 1964 e o Governo do Golpe	42
1.9 O Novo Sindicalismo, a CUT e as CGTs	46
2 CONCÓRDIA: DOS PRIMÓRDIOS ÀS CHAMINÉS DA AGROINDÚSTRIA	53
2.1 A colonização de Queimados	53
Figura 1 – Festa de emancipação do município de Concórdia, em 1934	56
2.2 “Uma pessoa de fora”	57
Figura 2 – Atílio Fontana (no centro de chapéu) ao lado de amigos, em 1924	58
Figura 3 – Moinho Concórdia	60
2.3 A Empresa SADIA	62
2.4 Uma análise das transformações nas relações de trabalho	63
2.5 A Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria Alimentícia	68
Figura 4 – Certificado de Registro da Associação Profissional de 1977	70
Figura 5 – Documento oficial da empresa Sadia à Associação Profissional	71
2.6 O “Sindicato Pelego”	72
2.7 Enquanto isso... a integração	74
3 UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO: DO PELEGUISMO AO “ESQUERDISMO”	78
3.1 A paralisação de 86	79
Figura 6 – Panfleto distribuído pelos trabalhadores da Sadia paralisados em 8/7/86	80
Figura 7 – Ata da Assembléia dos trabalhadores paralisados, realizada no dia 8 de julho de 1986 em Concórdia – Liderança do Movimento de Paralisação	83

Parece-nos claro na fala do envolvido o temor que os funcionários tinham da empresa, até mesmo nos momentos das mais francas negociações. Ainda assim, outra conquista, fruto daquele momento, pode ser tida como importante. Segundo Maran (2005): 84

Sáímos da negociação com o direito de constituirmos a Comissão de Fábrica, que teria eleições diretas periodicamente. Esta era formada por três trabalhadores titulares e três suplentes por área, que eram a área técnica, a frigorífica e o escritório. Os membros desta Comissão de Fábrica eram tidos como estáveis. Nós formamos a primeira direção da Comissão, estáveis e com mandato temporário, até organizarmos a eleição para a direção permanente. Depois de concluído nosso mandato temporário, a Comissão foi destituída e a maioria dos seus membros foi demitida. Alguns foram demitidos no dia depois que venceu o mandato..... 84

3.2 A oposição aos “periquitos”: na contramão da história?..... 85

3.3 Novas diretrizes, novas greves: A estratégia do novo Sindicalismo chega a Concórdia91

3.4 Sindicato Cidadão..... 92

3.5 Greve de 1996..... 96

Gráfico 1 – Número de greves no Brasil (1990 – 1997)..... 101

Gráfico 2 – Número de grevistas no Brasil (1990 – 1997) (em milhares)..... 101

CONCLUSÃO 106

REFERÊNCIAS 111

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – 5: Ato Institucional número 5.

ANAMPOS: Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical.

ANL: Aliança Nacional Libertadora.

CGT: Confederação Geral dos Trabalhadores.

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLAT: Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora

CUT: Central Única dos Trabalhadores.

ENOS: Encontro das Oposições Sindicais.

ENTOES: Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição a Estrutura Sindical.

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

FMI: Fundo Monetário Internacional.

JK: Juscelino Kubitschek .

MR – 8: Movimento Revolucionário 8 de outubro.

MUT: Movimento Unificador dos Trabalhadores.

PC do B: Partido Comunista do Brasil.

PCB: Partido Comunista Brasileiro.

PT: Partido dos Trabalhadores.

PTN: Partido Trabalhista Nacional.

SINTRIAL: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carne e Derivados, Rações Balanceadas de Concórdia.

UDN: União Democrática Nacional.

US: Unidade Sindical.

SUMÁRIO

Ivandro José Pissolo	1
CDU: 331.105.44	3
AGRADECIMENTOS	5
INTRODUÇÃO	12
1 O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO: DOS IMIGRANTES À CUT	19
1.1 A organização do trabalho: um pouco do século XIX	19
1.2 A tentativa do Partido Socialista e a regulamentação sindical	23
1.3 Greve Geral e agitações operárias: mobilizações e conquistas	24
Após o desfecho da Revolução Russa, ocorrida em 1917, os comunistas influenciam o movimento sindical brasileiro, disputando a hegemonia no meio operariado com os anarquistas. Por outro lado, entre 1919 e 1930, inicia-se no Brasil um movimento em busca da regulamentação do mercado de trabalho, movimento este promovido pelas forças governistas, com o intuito de conter as agitações operárias.	25
1.4 O Partido Comunista do Brasil	26
1.5 A Revolução de 30 e o Ministério do Trabalho	29
A descoberta da história do movimento operário pela historiografia oficial serviu, entre tantas outras coisas, para questionar a interpretação tradicional que vê a Primeira República como o auge do poder das oligarquias diante da apatia popular. Como já dissemos, e como planejaram os comunistas, com a Revolução de 30 ocorreu um reagrupamento do bloco de poder feito pelo alto e sem a participação da população ou de entidades de classes. A transição ocorrida não assumiu a identidade de “Revolução”, pois, não houve mudanças nas estruturas sociais nem em seu modo de produção e, muito menos, na ascensão de uma nova classe social.	29
1.6 A CLT, a CGT e o Estado Novo	33
Tabela 1 – Evolução do movimento Grevista no Brasil (1947 – 1954)	36
Tabela 2 – Número de Operários Brasileiros (1920 – 1960)	37
1.7 JK, Jânio e Goulart “herdeiro varguista”	40
1.8 1964 e o Governo do Golpe	42
1.9 O Novo Sindicalismo, a CUT e as CGTs	46
2 CONCÓRDIA: DOS PRIMÓRDIOS ÀS CHAMINÉS DA AGROINDÚSTRIA	53
2.1 A colonização de Queimados	53
Figura 1 – Festa de emancipação do município de Concórdia, em 1934	56
2.2 “Uma pessoa de fora”	57
Figura 2 – Atílio Fontana (no centro de chapéu) ao lado de amigos, em 1924	58
Figura 3 – Moinho Concórdia	60
2.3 A Empresa SADIA	62
2.4 Uma análise das transformações nas relações de trabalho	63
2.5 A Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria Alimentícia	68
Figura 4 – Certificado de Registro da Associação Profissional de 1977	70
Figura 5 – Documento oficial da empresa Sadia à Associação Profissional	71
2.6 O “Sindicato Pelego”	72
2.7 Enquanto isso... a integração	74
3 UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO: DO PELEGUISMO AO “ESQUERDISMO”	78
3.1 A paralisação de 86	79
Figura 6 – Panfleto distribuído pelos trabalhadores da Sadia paralisados em 8/7/86	80

<u>Figura 7 – Ata da Assembléia dos trabalhadores paralisados, realizada no dia 8 de julho de 1986 em Concórdia – Liderança do Movimento de Paralisação.....</u>	<u>83</u>
<u>Parece-nos claro na fala do envolvido o temor que os funcionários tinham da empresa, até mesmo nos momentos das mais francas negociações. Ainda assim, outra conquista, fruto daquele momento, pode ser tida como importante. Segundo Maran (2005):</u>	<u>84</u>
<u>Sáimos da negociação com o direito de constituirmos a Comissão de Fábrica, que teria eleições diretas periodicamente. Esta era formada por três trabalhadores titulares e três suplentes por área, que eram a área técnica, a frigorífica e o escritório. Os membros desta Comissão de Fábrica eram tidos como estáveis. Nós formamos a primeira direção da Comissão, estáveis e com mandato temporário, até organizarmos a eleição para a direção permanente. Depois de concluído nosso mandato temporário, a Comissão foi destituída e a maioria dos seus membros foi demitida. Alguns foram demitidos no dia depois que venceu o mandato.....</u>	<u>84</u>
<u>3.2 A oposição aos “periquitos”: na contramão da história?.....</u>	<u>85</u>
<u>3.3 Novas diretrizes, novas greves: A estratégia do novo Sindicalismo chega a Concórdia</u>	<u>91</u>
<u>3.4 Sindicato Cidadão.....</u>	<u>92</u>
<u>3.5 Greve de 1996.....</u>	<u>96</u>
<u>Gráfico 1 – Número de greves no Brasil (1990 – 1997).....</u>	<u>101</u>
<u>Gráfico 2 – Número de grevistas no Brasil (1990 – 1997) (em milhares).....</u>	<u>101</u>
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>106</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>111</u>

INTRODUÇÃO

O campo do sindicalismo, principalmente ao tratar-se dos trabalhadores urbanos, vem, nos últimos anos, passando por processos intensos de ruptura e redefinições. Assistimos cotidianamente a alterações no horizonte das estratégias de representação, de ações, de proposições, de reivindicações e de perspectivas.

Um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX é a destruição do passado, ou melhor, a destruição dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas. É o que Hobsbawm, em sua obra *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*, caracterizou como sendo uma “presentificação” que dissolve a memória histórica. Diz ele: “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (HOBSBAWN, 1995, p. 13). Sendo assim, homens e mulheres sem consciência do passado não podem construir o futuro. Não seria isso o “fim da história”? Talvez por isso seja importante realizarmos eventos onde possamos lembrar – e discutir – o nosso passado público, revisitando a memória histórica, refletindo não apenas sobre o passado distante, mas o passado recente, da nossa geração. Mesmo para aqueles que viveram o Brasil dos últimos 20 ou 30 anos, alguns acontecimentos históricos parecem distantes, e é urgente refletirmos sobre isso, pois, como diz o ditado latino, aqueles que não compreendem o passado estão condenados a repeti-lo. Marx complementarmente: primeiro como tragédia, depois como farsa. Os últimos 20 anos de história do Brasil parecem demonstrar isso – de 1978 a 1998 – vivemos 10 anos de *tragédia* social, da “década perdida”, da luta social e política de resistência à truculência do bonapartismo militar e de construção das liberdades políticas, e 10 anos de *farsa* democrática, do estertor da “Nova República” e da nova prepotência liberal, do consenso imposto pelas elites financeiras indiferente às necessidades sociais.

Em nossa exposição iremos privilegiar alguns elementos para refletirmos sobre os eventos históricos que marcaram, no Brasil, as décadas de 1978 a 1998, e que podem caracterizar a ascensão e crise do sindicalismo no Brasil. É possível que resumamos nossa idéia central da seguinte forma: vivemos, nesse período, de 1978 a 1998, uma ascensão (e crise) do sindicalismo como movimento social e político no

país. A trajetória do sindicalismo, nesse período, insere-se em um processo histórico que se caracteriza pela crise do militarismo e pela passagem (e consolidação) da nova república liberal. Isto num cenário de crise do padrão de industrialização substitutiva, que estruturou, nos últimos 20 anos, o processo de acumulação capitalista no Brasil moderno, e que dá lugar, a partir de 1990, a uma dependência da economia brasileira ao capitalismo mundial.

O ponto de partida é 1978. É a partir daí que tivemos o ressurgimento do movimento sindical no país, que iria tornar-se a “ponta de lança” da resistência operária à superexploração da força de trabalho, um dos pilares do padrão de acumulação capitalista, instaurado a partir de 1964. Quando a classe operária do principal complexo industrial do país, o ABC paulista, insurge-se contra o arrocho salarial, ela atinge, de modo fulminante, a lógica da acumulação capitalista vigente no país. As greves dos metalúrgicos paulistas servirão de referência política para a série de movimentos grevistas do Brasil daquela época, envolvendo toda a classe trabalhadora. A partir de 1978, a classe operária entra em cena, ou para ser mais preciso, as classes assalariadas, pois o movimento social atinge de operários industriais a funcionários públicos. Todos pertencem ao mundo do trabalho, ou a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2005). Exige-se democracia política e social, denuncia-se o “modelo” de desenvolvimento capitalista no país, a superexploração da força de trabalho, a imposição de “pacotes” econômicos que implementam, principalmente a partir da “crise da dívida” em 1981, o receituário de ajuste ortodoxo do FMI, a capitulação ao capitalismo financeiro internacional que exige o pagamento da dívida externa.

O Brasil, um país importante na geopolítica do “Terceiro Mundo”, nos anos 80 estava por fora da nova ordem mundial capitalista instaurada pela globalização. O que viria a seguir, na próxima década, seria a grande sincronia histórica da ordem capitalista no Brasil com o que ocorria internacionalmente, inserindo-se, de modo dependente na mundialização do capital sob o signo das políticas neoliberais. Foi essa a função histórica dos governos neoliberais dos anos 90. Era o novo tempo da era neoliberal que daria um novo ritmo no movimento social e político no Brasil. Na verdade, instaurou-se uma descontinuidade importante. A “explosão do sindicalismo” seria seguida, com maior intensidade a partir dos anos 90, de uma crise do sindicalismo que assumiria diversas formas. O mundo do trabalho estruturado (e integrado), das indústrias e dos serviços, base do

sindicalismo de classe organizado no país, que lutou (e construiu) o “novo sindicalismo”, iria ser alvo de uma ofensiva do capital na produção. Surgiria, a partir daí, um novo (e precário) mundo do trabalho e, por que não dizer, um novo universo sindical (ALVES, 2000).

São essas alterações que dinamizam a relação capital e trabalho. É lógico que essa relação não pode ser entendida apenas no seu caráter organizativo. Uma vez que a organização de ambos se dá centrada em uma série de fatores como a expropriação, a tecnologia, a produção, o consumo, a cultura, o mercado, o cotidiano, as memórias, entre outros. Mas é no pilar da relação de apropriação e expropriação onde ocorrem os maiores embates, ou os mais claros, entre as forças capitalistas e os executores produtivos. Historicamente esta relação passou a ser conhecida como *capital versus trabalho*, embora seja possível encontrarmos controvérsias a tal denominação, é por ela que nos embasaremos.

Ao analisarmos o recorte regional que aqui será objeto de estudo, percebemos várias marcas, na relação capital e trabalho, que foram adotadas das relações que se apresentaram a nacionalmente. Embora a comunicação oficial, em muitos casos, fosse remota, o movimento sindical na cidade de Concórdia, apresenta em sua história pontos de confluência com diretrizes gerais do movimento estabelecidas nacionalmente. Algumas destas confluências são contemporâneas outras ocorrem em momentos posteriores.

O interesse no estudo do movimento sindical na indústria alimentícia de Concórdia, cidade do Estado de Santa Catarina, nasceu das observações de que o imaginário dos habitantes do município apresenta manifestações ufanistas em torno da agroindústria Sadia S. A. Não podemos de forma alguma negar sua importância econômica e social ao local, se assim não fosse, não haveria se perpetuado. Porém, pouco se fala, nas rodas de conversa, ou nas cátedras científicas, qual foi a relação criada pela agroindústria de modo a, localmente, alterar as relações de trabalho. Não que este processo seja negativo mas, sim transformador.

Para estudar tal relação é preciso encontrar um ponto de partida. Para tal, identificamos como caso passível de estudo o sindicalismo local. Assim, é pelo veio do movimento sindical na indústria de alimentação que nos propomos a desenvolver uma história possível e uma análise crítica das relações gestadas, criadas e perpetuadas no município de Concórdia. É claro que tais relações vão muito além do cenário urbano. Aliás, pode-se afirmar sem medo de errar, que as transformações se

deram antes no rural. Entretanto, o objeto central é descortinar as relações no centro urbano. Este fato que pode ser justificado frente ao dado de que, nos últimos cinquenta anos, a Empresa Sadia é a organização que mais cresce e que mais emprega no município de Concórdia.

O número de pessoas que dependem do êxito da empresa, e que moram na cidade, é muito grande. Esquecimento seria não admitir que não apenas os que são ligados a seus quadros de operários, mas também os que sobrevivem na teia de relações empresariais com a agroindústria são indiretamente dependentes do sucessor dela.

Percebemos ainda, que com o desenvolvimento das forças produtivas, originaram-se categorias de trabalhadores onde cada uma construiu sua história. Desta forma, qual é a história dos trabalhadores da indústria alimentícia do meio urbano do município de Concórdia e como se deu sua organização sindical? É, ainda, neste contexto que esta pesquisa pretende esclarecer fatos como: como era a relação entre agroindústria e seus trabalhadores? Como se organizavam as greves e os movimentos, num cenário de consolidação do sindicalismo da categoria?

Entendemos que apesar da importância dada pelos trabalhadores à sua história, ela nunca teve, em nossa região, seu real reconhecimento. As lacunas estão abertas, mas, quais os motivos? Por que não se escreveu sobre o mundo urbano do trabalho em Concórdia?

É possível percebermos que as ações de organização e de mobilização dos trabalhadores possuem ligações com teorias clássicas do pensamento científico em torno das relações entre capital e trabalho. Porém, também é uma constatação que os líderes sindicais não liam teorizações clássicas, quando muito as conheciam pela interpretação e intermediação das lideranças estaduais ou nacionais e, mais tarde, pelas interpretações das Centrais Sindicais. Sendo assim, que aspectos teóricos estavam presentes no momento da organização e no decorrer da luta sindical da categoria em questão? Que teorias o movimento lia? Ou não lia?

É impossível falarmos de sindicalismo sem nos determos na vasta bibliografia nacional. Muito se tem desvendado sobre tal tema. Para tal dedicamos nosso primeiro capítulo, buscando apresentar uma leitura, mesmo que despretensiosa, de algumas das fases mais importantes do sindicalismo nacional. Sendo assim, não nos deteremos apenas aos aspectos urbanos da história sindical, que é o centro de nosso recorte temático, uma vez que a atividade sindical no Brasil

nunca esteve disposta em desarticular o urbano do rural. Apresentaremos, então, uma abordagem, a luz de alguns dos muitos autores deste tema, que objetiva referenciar as fases da luta sindical, emplacadas no cenário nacional.

Há que se considerar que apresentar e escrever sobre um local ainda pouco explorado é uma tarefa um tanto difícil. Dedicaremos nosso segundo capítulo a tecer considerações e apresentar o recorte geográfico de nosso estudo. Dedicaremos esta parte do trabalho ao município de Concórdia, território sede da agroindústria Sadia S. A. Sabemos que nosso objeto de estudo não será a empresa, mas as ingerências – ou não – da mesma sobre o cenário das relações de trabalho na área urbana de seu município sede.

Tratar de sindicalismo pode parecer, ao olhar de muitos, preocupar-se com os coadjuvantes. No caso deste trabalho o sindicalismo ocupa o papel principal. Com isto, nosso terceiro capítulo, apresentará as relações de capital e trabalho instaladas na cidade de Concórdia, olhando pelo prisma da organização sindical dos trabalhadores na indústria alimentícia. Não pretendemos “contar” uma história que negue a industrialização, também não queremos desmoralizar as ingerências que o capital exerce sobre os operários. O objetivo deste capítulo não será desmistificar nenhuma relação, porque entendemos que não há ufanismo em torno do tema. O que há, no caso de Concórdia, é um discurso construído ao longo do tempo, pela população – e não à população – assistindo ou participando da sociedade em questão.

As fontes de pesquisa, pelo fato de pouco ter sido escrito e publicado, foram retiradas dos arquivos dos sindicatos e na sede da empresa Sadia S. A. Outro ponto explorado, enquanto fonte, foram os relatos orais de muitos que viveram e fizeram parte do processo de sindicalização dos trabalhadores da categoria em questão. Assim, fizeram parte de nossa lista de “entrevistados”, líderes sindicais dos anos de 1970 – 1990, porém, por opção nossa, entendendo ser possível tornar o relato “imparcial”, nenhum dos “entrevistados” é ou foi orgânico do movimento sindical da indústria da alimentação da cidade de Concórdia. Alguns, como é o caso de Corassa e Piccini, participaram em boa parte da história da categoria, mas como líderes de outras – Comerciantes e Agricultores, respectivamente. Outros são ex-funcionários da empresa que, pelo seu histórico, não apresentam ligações estreitas com a Sadia. Aqui se enquadram pessoas como Budant ou Vargas, que se afastaram da estrutura industrial em busca de outros nichos de mercado, ou até

mesmo, Fernandes que, desligado da empresa, tornou-se, e ainda o é, presidente da Associação dos Aposentados da Sadia.

Quando se resolve escrever sobre sindicalismo em um cenário onde ainda existem indícios do conservadorismo, ou até mesmo o medo do “vermelho”, ou do “perder o emprego”, a primeira dificuldade é encontrar quem fale, quem conte, quem “lembre” ou quem abra seu armário e apresente documentos. Isto foi sentido muito cedo no processo em que decorreu esta pesquisa. Os orgânicos do movimento não falariam e, caso falassem, o fariam apenas sobre alguns assuntos, coisa que não nos interessou. Os que nunca participaram mas sempre assistiram, falariam com base no que viram mas, principalmente, no que “ouviram dos que ouviram”. Assim, não seria possível trabalhar com fontes orgânicas e nem seria possível trabalhar com fontes de sujeitos que apenas eram funcionários da empresa Sadia, ou da imprensa, ou outra que não tivesse de alguma forma participado do movimento. Optamos então por uma vertente alternativa. A primeira foi tomar como base relatos de sujeitos que participaram da história da sindicalização dos trabalhadores na indústria alimentícia de Concórdia sem pertencer a categoria e sem pertencer organicamente a este sindicato. Outra vertente é a formada por ex-funcionários da empresa Sadia S. A., mas que atualmente dedicam-se a funções desvinculadas ao processo.

Temporalmente, o recorte deste trabalho é de 1978, com o surgimento da Associação Profissional dentro da empresa Sadia. No entanto, e como já dissemos, outras argumentações tornaram-se necessárias, como é o caso do surgimento, e desenvolvimento, da Sadia S. A. na cidade de Concórdia, em 1944. Período este que é contemporâneo ao desfecho da Segunda Guerra Mundial, quando Atílio Fontana iniciou seus investimentos na cidade compreendendo o potencial agroindustrial que o oeste catarinense apresentava. O desfecho da pesquisa se dá no ano 1996, quando a atividade sindical, em Concórdia, se estabiliza.

A partir do estudo dorsal de nosso tema, ou seja, o sindicalismo, é possível avançarmos para outros níveis de discussão, principalmente por se tratar este de um tema que mobiliza diferentes atores sociais. Estão presentes nos movimentos sujeitos de categorias e classes distintas, que buscam neste campo os seus interesses individuais ou até mesmo enquanto categoria. Assim, o estudo desta temática se justifica, além da importância histórica, pela relevância social do estudo das relações entre as classes. Temática esta que, entendemos, não se tornará

ultrapassada ou desatualizada, uma vez que as relações que se dão são distintas em cada tempo.

Apresentar a distinção dos interesses dos envolvidos no processo que é objeto de nosso estudo é o objetivo central deste trabalho. Em nosso relato é possível identificar momentos completamente distintos do sindicalismo na indústria alimentícia de Concórdia. Épocas em que a luta e a estratégia nacional se assemelham, e muito, com os acontecimentos locais; em outros momentos pouca semelhança ou, quem sabe, apenas pequenos reflexos até mesmo tardios. Isto torna o estudo uma faca de dois gumes, ou seja, apresentar claramente a diferença do cenário local com o nacional não pode ser o objetivo principal, de outra forma, dedicar-se a apresentar apenas as relações seria uma tarefa suicida, uma vez que não muitas são as semelhanças. Com base nisto, a opção para proceder este estudo de forma a apresentar relações e diferenças quando as houver, e deixar isto claro ao leitor, não poderia ser uma tarefa fácil.

1 O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO: DOS IMIGRANTES À CUT

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma discussão panorâmica acerca do Movimento Sindical principalmente em seu caráter urbano no Brasil. É necessário que se façam as referências neste sentido para, acima de tudo, solidificarmos nossos recortes específicos a este trabalho, ou seja, para esclarecermos nosso objeto de estudo localizando-o em seu tempo. Objeto de estudo que se centra nas relações de trabalho urbanas e na sindicalização dos operários da indústria alimentícia de Concórdia, preservadas as relações desta categoria com outras, ação esta exigida pela história do movimento sindical da mesma.

Reescrever a história do movimento sindical no Brasil nos apresentou dois grandes problemas: o primeiro de caráter teórico, ou seja, o perigo de apenas repetir o que já foi escrito por muitos estudiosos deste campo; o segundo problema é que nos arriscaríamos em um tema que não é nosso objetivo. No entanto, consideramos esta tentativa essencial para articulações posteriores de tempo e espaço. Sendo assim, buscaremos agora levantar alguns períodos que merecem destaque e que, sem dúvida, apresentam relação ao nosso tema, o da história do movimento sindical no Brasil.

1.1 A organização do trabalho: um pouco do século XIX

Ao estudarmos o advento da imigração e do trabalho “livre” no Brasil, percebe-se que os ofícios de cunho industrial¹ ganham importância em meio à sociedade da época, com base na lavoura mercantil. As profissões de alfaiate, carpinteiro, curtidor, ferreiro, tecelão, dentre outras, passam a ser indispensáveis, já

¹ É pertinente que se entenda o caráter industrial, com base no trabalho familiar obedecendo a organização artesanal, própria do Brasil no início do séc. XVIII.

que os colonos,² consumiam em maior escala os produtos elaborados por tais profissionais.

Nesta época, a industrialização, a que convencionamos assim chamar embora não apresentasse, ainda, a organização produtiva das indústrias modernas, empregava um número pequeno de pessoas se relacionado à quantidade de novos trabalhadores. A maioria dos estabelecimentos de transformação artesanal da matéria-prima tinha como base a mão-de-obra familiar. Este tipo de organização do trabalho só é transformado com o aquecimento da industrialização nacional em substituição aos produtos importados. Neste contexto criam-se os centros urbanos, responsáveis pela produção de manufaturas e sua comercialização. Com isto, a procura de mão-de-obra também aumenta e, conseqüentemente, aumenta o número de pessoas que sobrevivem do trabalho oferecido pela industrialização no Brasil.

No final do século XIX surgiram as primeiras Ligas e Associações de trabalhadores que tinham como principais objetivos a promoção da solidariedade entre a classe, auxiliar materialmente os operários nos momentos difíceis, como nas greves ou em épocas de dificuldades econômicas. Em muitos casos, especificamente no Brasil, a organização de associações tem seu arrefecimento com as Sociedades Italianas de Mutuo Socorro criadas pelos imigrantes italianos no país. Neste caso, tais entidades tinham, além de outros, os objetivos de ajudarem-se economicamente e manter as tradições e os aspectos culturais da pátria italiana.³

De outra forma, também encontramos registros da institucionalização de associações de caráter profissional. É nos estudos de Antunes (1982), os quais tratam do sindicalismo brasileiro, que encontramos o registro da criação da primeira associação de caráter profissional do país, sob a denominação de *Associação Tipográfica Fluminense*, com data de fundação em 1853, na cidade de Niterói.⁴ Há que se perceber que este fato marca o início de uma época de

² Neste caso, colonos imigrantes da Itália, Alemanha, França, Áustria, e outros pontos da Europa, que se transferiam para o território brasileiro buscando melhores condições de vida e trabalho. Para os proprietários brasileiros, os colonos imigrantes, eram os “substitutos” da mão-de-obra africana e, para as empresas de colonização, representavam uma grande possibilidade de lucros, uma vez que os colonos contraíam dívidas enormes com a colonizadora a cerca do transporte, compra da terra e ferramental para “amansar” a terra.

³ Sobre as Sociedades Italianas de Mutuo Socorro ver o texto de LUCA, Tânia Regina de. **As sociedades de socorros mútuos italianas em São Paulo**. In: BONI, Luis D. A presença italiana no Brasil. Vol II. Porto Alegre: EST edições, p. 383 – 400. Dentre tantas outras obras em outras regiões do país.

⁴ Devemos perceber que a data apresentada para a primeira associação profissional do Brasil é contemporânea à elaboração e homologação da Lei de Terras (1850), a qual tinha por preceito mudar o viés da economia primária do país, ou seja, a Lei se apresenta como um divisor de águas de uma época marcada

ascensão do trabalho livre de cunho familiar. Neste momento, a industrialização no Brasil Central já era avançada, tendo em vista que apresentava formas de organização de trabalhadores em suas respectivas categorias. Ainda, nos registros do mesmo autor, percebemos que no ano de 1895, os trabalhadores brasileiros comemoram os festejos do 1º de Maio.

Conforme alguns autores,⁵ na transição entre os séculos XIX e XX, ocorreu, no Brasil, um processo de transformação econômica. Mesmo sendo ainda predominante o setor exportador da produção cafeeira, a industrialização intensificou-se, fato que originou os primeiros núcleos operários. De outra forma, outros setores também mostraram crescimento nesta mesma fase, é o caso do setor de transporte terrestre e marítimo, da construção civil, de energia, de saneamento e comunicações. Este fato deve ser entendido como um momento propulsor do crescimento no contingente de trabalhadores urbanos no país. Isto somado às condições precárias de trabalho impulsionou o surgimento de uma gama maior de organizações operárias.

As idéias que nortearam os primeiros esforços em torno das organizações sindicais deste período, em território brasileiro, não podem ser hermeticamente listadas, uma vez que devemos considerar as variações regionais. Mesmo assim, é possível afirmar que o ideário anarquista e socialista, que veio nos navios de imigrantes europeus, colaborou na agitação popular dos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX.

É possível encontrarmos sobre isso referências que enfatizam o fato de que:

As desumanas condições de trabalho impostas aos trabalhadores pelos industriais naquele período e a falta de uma legislação trabalhista que protegesse os operários geraram um clima propício para a proliferação das idéias de conflito social entre as classes no país (ZANELLA, 2004, p. 38).

O próximo passo, então, era institucionalizar a organização. A categoria precisava de uma bandeira, que tivesse livre acesso aos corredores palacianos para tentar inserir nas pautas de discussão assuntos relacionados ao cotidiano do

pelos grandes lavras de terras devolutas e improdutivas para uma época, pós 1850, de grandes latifúndios que se voltavam a produção de gado no sul, ou de grãos no centro-oeste do país.

⁵ São os casos de ANTUNES, Ricardo. 1994 p. 38 e SINGER, Paul. 1987, p. 57, ou ainda o caso de CANÊDO, Letícia Bicalho. 1988, p. 24 – 34.

trabalho no Brasil. A saída encontrada foi a formação de um Partido Político alternativo.

1.2 A tentativa do Partido Socialista e a regulamentação sindical

Como conseqüência aos primeiros ensaios organizativos dos trabalhadores no Brasil surge, em 1902, o Partido Socialista Brasileiro. Fundado durante o II Congresso Socialista Brasileiro, o partido tinha como objetivo a inserção dos trabalhadores na política partidária do país, bem como, apresentar-se alternativamente à construção de uma sociedade que se voltasse aos interesses dos trabalhadores. A organização partidária socialista, recém criada, passa a divulgar suas idéias de coletivismo e de igualdade por meio do jornal “Avanti!” (GOHN, 2003, p. 65-6).

A tentativa de articular partidos de caráter socialista não era uma peculiaridade apenas do Congresso referido, mas resultado de um processo de pequenas articulações com este fim já anteriormente organizadas. Este argumento deve ser ilustrado com os escritos de Gohn (2003, p. 64), os quais apontam que na última década de 1800 já haviam se articulado os partidos socialistas de São Paulo e Porto Alegre. No entanto, ambos tinham abrangência territorial municipal. Apesar de tanto esforço, o partido esbarrou na resistência dos anarquistas que tinham boas relações com os trabalhadores.

Com o fracasso na tentativa de unir partidariamente os proletários, outra opção era a sindicalização. Porém, a lei que regulamentava a organização sindical surgiu somente no ano de 1903⁶ e facultava tal direito somente aos trabalhadores rurais. Entretanto, os sindicatos referidos no Decreto de 1903 nada tinham em comum com os movimentos operários. Tratava-se de entidades organizadas entre os profissionais da agricultura e as indústrias rurais, com a finalidade de intermediar créditos, adquirir instrumentos para exploração agrícola e promover a venda dos produtos de sua exploração. Aos trabalhadores urbanos, o direito a sindicalização somente foi possível com a regulamentação de legislação específica, datada de 1907,⁷ com a Lei 1637 de 05 de junho daquele ano. A legislação referente à constituição de sindicatos se embasava nas concepções liberais da época. Prova

⁶ O Decreto nº 979 de 06 de janeiro de 1903, foi a primeira legislação nacional, no caso brasileiro, que referiu-se a possibilidade de sindicalização dos trabalhadores rurais já facultava aos profissionais da agricultura e industriais rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses.

⁷ O ano de 1907 é marcado, no campo da luta do Movimento Operário Brasileiro, pela organização de uma greve geral em São Paulo. A manifestação já contava com fagulhas da organização do Partido Comunista Brasileiro. A greve não teve êxito, porém, marca um passo importante da luta dos operários.

disto é o fato de que, para se constituir um sindicato, somente era exigido que seu estatuto apresentasse os nomes dos membros, sede, forma e finalidade da organização, o que abria canais facilitadores para o surgimento de instituições sindicais sem grandes discussões que as solidificassem (GAMA, 2006).

Surgem inúmeros sindicatos das mais variadas categorias profissionais. Estas organizações passaram a lutar por melhores condições de trabalho e, por este motivo, a história registra movimentos grevistas de grande envergadura, como é o caso da Greve Geral de 1917, em São Paulo.

1.3 Greve Geral e agitações operárias: mobilizações e conquistas

Fomentados pela pulverização de instituições sindicais e pelas dificuldades no campo do trabalho brasileiro, os trabalhadores buscam formas de manifestação. O objetivo era se fazer notar pela sociedade, chamar a atenção dos governantes.

Movidos por idéias de transformação e luta, as instituições sindicais organizam a Greve Geral de 1917, em São Paulo, local onde se centravam os grandes pólos de absorção de mão-de-obra pela industrialização. Naquele momento, os grevistas reivindicavam: diminuição da jornada de trabalho, aumento de salários, abolição de multas, repouso semanal remunerado, seguro contra acidente de trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, dentre outras.

A Greve Geral não pode ser compreendida como uma “paralisação” simultânea concentrada em mesmo tempo e espaço mas como um desencadear de manifestações de caráter popular que acontecem em datas diferentes e locais diferentes. Uma vez que

Foram os operários do Cotonifício Crespi que iniciaram, em junho de 1917, uma das mais famosas greves da cidade de São Paulo. Eles exigiam um aumento de salário que lhes foi negado. Solidariamente, outros trabalhadores aderiram ao movimento, fazendo com que a cidade atravessasse um período de agitação política que paralisou suas principais atividades econômicas (REZENDE, 1993, p. 17).

Algumas conquistas foram sentidas como frutos do movimento grevista de 1917, em 14 de julho daquele ano. Uma delas foi a assinatura, em São Paulo, do decreto que atendeu alguns pedidos dos insurgidos: elevar-se-ia em 20% o salário; nenhum grevista seria dispensado; concederia-se uma jornada de trabalho de oito horas e a libertação dos grevistas presos; dentre outros acertos (REZENDE, 1993).

Outro reflexo das agitações de 1917, apesar de não ter sido cumprido na íntegra pelos industriais, foi a publicação do governo, em dezembro de 1917, do decreto de número 1596, que regulamentou pela primeira vez o trabalho do menor e da mulher no Brasil. Ficava, a partir daquele dia, definitivamente proibida por lei a utilização de crianças e mulheres em trabalhos noturnos.

Mais tarde, em 1919, ainda ocorreram greves expressivas no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Eram movimentos que irrompiam de maneira inesperada e que proclamavam os princípios anarquistas. As reivindicações eram praticamente as mesmas das greves anteriores. Cabe destacar que esta fase da história do movimento operário brasileiro marcou a polarização das classes no país: sindicatos socialistas versus a burguesia capitalista.

O período entre 1917 e 1920, época em que ocorreram várias greves e agitações operárias que marcam um período de transitoriedade nas discussões operárias, pode ser assim descrito:

Puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica [...]. A contestação deste fato, resultante de um processo espontâneo e bem dizer instintivo de autocritica que se acentuou, principalmente, durante a segunda metade de 1921, sob a forma de acaloradas discussões nos sindicatos operários, é que levou diretamente às organizações dos primeiros grupos comunistas (PEREIRA, 1979, p. 61).

Após o desfecho da Revolução Russa, ocorrida em 1917, os comunistas influenciam o movimento sindical brasileiro, disputando a hegemonia no meio operariado com os anarquistas. Por outro lado, entre 1919 e 1930, inicia-se no Brasil um movimento em busca da regulamentação do mercado de trabalho, movimento este promovido pelas forças governistas, com o intuito de conter as agitações operárias.

Nos escritos de Viana (1999, p. 92-94) encontramos referência a tal período. O autor afirma que o Estado, por meio dos canais políticos e pela legalidade, abriu seu campo de interesses à esfera do trabalho. Espaço este que até

então havia sido deixado a livre ingerência e gestão mercadológica. Esta presença estadista foi considerada pelo autor em questão “débil” mas não eficaz. Por isso, a década de 1920 foi marcada pela aprovação de medidas trabalhistas, como a regulamentação da proteção contra os acidentes de trabalho, o direito de férias, a proteção ao trabalho dos menores, mesmo que, como já dissemos, em muitos casos tais normatizações não fossem respeitadas pelas empresas.

Portanto, já na década de 1920, houve de parte das elites governantes do país um primeiro ensaio de legislação sindical e trabalhista, buscando, entre outros objetivos, o controle do movimento sindical brasileiro e a harmonia na relação entre patrões e empregados. Por outro lado, essa preocupação governamental não haveria se não tivessem acontecido grandes lutas operárias no início do século passado, as quais forçaram o governo e a classe patronal a atender algumas de suas reivindicações (ZANELLA, 2004, p. 38)

Frente aos acontecimentos daquela década, os operários deixam a luta de bases anárquicas para enveredar o movimento pelas diretrizes de uma discussão de vertente mais recente no país: a do Comunismo. Movimento já há algum tempo fomentado pelo então Bloco Operário e Camponês,⁸ o qual era ligado ao Partido Comunista, neste tempo ilegal.

1.4 O Partido Comunista do Brasil

A fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) ocorreu num período em que o país vivia uma grande tensão. A vida política nacional era agitada por conta da sucessão presidencial. As eleições para suceder Epiácio Pessoa foram disputadas por Artur Bernardes como candidato oficial e por Nilo Peçanha pela Reação Republicana. A vitória de Artur Bernardes deu ao país momentos de intranqüilidade e revolta como é o caso do Levante dos 18 do Forte.⁹ Ainda há

⁸ Organização vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), então chamado Partido Comunista do Brasil, criado em 1922 em São Paulo e a seguir em outras capitais do país com o objetivo de se transformar em partido político. Foi extinto após as eleições presidenciais de março de 1930.

⁹ O Levante de Copacabana fez parte do rol de manifestações do movimento tenentista no Brasil. No dia 5 de julho de 1922, dezoito jovens oficiais do exército brasileiro rebelaram-se. Na ação governista de repressão 16 morreram nas areias da praia de mesmo nome. Dois, os líderes, foram presos, eram eles: Antonio Siqueira Campos e Eduardo Gomes. O tenentismo tem grande influência no movimento conhecido como Coluna Prestes, nascido na cidade de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul, e solidificado com a agregação de tenentes paulistas no Noroeste do Paraná. O objetivo da Coluna era mostrar que o movimento comunista não havia esmorecido. Depois de 25000 quilômetros de marcha pelo interior do país, pressionada, a Coluna e seu figurão, Luis Carlos Prestes, refugiam-se na Bolívia, em fevereiro de 1927.

que se destacar que, no mesmo ano – 1922 – o país assistiu a Semana de Arte Moderna.¹⁰

A década de 20 foi marcada pelas revoltas tenentistas, a famosa Coluna Prestes, as dissidências na classe dominante, a Reação Republicana e a Semana da Arte Moderna, de 22. Havia, nesse momento, a preocupação de repensar o Brasil. Não é gratuitamente que em 1930 temos uma grande crise que provoca a reorganização do bloco no poder (REZENDE, 1993, p. 25).

Em meio a este cenário é fundado em março de 1922, o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que contava com a articulação de líderes de grupos comunistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Niterói. O partido apresentava-se como representante legítimo dos 320 mil operários brasileiros da época. Mas, em julho do mesmo ano, o PCB é jogado na ilegalidade pelo estado de sítio declarado após o Levante de Copacabana. Na ânsia de transparecerem os objetivos da organização, os integrantes do PCB afirmavam que tinham a função de promover o entendimento e a organização política do proletariado em partido de representação da classe, para a subsequente conquista do poder e construção de uma sociedade comunista.

A ilegalidade do PCB não extinguiu sua articulação. Após o envio de representantes em vários Congressos comunistas na Rússia, o partido é admitido, em julho de 1924, nos quadros da Internacional Comunista. Nessa época a divulgação do ideário comunista intensificou-se com a publicação de livros e folhetos além da realização de encontros e palestras nas sedes dos sindicatos. Um instrumento que muito colaborou para a divulgação do comunismo foi o lançamento do livro *Manifesto Comunista* de Karl Marx, bem como o jornal *Classe operária* que distribuiu, em 1º de maio de 1925, cerca de cinco mil exemplares, mesmo sendo posteriormente fechado pela polícia.¹¹

Em 1927, durante o governo Washington Luís, o PCB voltou à legalidade. Durante os meses em que gozou liberdade, apoiado pelo jornal A Nação,¹² o partido ampliou sua penetração no movimento operário. Movido por essa onda de repressão

¹⁰ Realizada em fevereiro de 1922, a Semana de Arte Moderna, marcou o rompimento da tradição acadêmica e o início de uma nova estética na arte brasileira.

¹¹ Sobre isto ver: ABREU, Alzira Alves de, et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós 1930**. 2 ed. vol IV. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001, p. 4262 – 4263.

¹² O Jornal A Nação passou a circular em 1927 como órgão oficial do PCB. Tal jornal era de propriedade do jornalista e professor de direito Leônidas de Resende. O órgão desempenhou um grande papel em prol do partido nas eleições legislativas de 1928. Neste pleito, apoiado pelo então recém criado Bloco Operário e Camponês, Azevedo Lima elegeu-se deputado federal.

ao sindicato anarquista, os comunistas organizaram, em 1927, um congresso sindical que objetivava “congregar e unificar todas as forças dispersas dos trabalhadores sem ter em conta suas diferenças ideológicas” (ABREU, 2001, p. 4263).

Todo o movimento e o envolvimento do PCB com a classe operária brasileira ruiu em 12 de agosto de 1927, com a aprovação da chamada Lei Celerada.¹³ Esta visava atingir de frente o partido e o movimento operário e, de fato, atingiu. O PCB novamente era ilegal.

A Lei Celerada autorizava o governo a fechar, por tempo indeterminado, todas as agremiações ou associações de caráter proletário organizativo, sob a acusação de infligirem a ordem, a moralidade, a segurança pública, bem como vedava a esse tipo de entidade qualquer ato de propaganda, impedindo a distribuição de escritos ou qualquer órgão de imprensa que a elas se ligassem. O fato de uma organização ou ramo do movimento social, neste caso os sindicatos urbanos do Brasil nos anos de 1920, perderem sua força maior de expressão, os condenava ao anonimato juntamente com o PCB. Não estamos aqui enfatizando a indispensabilidade de um mecanismo de imprensa, mesmo que seja da “imprensa operária”, vinculado diretamente ao sucesso, ou insucesso, do movimento, mas é possível observar que a estratégia empregada na época era divulgar o ideário por meios impressos, que circulavam oficialmente ou na calada da madrugada (ABREU, 2001, p. 4265).

Muitos destes mecanismos eram clandestinos e financiados com recursos particulares dos próprios jornalistas ou líderes sindicais. Assim, a qualidade nem sempre era a melhor, porém, se observarmos o seu discurso, percebemos que a maioria deles não tinha pretensões de solidificação mercadológica, mas sim o objetivo de divulgar a causa.¹⁴ Fica claro então o objetivo do Governo com a Lei Celerada, ou seja, jogar o partido articulador do sindicalismo na ilegalidade e confiscar a mais importante das suas ferramentas: a imprensa.

O PCB, mesmo na ilegalidade, buscou dar cabo a sua ação. Em 1929 o partido procurou Luis Carlos Prestes para compor uma aliança entre os comunistas e a Coluna Prestes.¹⁵ O candidato à Presidência seria o líder da

¹³ A Lei Celerada jogava o PCB na ilegalidade pela segunda vez na história, bem como, suspendia e fechava o jornal *A Nação* que, como já foi dito aqui, era o mecanismo de divulgação oficial do partido.

¹⁴ Este tema é muito bem trabalhado, inclusive com dados estatísticos por FERREIRA, Maria Margareth. **A imprensa operária no Brasil (1880 – 1920)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

¹⁵ Há que se considerar que neste ano Prestes já estava refugiado na Argentina, recém transferido da Bolívia. Os comunistas representados por Paulo Lacerda, Leôncio Basbaum, Mário Grazzini e Danton Jobim, foram até ele para propor a aliança.

Coluna, que não aceitou e ainda considerou a proposta comunista excessivamente radical.

É neste contexto que ocorre a, já historicamente discutida, ruptura entre o estado de Minas Gerais e São Paulo, bem como a aproximação dos mineiros com as lideranças gaúchas que culmina na indicação de Getúlio Vargas ao cargo de candidato à presidência do Brasil, representando tal coalizão.

O PCB não apoiou a Revolução de 1930, uma vez que em suas análises, os comunistas consideravam que o movimento apenas beneficiaria o imperialismo inglês e não transformaria a estrutura agrária do país. Para eles – comunistas – uma revolta em 1930, nos moldes em que se articulava, apenas evitaria a revolução das massas. Mesmo sem o apoio do PCB, a Revolução de 1930 eclodiu pelo estado brasileiro.

1.5 A Revolução de 30 e o Ministério do Trabalho

A descoberta da história do movimento operário pela historiografia oficial serviu, entre tantas outras coisas, para questionar a interpretação tradicional que vê a Primeira República como o auge do poder das oligarquias diante da apatia popular. Como já dissemos, e como planejaram os comunistas, com a Revolução de 30 ocorreu um reagrupamento do bloco de poder feito pelo alto e sem a participação da população ou de entidades de classes. A transição ocorrida não assumiu a identidade de “Revolução”, pois, não houve mudanças nas estruturas sociais nem em seu modo de produção e, muito menos, na ascensão de uma nova classe social.¹⁶

O Estado existente até 1930 não tinha mais condições de continuar; pois a confirmação monolítica da ordem existente na Primeira República prendia-se ao fato de formular e atender a interesses de um aparato produtivo extremamente simples. Após 1930, multiplicaram-se os novos grupos de interesses, todos dotados de legitimidade para postular junto ao Estado, que, por sua própria constituição, precisava atendê-los, inclusive os do café, sem prejuízo dos demais. Esse era um dos principais desafios do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder (ZANELLA, 2004, p. 40-41).

¹⁶ O conceito de Revolução considerado aqui é o de Marx. Onde a Revolução deveria ser promovida pelas classes marginais e promover rupturas no Estado operante, transformando-o em um novo modelo.

O Governo Vargas, então, acaba pondo em prática uma linha de cooptação ideológica da classe operária e de disciplinamento de suas organizações sindicais. Cria as bases sociais para sua sustentação junto às classes marginais, através do atendimento de certas reivindicações e da utilização de uma ideologia com grande força de manipulação, na medida em que desmobiliza a classe operária e controla os sindicatos. Objetivando conciliar capital e trabalho, Vargas criou em 21 de novembro de 1930, o Ministério da Indústria e Comércio. Fato posterior, em novembro do mesmo ano, Vargas cria o Ministério do Trabalho (REZENDE, 1993, p. 33).¹⁷

Em 1931, como um dos papéis do Ministério recém criado, o do Trabalho, o governo Vargas cria a Lei de Sindicalização,¹⁸ que construiu os pilares do sindicalismo atual. Esta Lei atrelou os sindicatos ao Estado através da intervenção do Ministério nas ações das diretorias e, em alguns casos, no controle financeiro. A legislação de 1931, ainda proibiu a participação de estrangeiros na organização sindical das classes, tendo como objetivo evitar que o esclarecimento e as idéias estrangeiras ditassem as normas para a vida sindical.¹⁹

A Lei de Sindicalização, dentre outras coisas, previa: a vinculação do reconhecimento do sindicato à aprovação do estatuto pelo Ministério do Trabalho; facultava aos sindicatos patronais, de empregados ou de operários a celebrarem acordos entre si; proibia as organizações sindicais de se vincularem a organizações internacionais, sem aprovação do Ministério do Trabalho; estabelecia que os sindicatos, as federações e as confederações enviassem anualmente um relatório de atividades para o Ministério do Trabalho (ANTUNES, 1982).

Estão claros, na Lei, os aspectos de liberdade e de controle das entidades sindicais no Brasil. O sindicato é livre em suas ações e negociações retirando o peso e o desgaste sobre o Ministério do Trabalho, porém, a entidade ficava obrigada a elaborar e apresentar relatório anual das atividades ao Ministério, fato que facilitava

¹⁷ Rezende refere-se ao Ministério do Trabalho como “Ministério da Revolução” e, ainda, argumenta que Vargas, para tal departamento, contava com o apoio de advogados antes vinculados a sindicatos de trabalhadores.

¹⁸ A lei a qual nos referimos aqui é o decreto 19770 de 19 de março de 1931, o qual regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências, promulgada pelo então Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil Getúlio Vargas.

¹⁹ A Lei de Sindicalização foi precedida de uma série de decretos, como o Decreto Lei dos 2/3, que protegia o trabalhador nacional, ou seja, dois em cada três operários deveriam ser brasileiros. Talvez este seja um dos motivos que faz com que o número de imigrantes caia de 67 mil em 1930, para 31 mil no ano posterior Rezende (1993, p. 33). Era uma forma autêntica de unir o “útil ao agradável”, ou seja, enquanto o governo protegia, de fachada, a mão-de-obra nacional, ao mesmo tempo promovia uma política de “não incentivo” a imigração. Já que com os imigrantes vinham idéias e ideologias consideradas pelo governo Vargas como subversivas.

o controle das entidades de organização com caráter classista.²⁰ A legislação sindical, ao invés de procurar acabar com a crescente organização dos trabalhadores assalariados, tomou outra direção, ou seja, buscou confundir sindicato e estado, na tentativa de minar e esconder nas sombras o inimigo: o Estado.

Parafraseando Thompson (1995, p. 84-87), quando este utiliza a fala do Primeiro-Ministro de Israel, em 1982, Menachem Begin, justificando as tropas no Líbano, “você invade uma terra quando você quer conquistá-la, ou anexá-la, ou ao menos anexar parte dela”. Parece-nos que o Governo Vargas no Brasil, com a promulgação da Lei de Sindicalização, buscava “invadir a terra” das organizações sindicais, com o objetivo não apenas de controlá-las, mas de ofuscar o seu verdadeiro papel, de forma que isso se tornasse uma discussão ideológica da hegemonia das mesmas.

Gramsci (1984, p. 408) descreve tal processo, ou seja, em momentos de crises de hegemonia, as classes que hora são dominantes entregam ao Estado o papel de instituição superior, com o objetivo de que ele – Estado – faça a mediação dos diferentes interesses em questão. Assim, o poder de decidir sobre os impasses, que a sociedade civil se sente capaz de resolver, passa a ser exercido pelo Estado. Este por sua vez, e não poderia deixar de ser, toma como base novos encaminhamentos e decisões sem perder de vista o interesse das classes dominantes que o vestiram de tal papel. Portanto, o Estado brasileiro pós-revolução tomou para si o papel político de agir acima das classes, mas sempre procurando orientação nos interesses da mais fundamental delas: a classe dominante. Talvez isto justifique o fato de o Estado ter cooptado o movimento sindical para dentro das ações governamentais.

Mesmo assim, ao contrário do que se observa, é que os movimentos grevistas foram intensos a partir de então. Como consequência de tais mobilizações, em 1935, cria-se a ANL (Aliança Nacional Libertadora), uma frente de cunho popular, antiimperialista e apoiada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) e por Carlos Prestes.

A Aliança contava com mais de cem mil filiados, agregando homens de negócios, profissionais e oficiais do exército, operários, soldados e demais

²⁰ A esta afirmação podemos agregar a exposição de Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho, o qual tentava esclarecer os motivos da Lei de Sindicalização: “os sindicatos ou associações de classes serão os pára-choques dessas tendências antagônicas; os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado”. A Lei de Sindicalização é melhor discutida em Rezende (1993, p. 48).

trabalhadores.²¹ Sob o comando desta organização realizou-se, em 1935, a Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores, a qual reuniu delegados que representaram mais de quinhentos mil trabalhadores (ZANELLA, 2004, p. 45). Do seio desta Convenção nasceu a Confederação Unitária do Brasil.

Como ação repressiva e para conter o avanço da Aliança, o governo, em 1935, decretou a Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38 de 04 de abril de 1935),²² a qual proibia o direito de greve e jogava na clandestinidade a Confederação Sindical Unitária sob a acusação de que a mesma havia se constituído a margem do sindicalismo oficial. Neste mesmo ano foi instituído o imposto sindical, o que equivalia ao pagamento compulsório de um dia de trabalho por ano de todos os assalariados, constituindo-se, assim, a grande fonte de renda dos sindicatos oficiais. Porém, tais recursos, legalmente não poderiam ser utilizados para financiamento de greves ou qualquer tipo de sublevação operária.

A partir de então surgem os sindicatos “pelegos”, comandados por presidentes que se furtavam do trabalho de mobilização e conscientização das massas em troca da estabilidade do cargo, das regalias e do salário. Mantinham um pequeno grupo de associados atrelados ao sindicato, que garantiam sucessivas reeleições.

Impõe-se ao sindicalismo uma hierarquia organizativa na qual os Sindicatos e Associações de classes se submetiam às Federações e a Confederação da categoria em questão. Sendo assim, se o sindicato tivesse características de mobilização, naturalmente, seriam barradas e reprimidas pelas Federações Estaduais “pelegas” e, se estas não berrassem, as confederações assim o procederiam. Esta estrutura não permitia a união das várias categorias profissionais em uma única Central Sindical, que pudesse lutar pelos interesses coletivos de toda a classe trabalhadora.

²¹ O Manifesto da ANL, exigia: cancelamento das dívidas imperialistas; nacionalização das empresas imperialistas; liberdade em toda a sua plenitude; direito do povo manifestar-se livremente; entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultiva; libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra, etc.; acumulação total das dívidas agrícolas; defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária; diminuição dos impostos às classes laboriosas; aumento de salários, assistência ao trabalhador e instrução. Este tema é abordado na obra de Carone (1976). **A República Nova (1930 – 37)**. 2 ed. São Paulo: Difel, 1976.

²² O Congresso Nacional, refletindo o conservadorismo estatal e a presença incômoda dos comunistas na frente popular, tentou combater a ameaça de elementos insubordinados e, como resposta ao clima de contestação e desordem, a maioria parlamentar, liderada por Raul Fernandes, aprovou o projeto de Lei de Segurança Nacional, em 30 de março de 1935. Convertida na Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, que definia os crimes contra a ordem política e social, o texto dava ao Governo Federal poderes especiais para reprimir atividades políticas ditas subversivas.

O golpe de 1937, dado por Vargas com o apoio dos militares, traz uma intervenção ainda maior do Estado na sociedade. Os princípios que regiam a Constituição de 10 de novembro de 1937 eram embasados na “Carta del lavoro” italiana, que foi a base jurídica do fascismo de Mussolini. O estado a partir desta época assumia o papel de tutor das classes sociais. A Legislação trabalhista foi apresentada como “doação” de Vargas e os decretos subseqüentes tiravam ainda mais a autonomia dos sindicatos.

1.6 A CLT, a CGT e o Estado Novo

A despolitização dos sindicatos foi consequência do Regime de Vargas. Assim, em 1940, institui-se o salário mínimo. As manifestações operárias realizam-se em tom de “culto” a Vargas, ou seja, fortalecia-se a ideologia que criava a idéia de um Estado acima das classes, onde o Ministério do Trabalho encarregava-se de tornar o operário dócil e útil.²³

É importante que se diga que o ano de 1943 marcou a elaboração da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que aparecia como instrumento do intercâmbio de interesses entre assalariados e empresários. Também se apresentava, nos discursos e palanques de debates, como um grande presente de Vargas ao povo brasileiro.

De acordo com Canêdo (1988, p. 58) a CLT estabelecia a possibilidade de se constituir um sindicato patronal e outro dos empregados, de tal forma que as negociações passariam a ser realizadas entre os sindicatos e não mais entre o sindicato dos trabalhadores e um empregador. Desta forma as negociações passam a apresentar uma conotação coletiva.

De outra forma a mesma autora traz a luz a idéia de que na redação da CLT de 1943, cinco sindicatos de uma mesma categoria poderiam constituir-se, desde que unidos, em uma federação estadual. Ainda há que ressaltar o emaranhado legal que impedia a organização de entidades sindicais de categorias diferentes sob o teto de uma federação, bem como, as confederações só poderiam

²³ É importante que se diga que devido a este tipo de política, que atrelava as classes operárias ao Estado, sob vigia do Ministério do Trabalho, abrem espaço para os sindicatos “pelegos”. Os sindicatos se despolitizam ganhando ares de instituição assistencialista.

existir nacionalmente e ficava impedida qualquer tentativa de união entre elas. Fato então, que nesta época era impossível se criar uma central sindical agregando múltiplas categorias.

Além destes mecanismos de controle sindical, criados pelo governo, ainda foram institucionalizados os direitos sociais e trabalhistas criados pelo estado na década de 1930 que, segundo Zanella eram:

- Salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais de trabalho;
- o contrato coletivo de trabalho estabelecido pelas associações legalmente reconhecidas seria aplicado a todos os trabalhadores que representavam;
- jornada diária de oito horas e semanal de 48h;
- proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16, e, em indústrias insalubres, a menores de 18 e para mulheres;
- O trabalho noturno deveria ser remunerado com valor maior que o diurno;
- repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- férias anuais remuneradas;
- assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurado a esta, sem prejuízo do salário, um período de repouso antes e depois do parto;
- a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidente de trabalho (ZANELLA, 2004, p. 50).

É preciso ressaltar que esta política trabalhista de Vargas não beneficiava os trabalhadores do campo, os funcionários domésticos e os servidores públicos, uma vez que, a legislação estipulava que seus dispositivos não deveriam ser aplicados a estas categorias, que eram regidas por estatutos próprios, além de ser impedida sua sindicalização.

O argumento de que a legislação trabalhista da década de 1930 não se aplicava aos trabalhadores do campo explica o fato de que naquela década e na posterior, a grande maioria dos sindicatos que surgiram estavam no cenário urbano brasileiro.

Um novo quadro se apresenta no ano de 1945, com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Fato que é assim descrito por Rezende:

[...] o Brasil entra na Guerra ao lado de Estados Unidos e União Soviética. Os núcleos do PCB começam a se reorganizar e conseguem fazer a célebre Conferência da Mantiqueira, elegendo Carlos Prestes como seu Secretário-geral. Os comunistas apóiam Vargas na sua luta contra o fascismo europeu e adotam a política de união nacional [...] (ZANELLA, 2004, p. 41).

A partir deste momento, os comunistas passam a rejeitar e considerar esquerdista e sectária toda a crítica a Vargas, ao Estado Novo e às suas instituições. Inicia-se uma fase de luta pela anistia política e liberalização do regime. A vitória das forças democráticas na Segunda Guerra Mundial deixava o governo

Vargas numa situação difícil para justificar a continuação da ditadura, tendo em vista o Brasil ter lutado no exterior (frente aos olhos do mundo) pela liberdade. As pressões e as mobilizações de grupos sociais foram parte importante na luta contra o Estado Novo.

O retorno do PCB ao cenário do movimento social traz novamente a tona a discussão sobre a unificação da luta dos trabalhadores. Assim, o Partido Comunista organiza o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Este lança um manifesto em 30 de abril de 1945, na solenidade de sua fundação, que vem assinado por mais de três centenas de líderes sindicais. Tal manifesto apresentava uma diretriz não apenas de busca pela liberdade sindical mas, além disto, de luta em prol da democratização da política nacional, senão vejamos:

[...] lutar, imediatamente, pela mais completa liberdade sindical, rompendo com as injustificáveis restrições e interferências na vida de nossos órgãos de classe. Devemos lutar pela melhoria das leis sindicais e da previdência social, conseguindo que elas sejam expurgadas de todos os dispositivos antidemocráticos. [...] Em união com as forças democráticas e progressistas, pela extinção de órgãos, dispositivos e decretos estranhos e hostis aos anseios democráticos do povo e comprometedores da segurança e da tranquilidade interna (TELLES, 2001, p. 41).

Um mês depois do manifesto do MUT, no Estádio de São Januário, o líder comunista Luis Carlos Prestes indica o caminho e a diretriz que devem ser seguidas pelos sindicatos e pelo Movimento no contexto que ora se apresentava. Na oportunidade isto foi pontuado no discurso de Prestes:

É por intermédio de suas organizações sindicais que a classe operária poderá ajudar o governo e os patrões a encontrarem soluções práticas, rápidas e eficientes para os graves problemas econômicos do dia [...] E através do Movimento Unificador dos Trabalhadores havemos de chegar ao organismo nacional da classe operária que assim unido será a grande força dirigente dos acontecimentos em proveito naturalmente do progresso nacional, do bem-estar do nosso povo (SANTANA, 2001, p. 41).

As organizações operárias mergulham em uma fase de revitalização e democratização, já que o governo Vargas retirou a intervenção do Ministério do Trabalho nas ações sindicais, propiciando aos mesmos uma margem maior de liberdade. Com o passar dos tempos Vargas foi perdendo o apoio de grande parte das classes dominantes, sofria a oposição dos Estados Unidos e tinha contra si a maioria da cúpula do Exército.

O período de 1945 a 1964 corresponde à fase que ficou conhecida como populista ou nacional-desenvolvimentista, tanto no campo civil como no campo político do Brasil. Foi uma época de muita participação social em virtude do momento redemocratizador que se instalara nos idos de 1945. O sentimento de democracia trouxe uma acentuada disputa político partidária, isto se põe em face da constatação de que existiram neste íterim quase cinqüenta organizações partidárias no Brasil, além disso há que se destacar a multiplicação dos sindicatos bem como algumas subdivisões, os movimentos em torno das reformas de base e de políticas nacionalistas também apresentaram neste tempo um momento significativo para a rearticulação dos movimentos sociais no país (GOHN, 2003, p. 90).

Em 1946, com o esforço do Movimento Unitário dos Trabalhadores, foi criada a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores). Ao mesmo tempo cresciam as ações repressivas do governo Dutra, que decretou a intervenção e a suspensão das eleições sindicais e, em 1947, julgou ilegal o PCB, cassando o mandato de seus representantes. Em maio do mesmo ano, o governo, com medo da capacidade de organização dos operários, dissolveu a Confederação Geral dos Trabalhadores.

Getúlio Vargas, o “pai dos pobres”, foi reconduzido ao poder. Nesta década – 1950 – a indústria tomou um grande impulso e a inflação ameaçava a estabilidade econômica do país. Como uma das conseqüências deste processo as cidades sofreram com a grande concentração populacional, sobretudo com o crescimento da procura por um espaço nos postos de trabalho do operariado.²⁴

Paralelo a este surto industrial e ao aumento no número de operários, o movimento sindical novamente se fortaleceu, as greves começaram a se tornar constantes. Em 1951, realizaram-se aproximadamente duzentas paralisações que envolveram um contingente aproximado de 400.000 trabalhadores. Os movimentos grevistas ganhavam força a cada ano.

Tabela 1 – Evolução do movimento Grevista no Brasil (1947 – 1954)

Anos	Número de participantes nas greves
------	---------------------------------------

²⁴ Para abordar este período populista é importante que destaquemos nosso embasamento nas obras de: WEFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975; IANNI, Otávio. **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975 e SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1988.

1947	150 000
1948	200 000 a 250 000
1949	200 000
1950	250 000
1951	360 000
1952	410 000
1953	800 000 a 1 000 000
1954	1 200 000 a 1 600 000

Fonte: Adaptada de Koval (1982, p. 386).

Os números são significativos principalmente se comparados à quantidade de operários no Brasil, nos anos de 1940 e 1950.

Tabela 2 – Número de Operários Brasileiros (1920 – 1960)

Anos	Número de Operários
1920	185 200
1940	531 600
1950	871 500
1960	1 375 300

Fonte: Adaptada de Koval (1982, p. 428).

Foi no ano de 1953, que ocorreram grandes mobilizações, dentre elas a “Greve dos Cem Mil”, que derrubou o Ministro do Trabalho, Segadas Vianna, o qual foi substituído por João Goulart. Este adotou política de aproximação do governo varguista para com os sindicatos. Prova disso foi seu apoio à greve dos marítimos em 16 de junho de 1953, um dia após a sua nomeação para o Ministério do Trabalho.²⁵ O Ministro, em razão da greve, afastou do cargo o Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, o qual era apontado pelos marítimos como pelego. Para completar sua posição, em reunião com os líderes do movimento assim se pronunciou: “O Brasil precisa de líderes operários. Precisa, outrossim, dessa unidade demonstrada na greve dos marítimos, tão indispensável ao desenvolvimento do sindicalismo brasileiro” (ABREU, 2001, p. 2615).

A oposição ouvindo as palavras de Goulart, imediatamente interpretou nelas a possibilidade de Vargas ter nomeado o ministro como primeiro passo para implantar

²⁵ A greve dos marítimos paralisou os portos, estaleiros e navios mercantes de todo o país. Em 26 de junho, dez dias após a manifestação de Goulart ao movimento, a greve foi suspensa, uma vez que todas as reivindicações do marítimos foram atendidas. Algumas delas eram: pagamento do abono de emergência; melhoria na alimentação a bordo; semana inglesa e cumprimento da jornada de oito horas de trabalho.

no Brasil um regime peronista (ABREU, 2001, p. 2615).²⁶ Alia-se a isso ainda o fato de que o Ministério do Trabalho, na gestão Goulart, empreendeu forte campanha em prol da organização de sindicatos rurais, garantiu a participação de líderes sindicais na comissão que ora estudava o reajuste do salário mínimo.

Goulart era presença certa nas assembleias sindicais. Seu papel era o de evitar greves para garantir um estado de paz nacional, bem como, orientar os empregados a fazerem concessões.

No início de 1954, os rumores de que Goulart pretendia propor aumento do salário mínimo em 100%, provocaram um grande atrito entre o governo e a oposição. Logicamente que a proposta do ministro contava com o apoio das massas e dos sindicatos. Logo o Exército entrou na luta por melhores salários. Enviaram ao Presidente Getúlio um manifesto, que mais tarde passaria a se chamar *Manifesto dos Coronéis*, assinado por coronéis e tenentes. Este documento, segundo Abreu (2001, p. 5965) acusava o governo getulista de ter negligenciado o Exército brasileiro, e de ter deixado de reequipar unidades e se tornado indiferente às necessidades de reajuste salarial.

A principal crítica do Exército era de que a majoração do salário mínimo em 100% traria uma clara equiparação de ganhos entre um sujeito com formação universitária e um que não possuísse tal formação. Assim tornar-se-ia uma árdua tarefa encontrar pessoas que quisessem entrar nas fileiras militares, uma vez que um salário mínimo reajustado, equivaleria ao pagamento de um segundo-tenente do Exército.

A repercussão do Manifesto foi rápida. O Ministro da Guerra foi substituído, acusado por Getúlio de incompetência frente à possibilidade de desarticulação dos coronéis e Goulart foi deposto da pasta do Trabalho, numa tentativa governista em amainar os ânimos do Exército, uma vez que Getúlio conhecia bem sua força, devido a outros acontecimentos históricos dos quais o próprio presidente era o centro.

²⁶ Abreu (2001, p. 2616) cita os ditos do Jornal O Estado de São Paulo, em julho de 1953, sobre a possibilidade do peronismo brasileiro. Vejamos: "Acha-se a frente dessa campanha o atual ministro do Trabalho, Sr. João Goulart. Mas o que há de mais perigoso nisso tudo é a deliberação assentada pelos que detém as posições de mando no setor trabalhista do país, de apelar franca e desabusadamente para a colaboração das forças comunistas". A denúncia do referido mecanismo de imprensa, segundo a autora, não para por aí. Segue nestes termos: "Medimos perfeitamente a gravidade da denúncia que aqui fazemos à nação. Não hesitamos, entretanto, em assumir essa atitude por conhecermos perfeitamente bem de que são capazes os homens que se põem às ordens do Sr. Presidente da República. Em outubro, do mesmo ano, o jornal afirma a existência de um memorial assinado por 16 generais formulando graves acusações ao ministro do Trabalho.

Com a saída de Goulart, a oposição transformou Getúlio no alvo principal das acusações. Desta vez a imprensa denunciava a possibilidade da formação do Pacto ABC, organizado por Perón e Getúlio. Embora o Presidente Brasileiro muitas vezes tenha negado tal intenção, os depoimentos de ex-ministros e pessoas ligadas a ele afirmavam a existência do que alguns chamaram de “plano secreto de Getúlio”.²⁷

Em 1º de maio de 1954, num discurso feito em Petrópolis, Getúlio Vargas anunciou o aumento salarial de 100% proposto por Goulart. No mesmo ato pronunciou-se buscando a mobilização nacional da seguinte forma:

A minha tarefa está terminando e a vossa apenas começa. O que já obtivestes ainda não é tudo. Resta ainda conquistar a plenitude dos direitos que vos são devidos e a satisfação das reivindicações impostas pelas necessidades [...] Há um direito de que ninguém vos pode privar, o direito do voto. E pelo voto podeis não só defender os vossos interesses como influir nos próprios destinos da nação. Como cidadãos, a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, podereis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituí a maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo (ABREU, 2001, p. 2665-66).

A partir de então, o governo Vargas, perdeu cotidianamente apoiadores importantes, perdia os militares e ficava sob o cerco implacável dos políticos da UDN (União Democrática Nacional) e o fogo cerrado dos industriais que combatiam o decreto do aumento do salário mínimo. Não mais se conseguiam grandes mobilizações. No dia 22 de agosto de 1954 os oficiais da Aeronáutica exigiram o afastamento de Getúlio. Na manhã do dia 24 o Presidente se suicidou.

A saída de Vargas do contexto político não vai significar uma mudança substancial do seu conteúdo, pois o ex-presidente colocou em relevo a importância da presença da classe trabalhadora no pacto político, o que pode ser claramente percebido pelas mudanças ocorridas na economia, o país não podia mais ser considerado essencialmente agrário. O legado de Vargas foi a concepção de que era preciso pensar na convivência com as massas urbanas, antes que elas tomassem as rédeas do processo e usassem a força e a mobilização para se infiltrarem e desestabilizarem o poder (ANTUNES, 1982, p. 77).

²⁷ O Pacto ABC é o termo que se refere as negociações entre Vargas e Perón, no sentido de formar uma Aliança entre os governos da Argentina, Brasil e Chile, a fim de combater as ingerências e influências norte americanas na América do Sul. Mais detalhadamente sobre este tema da história americana e brasileira ver: RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. **O Pacto ABC: As relações Brasil –Argentina na década de 1950.** Passo Fundo: Ediupf, 1996.

Café Filho, sucessor de Vargas, comprometeu-se com a legalidade, apesar da reação contrária das fileiras militares e conservadoras. Nesse contexto, a classe trabalhadora foi prejudicada pelas medidas do novo governo. Dentre os prejuízos podemos citar o congelamento de salários, a abertura do mercado ao capital internacional e a exibição de um forte controle sobre as organizações sindicais classistas. Nem mesmo as numerosas greves da época foram suficientes para quebrar a dominação do Estado sobre os trabalhadores.²⁸

1.7 JK, Jânio e Goulart “herdeiro varguista”

Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek de Oliveira assume a presidência, com base e discurso nacionalista e firmando compromisso com os trabalhadores, conclamando que todos se sacrifiquem e produzam em nome do bem-estar comum. O Brasil mergulhava em uma fase, que primava pelo desenvolvimento ufanista, que o governo chamou de “cinquenta anos em cinco”. Formula-se, no novo governo, o Plano de Metas, com o objetivo de levar adiante a industrialização, base material para se manter o pacto populista, com isto abre-se ainda mais o país para o capital estrangeiro, aumenta-se o número de empregos na indústria de base e amplia-se a participação do Estado na economia. Neste período, o Brasil se integrava, estreitamente, ao capitalismo monopolista internacional. Os trabalhadores, por sua vez, conseguiam uma pequena elevação no salário mas, aos poucos sentiam o seu poder aquisitivo sendo corroído pela inflação (ANTUNES, 1982, p. 79).

Em 1958 o Fundo Monetário Internacional (FMI) exigiu o cumprimento de uma política de austeridade econômica, fundamentada na contenção dos salários dos trabalhadores. Juscelino não aceitou as imposições, rompeu com o Fundo e não conseguiu concluir seu mandato no clima de estabilidade que esperava.

Em 1959, Jânio Quadros vence as eleições para a sucessão de Juscelino, pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional), apoiado fortemente pela UDN (União

²⁸ Poderíamos ainda trazer a tona o fato do congelamento dos salários, a abertura do mercado nacional ao capital internacional, o exaustivo controle estatal sobre os movimentos sindicais. Mesmo assim, Café Filho, não foi capaz de impedir a eleição do representante da coligação PSD/PTB, de Juscelino Kubitschek que, no momento, representava o trabalhismo do país.

Democrática Nacional). Seu moralismo e anticomunismo se juntaram às ameaças de “varrer” a corrupção no país.

No início de seu governo Jânio tomava medidas fortes e austeras, falava em lei antitruste, reforma bancária, além de apoiar a Revolução Cubana e criticar o imperialismo norte-americano. Porém, esta euforia teve seu fim. Em 25 de agosto de 1961, Jânio renunciou, dando início ao governo de João Goulart.

Goulart, herdeiro direto de Getúlio Vargas, não era a candidatura mais simpatizada pelos setores conservadores do país. Temia-se que as suas reformas fossem muito além do esperado e se criasse no Brasil uma República Sindicalista. Os representantes dos movimentos estavam eufóricos tendo em vista a sensibilidade de Goulart para com as causas dos trabalhadores, além de vislumbrarem uma possível chegada ao poder. Os líderes conservadores, por sua vez, articulavam-se para desenvolver uma forte campanha anticomunista, pois o “perigo vermelho” perturbava uma boa parcela da população brasileira, a qual detinha grande parte dos meios de produção nacionais. Portanto, o Brasil vivia um clima de revolução ou, pior, de contra-revolução.

Goulart já havia sido acusado de tentar implantar um governo sindicalista ainda durante seu mandato frente à pasta do Ministério do Trabalho no governo de Getúlio Vargas. Suas diretrizes de governo agora pareciam dar tal fato como verdadeiro, uma vez que a orientação e os pilares de seu governo poderiam ser resumidos em reajustes salariais periódicos e compatíveis com a inflação, política externa independente, nacionalização de subsidiárias estrangeiras e, principalmente, o anúncio de que o governo não mediria esforços para concretizar as Reformas de Base. Plano este que era composto pela Reforma Agrária, Bancária, Administrativa, Fiscal, Eleitoral e Urbana.

Historicamente, as dissidências dentro do PCB sempre existiram, mas, nunca tinham se organizado em forma de forças políticas. Desta forma, organizou-se o PC do B (Partido Comunista do Brasil), que participou ativamente do movimento de guerrilhas e tinha grande influência no movimento estudantil. O novo partido se apresentava como alternativa para representar a massa de operários brasileiros. De acordo com Rezende, a decadência do governo Goulart era clara, pois,

[...] o último ano do governo Goulart ocorre num clima de inquietação profunda: o Presidente luta para aprovar suas reformas de base; ocorrem greves operárias, há agitação entre os militares; o Congresso Nacional está

bastante dividido: [...] o PCB confia “nas tradições democráticas das forças armadas”. Portanto, configura-se um quadro que, na verdade, apenas sintetiza a turbulência política da época (REZENDE, 1993, p. 64).

As forças da direita articulavam a tomada do poder, apoiadas no exército e no governo norte-americano. O Estado populista estava preste a ruir, embora o estilo populista ainda permanecesse, e talvez ainda permaneça, vivo.

1.8 1964 e o Governo do Golpe

Diante do avanço da organização e das lutas dos trabalhadores do campo, assim como da cidade, e a possibilidade de formação de um governo de base popular, as forças mais conservadoras do país, aliadas ao imperialismo, organizaram e realizaram o Golpe de Estado de 1964.²⁹ Este golpe não foi um acontecimento estritamente político ou político-militar, pois teve raízes econômicas importantes, criando segurança e condições mais favoráveis para impulsionar a acumulação monopolista de capital. Para tanto, foi desencadeada a repressão política contra as classes assalariadas em geral.

A intervenção do governo nos sindicatos aumentou, devido ao papel realizado pelo Ministério do Trabalho. As ações neste sentido não apresentavam alvos específicos, sindicatos grandes ou pequenos, todos os que representassem ameaça ao novo governo, centralizador, militar e marcado pela censura, eram motivo de intervencionismo ministerial. Isto demonstra claramente o arrocho a que o sindicalismo foi submetido às luzes do Golpe de Estado de 1964.

A ingerência e a contraditoriedade do governo militar na vida política e econômica do país ficam claras quando lemos o preâmbulo do Ato Institucional Número Um de 9 de abril de 1964:

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se

²⁹ O Golpe Militar de 1964 foi um movimento conhecido historicamente como político-militar deflagrado em 31 de março de 1964 com o objetivo de depor o governo do presidente João Goulart. Muitos autores afirmam que tal feito acarretou profundas modificações na organização política do país, bem como na vida econômica e social. Todos os cinco presidentes (Humberto Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, Emilio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo) que se sucederam desde então declararam-se herdeiros e continuadores da Revolução de 1964.

institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao país um regime que atendendo as exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, 'os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional (BRASIL, 2006).

Vale lembrar que o ideário de liberdade a que o trecho acima se refere pode ser estreitamente criticado, uma vez que o Ato Institucional Número Cinco, refere-se indiretamente a atitudes e ações deflagradas pelo movimento sindical e outros de mesmo caráter. O art. 5º do AI-5 aponta para a suspensão dos direitos políticos e classifica um destes como "a suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais". Parece-nos que a preocupação em frear o movimento social foi muito grande.

O Estado que se instalou pós-64 não aceitava qualquer mobilização ou qualquer sinal de vida combativo por parte dos movimentos operários. A preocupação era manter o controle, proibir a eleição de lideranças autênticas e comprometidas para os sindicatos e incentivar uma política assistencialista a fim de desmobilizar a classe operária. De fato, quem realmente poderia se contrapor a tais atitudes, ou seja, as lideranças operárias e a organização sindical, estavam encurraladas pela repressão do regime e, neste momento, protegiam-se na clandestinidade.

Mesmo em meio a tanta repressão, surgiram novas forças de esquerda, entre 1964 e 1968, dispostas a quebrar o silêncio que lhes era imposto pelo sistema político vigente. Devido a este fato ocorreu, então, a fragmentação da esquerda, da qual, em 1996, originaram-se: a Ala Vermelha do PC do B; a Dissidência Comunista de Guanabara, que no futuro passaria a se chamar MR-8; o Partido Comunista Revolucionário; o Movimento Estudantil 1º de Maio; e, em 1967, a Colina e a Ação Libertadora Nacional.

O "arrocho" salarial constituiu-se no principal instrumento da política econômica da ditadura. Para tanto, foi praticamente proibido o direito de greve, através da Lei 4330, e os índices de aumentos salariais passaram a ser fixados e controlados pelo governo, excluindo a livre negociação entre operários e patrões. Santana comenta que

[...] nas fábricas, os operários enfrentavam como podiam a política de arrocho salarial e controle sindical da ditadura militar. Como assinalamos, em termos concretos, a ditadura visava uma reestruturação da vida sindical. Para tanto, ela tenta cortar os elementos e mecanismos da forma de funcionamento anterior. Intervinha nas cúpulas sindicais e atacava duramente a estrutura de organizações nos locais de trabalho que agora, como sempre, podiam servir de pilar para a recomposição do movimento sindical *combativo* (SANTANA, 2001, p. 150).

Para efetivação de tal “arrocho”, foi necessário acabar com o regime de estabilidade no emprego. Em 1966, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que dava amparo às empresas para demissões compulsórias e a bel-prazer dos patrões. Grandes contingentes de trabalhadores de épocas anteriores ao dissídio coletivo foram demitidos para serem novamente contratados posteriormente, em faixas salariais mais baixas. A perda salarial dos operários conheceu o ápice entre 1964 e 1968.

O governo pós-64 tentava de todas as formas impedir a rearticulação do movimento sindical, ou do que Santana (2001, p. 151), com base nos relatos de alguns grevistas da época, chama de “sindicalismo combativo”. Vale lembrar que muitas táticas, e as de cunho mais variado, eram utilizadas para atingir tal fim. O autor lembra o fato de que o ministro do trabalho, Arnaldo Sussekind, após autorizar a realização de eleições em centenas de sindicatos, elaborou a portaria nº 40. Por esta, ficavam limitados os acessos às direções das entidades sindicais dos indivíduos alheios as vontades do governo.

Para fiscalizar os nomes dos novos líderes, a portaria instruía os interventores a iniciar processos contra as chapas que haviam sido depostas pelo golpe, acusando-as de corrupção, supostas irregularidades, fato que os impediria de retornar ao sindicato via eleição.³⁰

Apesar das alianças políticas, o movimento operário cresceu e contestou, em diversos momentos, a estrutura sindical vigente: a classe operária havia mudado. Em contrapartida o Estado aumentou ainda mais a fiscalização e a intervenção nos sindicatos, consolidando, assim, a eficácia de uma legislação profundamente autoritária que regeu por muito tempo as relações de trabalho no Brasil.

³⁰ Santana (2001) ao analisar tal prática afirma que isto já era um procedimento rotineiro na história do movimento sindical brasileiro. Basta lembrar que a mesma estratégia havia sido usada no governo Dutra, durante os processos de intervenções sindicais. Este tipo de procedimento passaria a opinião pública a imagem de que intervir no sindicato não era um ato político-ideológico, mas uma tentativa governamental de manter e garantir a boa administração sindical, punindo e investigando os líderes corruptos.

O que importava para o modelo de dominação pós-64 era despolitizar os movimentos, tornar os sindicatos órgãos assistencialistas e burocráticos, evitar greves, bem como a formação de Centrais Sindicais e a atuação de lideranças combativas. A Lei 4.330, publicada logo após o golpe, indicava bem o teor repressivo do Estado: qualquer greve seria ilegal. A classe operária, sob controle do Estado, garantiria o sucesso do modelo econômico a ser implantado pela tecnocracia.

A mobilização sindical continuou em pauta, em fins de 1967, por iniciativa de alguns sindicatos isolados. Os metalúrgicos de São Paulo, Santo André, Guarulhos, Campinas e Osasco, organizaram, o movimento intersindical antiarrocho salarial. Movimento este que desencadeou duas greves, uma dos metalúrgicos de Osasco (SP) e, outra, da mesma categoria, em Contagem (MG).

Mesmo envolto em tantas normatizações e acuado pelas possibilidades de sanção e penalizações, os sindicatos, no ano de 1968, promoveram três emblemáticas manifestações grevistas: “o primeiro em abril, envolvendo os metalúrgicos do município de Contagem, na região Metropolitana de Belo Horizonte; o segundo em julho, em Osasco (SP), e o terceiro na área rural da cidade do Cabo (PE), durante o mês de outubro”(ABREU, 2001, p. 5400). Curiosamente, os três movimentos datam de antes da promulgação do AI – 5.

Em ato repressivo, o Ministério do Trabalho declarou imediatamente ilegais os movimentos e determinou a intervenção nos sindicatos envolvidos. A força e o aparato militar foram utilizados para invadir fábricas e outros estabelecimentos. O objetivo era, a qualquer custo, dissolver as paralisações e por fim ao movimento grevista.³¹

Após este insucesso nas greves de 68, os trabalhadores passaram a adotar uma nova prática como tática, a luta de resistência dentro das fábricas com as operações tartarugas,³² impedindo o bom andamento da produção. O objetivo era forçar o patronato a abrir negociação e a conceder aumentos salariais. As greves somente voltariam ao cenário brasileiro a partir da década de 1970, com paralisações na região do ABCD Paulista onde localizava-se o setor mais avançado e de ponta da indústria brasileira.

³¹ Sobre os acontecimentos de 1968 e suas posteriores repercussões e resultados, ver Santana (2001, p. 161-77).

³² Os trabalhadores, neste caso, não se ausentavam nem muito menos paralisavam suas atividades. A estratégia era reduzir ao máximo o movimento de produção, produzir o menos possível ou, em casos **extremos**, forçar danos no maquinário para paralisar a linha de produção.

O trabalho silencioso e acobertado, que articulava diversos grupos em diversos setores, manteve a chama do movimento operário-sindical brasileiro, apesar dos sucessivos ataques desfechados pelo regime militar. Em fins da década de 1970, várias movimentações ganharam visibilidade, sendo exemplo disso as mobilizações do ABC. A partir da década de 1970, o movimento sindical brasileiro adotaria uma posição inovadora e, além disto, recuperaria e ganharia espaços importantes do cenário político-econômico do país.

1.9 O Novo Sindicalismo, a CUT e as CGTs

Nos anos 70 e 80 surgiu, em São Bernardo do Campo, um sindicalismo novo, que buscava devolver o papel de vanguarda à classe operária brasileira.³³ Tal modelo sindical buscava a conscientização dos trabalhadores às portas das fábricas, em suas casas, nas vilas, nos bairros, num trabalho incansável. As greves novamente se propagaram, multiplicando-se os movimentos. Foi neste contexto que, no ano de 1983, surgiu a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Depois de 1968, as condições para as ações coletivas não eram mais favoráveis; assim, os trabalhadores forma privados de qualquer experiência desse tipo. Os sindicatos que obstruíram a execução da política econômica do governo podiam sofrer intervenção, e os líderes sindicais que distribuíam propaganda política podiam ir para a cadeia ou ‘desaparecer’. Portanto,, os novos líderes deixaram suas ações em suspenso. [...] Os riscos eram muito grandes, enquanto o impacto sobre os trabalhadores e o governo podia ser pequeno, especialmente durante o milagre econômico. Por essa razão, as diferenças de comportamento entre os líderes sindicais empenhados na luta e os pelegos eram amiúde imperceptíveis para a maioria dos trabalhadores. Todos os líderes cumpriam suas funções burocráticas, embora os militantes procurassem transformar os eficientes serviços prestados pelo sindicato em maneiras de se criar uma identificação sindical (SANDOVAL, 1994 apud CRUZ, 2000, p. 45).

Nesta passagem de Sandoval, temos a clara noção da dificuldade que era organizar o movimento sindical no final da década de 1960 e início da década de 1970. Talvez este tenha sido o motivo mais fundamental para que o movimento

³³ Entendemos que sem a vanguarda não haveria revolução, pois ela é produtora da teoria revolucionária. O movimento de 1968, na França e em outros países, foi uma crítica contundente às vanguardas e à maneira centralizadora de fazer política.

sindical brasileiro buscasse sua legitimação em outros modelos de práticas e discursos.

Em 1973, o “milagre brasileiro” foi abortado pela crise no sistema capitalista, levando também ao aprofundamento das contradições ideológicas do Regime. No ano seguinte ao que Cruz chamou de “crise do petróleo” – 1974 – o fim do Regime Militar Brasileiro seria marcado por um conjunto de acontecimentos. Dentre eles, a elevação das taxas internacionais de juros, fato que levou ao movimento de elevação de preços. Além disto, no campo político, o novo presidente, Ernesto Geisel, assumia com uma promessa forte de redemocratização.

Alguns autores atrelaram o fim do Regime Militar ao crescimento do contingente de trabalhadores urbanos. Uma análise interessante é feita por Cruz (2000, p. 47):

A par disto tudo, o crescimento econômico havia produzido uma nova urbanidade e uma nova classe trabalhadora no centro do país, ocupada fundamentalmente na construção civil e no setor de serviços e nos grandes complexos metalúrgicos e Metal-elétrico das indústrias multinacionais que se haviam instalado aqui, aproveitando a estabilidade política. O resultado foi a enorme concentração operária no centro-sul, com uma migração interna impressionante de milhões de trabalhadores que se deslocaram do eixo norte-nordeste em direção ao centro industrial do país.

A migração citada pelo autor pode ser compreendida como um inchaço no número de operários urbanos e, numa lógica natural, a possibilidade de ampliar as fileiras de associados aos sindicatos descortinava-se cada vez mais clara. Para comprovar estatisticamente o aumento no contingente de operários urbanos, Cruz cita Éder Sader que, com base em dados do IBGE, apresenta alguns dados sobre a cidade de São Paulo na década de 1970 comparada a década de 1980:

Em 1970, do total da população economicamente ativa, apenas 31% não haviam passado pela situação da migração; 34% eram imigrantes chegados em São Paulo há menos de 10 anos; e 35%, migrantes chegados a menos tempo. Em 1980, as pessoas que haviam migrado há menos de 10 anos e viviam na Grande São Paulo somavam 3.384.000 pessoas, das quais 1.871.000 vinham dos Estados do Sudeste e 993.000 de Estados do Nordeste (SADER, 1988 apud CRUZ, 2000, p. 47-8).

Alguns autores apresentam a década de 1970 como o momento da grande guinada na história do sindicalismo brasileiro. Antunes (1992) marca o início da nova forma de luta operária com a realização do I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo. Na oportunidade foram discutidas as taxas de lucros da indústria

automobilística. Foi, na oportunidade, objeto de discussão a proporcionalidade ‘aumento no ritmo de trabalho = aumento no lucro do empregador’. Do Congresso saíram as novas diretrizes de luta que podem ser resumidas em liberdade sindical, garantia dos direitos fundamentais de trabalho e contratação coletiva de trabalho.

Sem demora o governo publicou uma seqüência de decretos governamentais que objetivaram garantir a continuidade do processo de arrocho salarial. As demissões começavam a ocorrer. Aliado a este cenário, vieram a público as denúncias da fraude salarial de 1973 que lesou em 34,1% os salários dos trabalhadores.³⁴

A partir do ABC, motivados pelo cenário político e econômico, pipocaram movimentos grevistas que questionavam o Regime e a política econômica brasileira. Tal ressurgimento dos movimentos de massa, num período de crise nacional e em meio a um aparato organizado de líderes sindicais governamentalmente orientados, provocou novos mecanismos de atuação dos agentes defensores das classes operárias. Muitas vezes estas estratégias nasciam dentro das fábricas de forma clandestina, alheios ao conhecimento do sindicato da categoria. Tal fato proporcionaria a grande onda de movimentos oposicionistas que se instalaram no final da década de 1970, buscando a “tomada do sindicato”.

Muitos movimentos foram organizados pelas Comissões de Fábricas. Estas se organizavam a partir de lutas internas por melhores condições de trabalho, travadas no interior das empresas a partir de estratégias variadas de resistência à exploração econômica, que iam desde os “jornais de banheiro” até a sabotagem velada.

É possível perceber que essas comissões e/ou ‘grupos de fábrica’ que emergem da resistência operária à organização do processo de trabalho ganham uma autonomia relativa – principalmente quando dela fazem parte elementos ligados às pastorais operárias e/ou oposições sindicais – em relação ao processo mesmo de trabalho, e passam a exercer papel fundamental na organização interna do movimento, sobretudo no que tange à capacidade de deter as investidas repressivas do capital e ao levantamento de uma série de reivindicações mais ligadas ao cotidiano das fábricas, incidindo, inclusive, no questionamento de alguns aspectos da organização do processo de trabalho e dos regulamentos internos de fábrica [...] As comissões de fábrica, que, como tendência, emergem a partir da luta pela comunicação horizontal entre os operários, exercem um papel fundamental de organização/representação operária (MARONI, 1982 apud CRUZ, 2000, p. 51).

³⁴ Tal fraude tratou-se de um decreto-lei preparado pelo então ministro da fazenda, Delfim Neto, que expurgava do índice da inflação o aumento dos combustíveis, mudando a “regra do jogo”, de modo a evitar que o repasse dos preços aos salários gerasse mais inflação.

As articulações intersindicais não pararam de se multiplicar. Nesse período vão configurando-se dois campos principais no novo momento do sindicalismo brasileiro. De um lado, aglutinam-se os sindicalistas “autênticos” e as oposições sindicais, em torno de iniciativas como o Encontro das Oposições Sindicais (ENOS), realizado em Dezembro de 1979 e o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado em Setembro de 1980, mas sobretudo através da Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical (ANAMPOS), criada em 1980. De outro lado, articulam-se os sindicatos e federações próximas dos partidos comunistas (PCB e PC do B) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que criam a Unidade Sindical (US), em 1979, mais os sindicalistas “pelegos”³⁵ (muitos dos quais antigos interventores).

A criação da CUT não pode ser compreendida desvinculada deste contexto geral e político. Não podemos construir no imaginário de nosso leitor o cenário de que os membros da Comissão Pró-CUT tenham desencadeado a construção da mesma sem enfrentar amarras e pendengas políticas ou, até mesmo, jogo de interesses. Para compreendermos este cenário de 1983, é bom que recorramos às leituras dos anais do I CONCLAT. Neles ficam claros os interesses ambíguos dos sindicalistas da época.

A Central Única dos Trabalhadores foi uma das entidades responsáveis pela união e a nacionalização das lutas operárias sindicais pelo Brasil.³⁶ E, se observarmos com atenção o que escreve Regina Echeveria, na Revista que comemorou os vinte anos de CUT no Brasil, podemos entender a sua importância para aquele momento histórico.

O país que fez nascer a CUT era completamente outro, em 1983. Enquanto o Presidente João Baptista Figueiredo cumpria a derradeira etapa do agonizante governo militar, a sociedade, organizada ou não, ganhava coragem para por fim a um regime de exceção que amordaçou os brasileiros por longos 21 anos. Foi para as ruas pedir eleições diretas, enquanto a inflação corria a solta, até atingir, naquele ano, a espantosa marca de 211%. Quatro sindicatos estavam sob a intervenção do governo federal; morria no Brasil a primeira vítima da Aids; o Filme Pra Frente Brasil desafiava os poderosos; e, tristeza na pátria, roubaram a Taça Jules Rimet. O nascimento da Central Única dos Trabalhadores, no 28 de agosto, dia de festa, em que o sonho da militância venceu a fome, o frio e a falta de

³⁵ “Pelego” - Sindicalista que defende as políticas governamentais, em detrimento das reivindicações da classe trabalhadora, na sabedoria popular “pelego” é um pano, ou lã de ovelha, que se coloca entre a cela e o cavalo.

³⁶ Há que se levar em conta que a CUT surge em um cenário muito diferente daquele enfrentado pela CGT, em 1946. Os anos 80, contemporâneos a criação da CUT, já aspiravam ares mais democráticos e, por conseguinte, o movimento sindical já encontrava adesão e força das suas bases. Ainda é necessário considerar que os governos da década de 1980, eram tolerantes a organização sindical dos trabalhadores, o que não era comum nos idos de 1946.

alojamento nos estúdios da Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, foi uma felicidade para a democracia brasileira.³⁷

Embora possamos perceber nestas palavras o quanto está presente o discurso ideológico, é possível que se vislumbre uma felicidade, uma vontade de renascer, de reconstruir, de novamente lutar de forma gigantesca e forte. Este sentimento surgia, junto com o nascimento da CUT, nas categorias envolvidas nas lutas e movimentos sociais da época.

Em contrapartida ao movimento organizativo da CUT, em março de 1986, certa de que não haveria mais possibilidade de aproximação aos sindicalistas combativos, que a Conclat³⁸ em seu congresso assume o nome de Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Esta, por sua vez, tinha como princípio básico a oposição à Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho, a qual dava liberdade de associação a todo empregado e empregados, bem como impossibilitava qualquer tipo de intervencionismo do estado sobre as mesmas. O argumento da então Central era o de que tal liberdade daria excessiva capilaridade às associações, fato que levaria a perda do controle das Centrais sobre as entidades.

Mesmo assim, a Central defendia a convocação de uma assembléia constituinte para o Brasil. Além disso, defendia, também, as estatais contra as privatizações, o não pagamento da dívida externa e a Reforma Agrária. Transparece aqui a vontade da Central de reorganizar o país mas, da mesma forma, preocupada em não perder o controle das organizações sindicais.

Internamente, tanto CUT quanto CGT passaram por momentos de disputas intelectuais. A CUT superou a crise e evitou a divisão, a CGT por sua vez assistiu o surgimento de um grupo de “sindicalistas de resultados”, que se declaravam anticomunistas e defensores da economia de mercado, que divergiam, então, do sindicalismo “combativo” da CUT e dos companheiros de esquerda da CGT. O chefe do grupo de sindicalistas de resultados era Rogério Magri, do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (ABREU, 2001, p. 5612).

A contribuição sindical continuava a ser debitada do salário dos trabalhadores e seria distribuída para os sindicatos, federações e confederações. No

³⁷ A revista de comemoração ao aniversário da CUT, foi distribuída entre as entidades sindicais filiadas e, em seu conteúdo, conta com a participação de muitos que fizeram parte de sua história. Este material foi uma publicação exclusiva da Central Única dos Trabalhadores, em caráter de marketing.

³⁸ CONCLAT: Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora, criada num congresso de novembro de 1983, o qual reuniu um sem número de representantes sindicais que foram excluídos pelos sindicalistas combativos da CUT, sob a acusação de proximidade e defesa da estrutura sindical vigente, ou seja, um sindicato com base nos pilares do governo militar.

entanto, a CGT (Coordenação Geral dos Trabalhadores) não tinha caráter de Confederação, por conseguinte não receberia os recursos da contribuição sindical.

Na busca da adequação, em setembro de 1988, em uma reunião ocorrida em Brasília, a CGT passa a se chamar Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). No segundo Congresso da Confederação, o candidato Antonio Rogério Magri, aliado do Centrão, vence as eleições à presidência da mesma (ABREU, 2001, p. 5612).

Para levantarmos algumas idéias concludentes, precisamos esclarecer que após a segunda metade dos anos de 1990, os sindicatos de esquerda no Brasil elegem novos rumos e novos inimigos ou amigos. O “novo rumo” ao qual nos referimos acima, compreende o sindicato como um instrumento de luta da classe trabalhadora. Essa concepção entende que além das reivindicações econômicas, o sindicato deve incentivar a política dos trabalhadores. Nesse sentido, os sindicatos contribuirão de forma decisiva no envolvimento e participação de líderes sindicais na construção de um novo cenário nacional no âmbito político e econômico.

Seguindo por esta linha, não podemos deixar de correlacionar a história do movimento sindical com a criação e o crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT), em vários recantos do país. Na vida do partido sempre estiveram presentes lideranças dos movimentos sindicais.

Tal fato é possível de ser explicado, uma vez que a tendência do sindicalismo brasileiro pós anos 80 passa a ser a tarefa de aumentar o espaço de representação no cenário político. É importante que se destaque que os sindicatos referidos continuaram a exercer, veementemente, o combate às agruras dos trabalhadores das categorias que representam. Quando falamos do atrelamento político entre sindicatos e partido, estamos pontuando a afinidade ideológica entre ambos. Além disto, é preciso entender o papel dos sindicatos na construção da consciência e da desmistificação de emblemas existentes sobre o PT.

As alianças dos sindicatos a CUT e ao PT, transformaram a política sindical de uma ação fechada em uma ação aberta e democrática. Há que se levar em consideração, para tal conclusão, as negociações salariais, a manutenção de atividades de apoio e de defesa dos trabalhadores representados, bem como os encontros e as estratégias de discussões políticas e teóricas a que os sindicatos pós anos 1990 se empenharam.

Após apresentar, como era o objetivo inicial do presente capítulo, um relato de alguns fatos e ações do sindicalismo brasileiro no campo do trabalho, com a intenção de poder localizar e embasar a temática a que esta pesquisa se volta, iniciaremos, no texto a seguir, uma localização espaço-temporal e histórica do tema. Assim, é preciso apresentar uma construção descomprometida, do território e da empresa onde se insere tal tema para que possamos abordar a objetividade da organização sindical dos trabalhadores na indústria alimentícia da cidade de Concórdia.

Isto não seria possível se fosse articulado ao capítulo acima exposto, uma vez que o debate e o objetivo que ora se apresentou não é, em grande parte, contemporâneo ao recorte que faremos a seguir. Apenas se tornou necessária tal discussão uma vez que é imprescindível aclimatar o leitor ao tema que este trabalho se presta. Neste segundo capítulo que se desenrola faremos, como já foi dito, uma abordagem do recorte territorial que será nossa preocupação durante o trabalho. Este recorte pode ser compreendido como o município de Concórdia, Santa Catarina, que como dizem os antigos e aqui transcreveremos, embora sem concordar na totalidade, “teve a sorte de receber os investimentos do Sr. Attílio Fontana”.

A implantação de uma indústria no ramo de alimentação em local como este, que vem de uma colonização de imigrantes europeus que disputaram as terras com caboclos nativos e nela produziram cereais e suínos, se tornou solo fértil ao crescimento do empreendimento, bem como a inserção de mais mão-de-obra na linha de produção. O ideário sindical não tardou a chegar até a fábrica, uma vez que a empresa tem laços estreitos com os grandes centros do país, onde se davam os embates políticos e de classes mais ferrenhos e, porque não dizer, mais organizados.

Assim, será possível depreender algum esforço no sentido de apresentar aspectos históricos inerentes aos recortes de tempo e espaço deste trabalho, uma vez que os mesmos solidificarão alguns argumentos iniciais e concludentes desta pesquisa.

2 CONCÓRDIA: DOS PRIMÓRDIOS ÀS CHAMINÉS DA AGROINDÚSTRIA

Para elucidarmos, posteriormente, a história do movimento sindical na cidade de Concórdia, que se desenvolveu em torno da indústria alimentícia, encontramos dois desafios. O primeiro deles é a necessidade de apresentarmos o espaço em que se inseriu tal objeto, ou seja, um pouco da história de Concórdia. O segundo é que se faz necessário falar da indústria alimentícia local. Para tal, optamos por apresentar a mesma olhando sob o prisma da agroindústria Sadia que, além de ser referência internacional, também foi berço da formação do movimento sindical em questão. Assim, este capítulo se revestirá de tal papel, apresentar Concórdia de forma panorâmica e objetiva e a formação da agroindústria.

É imprescindível observar nosso recorte geográfico tomando como espinha dorsal um pano de fundo. Assim, optamos pelo caminho tido por nós como o mais seguro, ou seja, o uso das fontes que são disponíveis, neste caso muito mais as de caráter regional, pois as de caráter local – aqui tido como município de Concórdia – se resumem em trabalhos pouco aprofundados. Ainda lançamos mão do uso de fontes orais, neste caso de atores que, além de imigrantes, também estiveram envolvidos no movimento sindical.

2.1 A colonização de Queimados

Em 1916, com o fim da Guerra do Contestado³⁹ e estabelecido o acordo sobre os limites, empreendedores passam a atuar cada vez mais forte no ramo de comércio de terras na região Oeste de Santa Catarina. Dentre os novos

³⁹ Em 1853 começa a disputa de limites entre Santa Catarina e Paraná, quando este último se desmembra de São Paulo e firma posse sobre o oeste catarinense. Com a constituição de 1891, é assegurado aos Estados o direito de decretar impostos sobre as exportações e mercadorias, como também indústrias e profissões, o que acirra ainda mais a questão dos limites, pois a região era rica em ervas. Em 1904 Santa Catarina obtém ganho de causa perante o Supremo Tribunal Federal, mas o Paraná vai recorrer perdendo novamente em 1909 e 1910. Porém a discussão não finda por aqui, sendo resolvida em 1916 quando os governadores Felipe Schmidt (SC) e Afonso Camargo (PR), por intermédio do Presidente Wenceslau Bráz, assinam um acordo estabelecendo os limites atuais entre os dois estados. Há que se destacar que entre estes dois marcos diplomáticos ocorreram vários embates armados entre os sertanejos e as tropas do governo. Os sertanejos que não queriam sair de suas terras e o governo tentando assegurar a posse das terras a Companhia de Colonização (HEINSFIELD, 1996)

estabelecimentos agrícolas, encontravam-se as terras que margeavam o Rio Engano, posteriormente chamado Concórdia, denominação que, mesmo perdendo alguns territórios desmembrados em municípios, leva até hoje. As empresas de colonização, através de propaganda, encontraram no Rio Grande do Sul imigrantes e descendentes de italianos e alemães interessados em proceder aquisições de novas terras.

O ano de 1917, foi o marco inicial de demarcação das terras da colônia onde hoje encontra-se o município de Concórdia:

Partindo de uma ordem do Governo Federal, a Cia. da Estrada de Ferro, através de seu departamento de terras e colonização, começou a medir e demarcar a Colônia Rio Engano e vender as terras aos caboclos interessados. Estes eram apresentados ao Diretor da Colônia por José Fabrício das Neves. As Colônias foram se desenvolvendo e o governo do Estado foi criando novas sedes municipais e comarcas. Foram negociados 3.346 lotes coloniais, variando de 8 a 15 alqueires paulistas, terras estas, que compreendiam as fazendas Rio Engano e Sertãozinho (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, 1996, p. 06).

A dificuldade de medir as terras veio de um dos trechos do território denominado Queimados, que eram de posse do caboclo Eusébio. A Cia. da Estrada de Ferro, representada por sua colonizadora de nome Brazil Development Colonization Company buscou uma saída pacífica, motivada pelo recém processo de guerra que a região havia passado.

Victor Kurudz, agrimensor da Brazil Development Colonization Company, com o auxílio de José Fabrício das Neves, este de forte influência entre os caboclos, após muitas conversas e explicações na casa do caboclo Eusébio, convence este a permitir a demarcação. O sucesso do encontro motivou Vitor Kurudz a proferir: 'Diante do que acabamos de combinar e concordar, este lugar passa a ter o nome Concórdia' (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, 1996, p. 06).

Depois de celebrado o acordo entre o caboclo e a colonizadora, a venda das terras tornou-se mais rápida e atrativa. Alguns autores creditam isto ao fato de que era difícil vender terras em uma região que havia recém passado por embate de repercussão nacional – caso da Guerra do Contestado. Pior era vender terras com esta “má fama” e ainda sob comentários de que o caboclo Eusébio truncava o processo de colonização.

Em meados de 1925, a Brazil Development Colonization Company, negociou o restante das terras com a Sociedade Territorial Mosele, Eberle & Ahrons Ltda. Foi sob a responsabilidade desta colonizadora que se iniciou o procedimento

de extração de madeira das terras transportando-as via balsa pelo Rio Uruguai. Este procedimento fazia com que ao mesmo tempo em que a colonizadora limpava as terras para vendê-las, também encontrava uma excelente fonte de renda. A Colonizadora deu o nome oficialmente às terras de Sede Concórdia, em substituição a Queimados.⁴⁰

Os Mosele vieram de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, e a maioria dos imigrantes que aqui chegaram eram gaúchos. Os contratos de compra e venda eram feitos aqui mas os pagamentos eram feitos em Marcelino Ramos, onde havia a casa bancária, o banco Pfeiffer que tinha como gerente o Senhor Anselmo Lermem [...] (BÜCHELE, 2000, p. 262).

O processo de colonização trouxe às terras de Concórdia muitos gaúchos que passaram a sobreviver do corte e da extração de madeira, atividades agrícolas de subsistência, sendo que o maior destaque era dado para a produção agropecuária. Dentre estes, o ramo da suinocultura era o que mais se desenvolvia.

A vinda de colonos se deu por vários motivos, mas a notícia se espalhou principalmente por força de muita divulgação feita pelas colonizadoras. Como é o caso da Mosele, Eberle, Ahrons e Cia., que anunciava nos mecanismos de imprensa dos estados vizinhos que a mesma era detentora das terras das colônias Concórdia e Herval, as quais definia como 'os dois maiores centros de grande progresso da zona colonial de Santa Catarina, isso pela qualidade de suas terras e por estarem situadas nas proximidades das estações de Herval e de Marcelino' (RADIN; BENEDET; MILANI, 2003, p. 41).

Era comum encontrar nos anúncios das colonizadoras, e a de Concórdia não era diferente, um enaltecimento da qualidade das terras, a abundância das madeiras de lei, a existência de estradas, a proximidade das estações ferroviárias, dentre outras vantagens. Alguns anúncios eram mais audaciosos e chegavam a afirmar claramente que nas terras "não há intrusos" (RADIN; BENEDET; MILANI, 2003, p. 43), fazendo referências a caboclos ou outros sujeitos que pudessem atrapalhar a posse das terras pelos colonos.

A nova fronteira agrícola era, então, apresentada pelas colonizadoras como uma possibilidade de muita pujança e crescimento. Algumas colonizadoras

⁴⁰ O nome Queimados vem da denominação de um dos córregos que cortavam as terras. Na cidade até os dias de hoje, acredita-se que tal denominação seja advinda da lenda de que um caboclo conhecido como Tigre Velho queimava corpos que ficavam abandonados após o combate entre os fanáticos da Companhia Celeste (seguidores dos monges envolvido na Guerra do Contestado) e o governo. Depois de queimados, os corpos eram jogados no riacho. Outra versão relata o fato de que às margens do rio houve grande queimada de floresta, fato que deu o nome ao riacho. É bom salientar que, localmente, ambas as versões são aceitas, porém nenhuma apresenta comprovação significativa. O Rio do Queimados corta, atualmente, a cidade de Concórdia (BUCHELE, 2000).

enalteciam, estrategicamente, a possibilidade de constituírem-se grandes comunidades étnicas, com fortes laços culturais entre os colonos.

As companhias de colonização, com suas diferentes técnicas, souberam trabalhar com as insatisfações e as esperanças dos teutos e ítalos, mostrando-lhes que na nova vida a ser iniciada no Oeste, teriam condições de manter as suas práticas sócio-culturais (sic) e o seu padrão econômico ou mesmo melhorá-lo (NODARI, 1999 apud RADIN; BENEDET; MILANI, 2003, p. 43).

A participação italiana no processo de colonização foi expressiva, marcando profundamente a história da região. Foi o momento de formação de uma região de população jovem, em geral disposta ao trabalho agrícola, pois estava iniciando sua vida econômica. Frente às estratégias aplicadas pelas colonizadoras, que favoreceram a colonização rápida da região, assim como as características dos colonos, a emancipação das terras de Concórdia foi facilitada.

O processo de emancipação foi favorecido, uma vez que a distância da sede do município ao qual as terras de Concórdia estavam dificultava uma participação maior do governo municipal. Assim, as terras de Concórdia foram transformadas em município no dia 29 de julho de 1934, por força de decreto do Governo do Estado de Santa Catarina. Desta forma, o município de Concórdia iniciava sua vida emancipado de sua antiga sede, o município de Cruzeiro (atual Joaçaba, Santa Catarina).



Figura 1 – Festa de emancipação do município de Concórdia, em 1934

Fonte: Acervo do Memorial Attilio Fontana.

A crescente colonização e a expoente produção de suínos não demorou a despertar o interesse dos investidores. Já na segunda metade da década de 1930, uma sociedade organizou e construiu o primeiro moinho do município. A obra e a

sociedade não foram bem sucedidas. Porém, o potencial produtivo da região era bom. A dificuldade que os produtores encontravam em vender trigo e suínos era grande e o preço pago era muito aquém do estabelecido pelo governo.

A Sociedade que implantou o moinho em Concórdia encontrou dificuldades, tanto de caráter financeiro quanto estrutural. Estrutural no sentido das condições das estradas e ligações para o Rio Uruguai ou a estrada de Ferro que cortava Volta Grande. Esta, embora em território concordiense, a menos de 40 quilômetros da sede, era de difícil acesso.

Houve então uma assembléia, na qual os associados concordaram com o prefeito Dogello Goss sobre a necessidade de procurar uma pessoa fora de Concórdia, com experiência administrativa, para viabilizar o andamento do moinho e o frigorífico que estavam construindo (BÜCHELE, 2000, p. 276).

É neste contexto que a sociedade procura o comerciante Atílio Francisco Xavier Fontana. Este já possuía negócios comerciais em Bom Retiro, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Água Doce. Em face de sua experiência e o aceite de sua proposta aos sócios Atílio Fontana torna-se comerciante em Concórdia.

2.2 “Uma pessoa de fora”

A intenção dos sócios do Moinho Concórdia, que apresentava dificuldades financeiras, era encontrar alguém que tivesse habilidades com os negócios e potencial financeiro para adquirir as novas cotas da sociedade que seriam incorporadas ao capital.

Assim surge a idéia de procurar o jovem empreendedor Atílio Francisco Xavier Fontana. Este filho de imigrantes italianos que haviam se transferido ao Brasil por meio dos movimentos que trouxeram colonos da Europa para o Brasil. Seus pais estabeleceram-se no atual território do município gaúcho de Santa Maria, onde Atílio Fontana nasceu.

Depois de uma infância voltada aos serviços de agricultura o jovem Atílio, já “enamorado”, migrou para o Distrito de Bom Retiro, atual município de Luzerna – SC. Já órfão, casa-se e inicia seu trabalho com “salário fixo mensal”. Mais tarde

comprou a venda em que trabalhava e agregou a ela, na outra margem do Rio do Peixe, um pequeno hotel, o qual recebia dedicação exclusiva de D. Diva, sua esposa (FAVERO, 2004, p. 193).

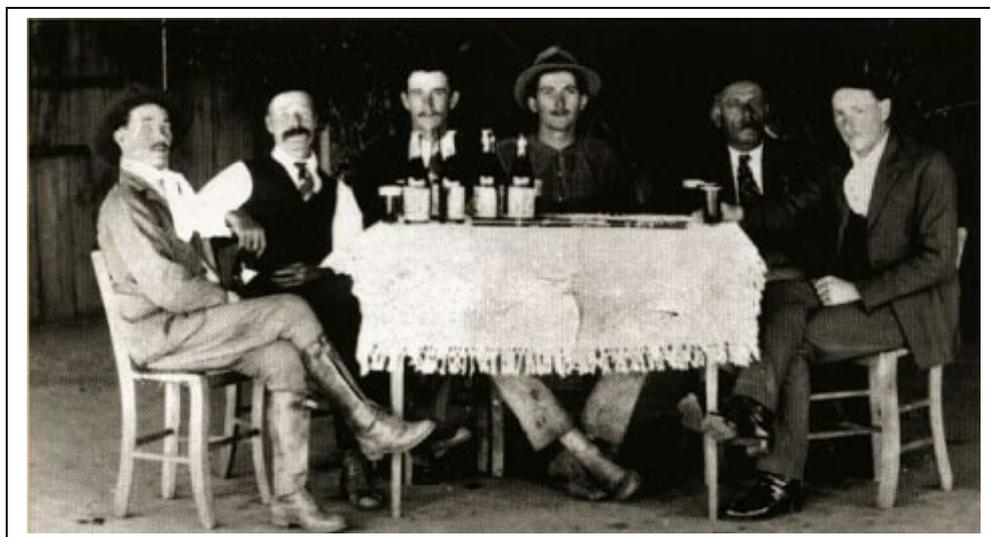


Figura 2 – Atílio Fontana (no centro de chapéu) ao lado de amigos, em 1924
Fonte: Acervo do Memorial Atílio Fontana.

Em 1927, seu irmão Honório, movido pelo sucesso dos negócios de Atílio no Oeste Catarinense, transferiu-se para a região com toda a família, incluindo a mãe. A partir deste ano Atílio e Honório passaram a formar sociedade e investiram no comércio de grãos, alfafa e suínos que, como já dissemos anteriormente, existia em grande quantidade na região. A sociedade dos irmãos prosperou rapidamente para o momento em que vivia o país, a Revolução de 1930.

Um dos episódios da época que Atílio menciona⁴¹ é o de que as tropas da Revolução de 30 fizeram compras em sua casa de comércio em Bom Retiro. Na oportunidade, adquiriram coisas curiosas como “[...] meias e outros artigos de senhoras; recordo-me, curiosamente de que até um urinol ele mandou separar [...]” (FONTANA, 1980, p. 85), referindo-se ao chefe da Revolução que procedeu a compra.

Era comum naquela época, e em meio aquele cenário, as tropas revolucionárias requisitarem mercadorias pelo caminho onde passavam, mediante assinatura de requisições, fato que garantiria aos comerciantes o recebimento do valor comprado depois da Revolução. Sobre o pagamento, Fontana afirma que

⁴¹ Quando nos referimos ao que Atílio Fontana menciona ou conta é por que estamos nos referindo a sua autobiografia, uma das poucas obras que existem de caráter local que “contam” a história da formação do grupo Sadia, partindo de sua origem em 1945.

realmente o governo honrava com as requisições. Caso particular foi o seu. De todas as casas comerciais de Bom Retiro onde as tropas haviam feito compras, a única a não receber o pagamento do major responsável por tal ato foi a sua. Fontana credita isto ao fato de ele não ter apoiado os revolucionários e ser partidário de Júlio Prestes, ferrenho opositor a Getúlio Vargas. Mesmo assim, o governo, depois de algum tempo, quitou a dívida com Fontana, descontando obviamente as mercadorias “curiosas”, ou seja, as que não faziam parte das necessidades das tropas.⁴²

Embora anverso ao ideário do governo resultante da Revolução de 1930, Fontana tornou-se membro do Conselho Municipal.⁴³

A verdade é que eu não havia pleiteado nada, nem sequer tomara conhecimento do decreto que instituíra os conselhos municipais; mas aceitara a minha indicação e procurara colaborar da melhor forma possível. Não recebíamos nenhuma espécie de subsídio, verba de representação, ou coisa que o valha. Nosso trabalho era exercido tão-somente pelo desejo de servir à comunidade (FONTANA, 1980, p. 96).

Uma década depois, Fontana foi compelido a mudar de rumos nos negócios. Seu grande sonho, como escreve em seu livro, era instalar um moinho. Por essa época o Moinho Concórdia, passava por dificuldades financeiras, com a construção totalmente paralisada e os cotistas recusando-se a integralizar o dinheiro que haviam se comprometido.

A sociedade do Moinho Concórdia resolve então buscar “uma pessoa de fora” (BÜCHELE, 2000, p. 276), com experiência no ramo comercial e dinheiro para salvar o projeto do empreendimento. Por ocasião desta necessidade o prefeito de Concórdia, Dogello Goss, convidou Fontana para uma visita a cidade e para participar de uma reunião dos cotistas do moinho. Fontana aceitou o convite e na reunião recusou-se a assumir a sociedade, devido aos problemas que envolviam a paralisação das

⁴² Esta passagem é relatada na obra autobiográfica de Fontana. Há que considerar que o autor afirma ser opositor às ações de Getúlio durante a Revolução. É fácil entender o porquê. O mercado consumidor dos suínos enviados ao centro do país era Itararé. Esta cidade ficou isolada na expectativa da célebre Batalha de Itararé. Fontana, na ocasião, tinha 4 vagões de trem cheios de suínos vivos que estavam retidos em Jaguariaíva, já no território Paranaense, a aproximadamente 150 quilômetros de Itararé. Como as tropas revolucionárias haviam bloqueado a estrada a passagem dos animais não era possível. Assim os suínos foram industrializados no abatedouro Matarazzo, na cidade de Jaguariaíva. Depois da Revolução Fontana foi informado de tal fato e tentou cobrar o frigorífico Matarazzo e conseguiu. Porém o preço pago pelos quatro vagões foi muito baixo. Sob pena de perder tudo Fontana aceitou. Talvez estes fatos todos citados na obra autobiográfica de Fontana (1980, p. 80-85), esclareçam alguns motivos da revolta do comerciante frente a Revolução de 1930.

⁴³ Governo de Getúlio, após a vitória na Revolução de 1930, baixou um decreto, criando os conselhos municipais, com função equivalente à das câmaras de vereadores, então extintas. Os conselheiros não eram eleitos nem escolhidos propriamente pelo prefeito, mas nomeados pelo interventor em cada Estado da Federação.

obras, a falta de confiança entre os sócios e, principalmente, as dificuldades de acesso ao recém formado município de Concórdia.

Mesmo assim, Fontana apresentou aos sócios uma contraproposta, ato típico de um homem de negócios:

Eu tomaria o encargo do empreendimento e trataria de fazer funcionar um pequeno moinho já instalado e que poderia industrializar umas 6 toneladas de trigo por dia, e depois, no ano seguinte, iríamos decidir alguma coisa após essa experiência inicial. Havia lá uma grande produção de trigo não industrializado, e como houvesse dificuldade de escoamento, o produto estava praticamente se perdendo. Até mesmo compravam ali farinha de trigo vinda de Joinville, onde havia um grande moinho, em funcionamento até hoje.

Eles aceitaram as minhas condições. Cinquenta por cento dos resultados seriam dos cotistas do frigorífico e os outros cinquenta meus (FONTANA, 1980, p. 122-123).

Realmente, para o mundo dos negócios, a proposta de Fontana era um insulto. O comerciante a fez no intuito de não desmerecer a intenção da sociedade em procurá-lo como alguém de fora dela para levantar o empreendimento, embora seja possível perceber nos seus escritos, que o mesmo já havia percebido um certo potencial de 'tirar vantagem' no empreendimento frente a grande produção de trigo e suínos na região.



Figura 3 – Moinho Concórdia

Fonte: Acervo do Memorial Atílio Fontana.

No primeiro ano da sociedade em Concórdia, Fontana enviou, para cuidar dos negócios, seu filho Walter, que havia estudado no Liceu em São Paulo e por problemas de visão, retornou e inteirou-se dos negócios do pai. Neste mesmo ano, Fontana percebeu que o negócio de suínos (comprados vivos e transportados a Itararé) não poderia mais competir com o preço pago pelos frigoríficos que os industrializavam. Era preciso optar: ou sair do mercado ou industrializar os suínos.

Em 1943, um ano após a formalização da sociedade do moinho Concórdia, Fontana, de acordo com o combinado, apurou os lucros e avisou a sociedade de sua saída da mesma. Diante do crescimento do moinho em menos de um ano, os sócios o forçaram a fazer uma nova proposta para que ele permanecesse na sociedade.

Frente à insistência dos sócios Fontana fez uma proposta a qual ele próprio afirma que apresentava “tais termos, que supus que não fossem aprová-la” (FONTANA, 1980, p. 126). Porém, ao contrário do que esperava o comerciante, os sócios concordaram.

Em linhas gerais a proposta pode ser assim descrita: Fontana compraria as cotas dos sócios pela metade do valor nominal e faria o pagamento do valor em dinheiro ou em ações da nova sociedade, que mudaria o foco dos negócios para a industrialização de suínos. Os interessados em permanecer na nova sociedade seriam aceitos. Nascia nestes termos, em 1943, a S. A. Indústria e Comércio Concórdia (FONTANA, 1980, p. 126-127).

Este aspecto ufanista em torno do crescimento da marca e da empresa Sadia, talvez pode ser entendido quando percebemos algumas das dimensões de importância que a mesma exerceu na vida de quem a ela se ligou.

Lembro-me de que um dos pequenos cotistas do Rio Grande que preferiram continuar na nova sociedade foi o Sr. Augusto Frederico Markus, sogro do Presidente Ernesto Geisel. Morava em Estrela – naquele Estado – e possuía cinco contos em cotas do frigorífico Concórdia, que ficaram reduzidos à metade do valor. Mas as ações que recebeu cresceram tanto, com o correr do tempo, que ele acabou por distribuí-las entre os cinco filhos, cada um dos quais é possuidor hoje de mais de duzentas mil. Assim foi que o seu capital de dois contos e pouco se transformou no valor atual de um milhão de cruzeiros. Fui informado de que o Presidente Geisel dispôs das suas em 1977; não pretendia vendê-las, mas assim o fez para construir uma casa em Teresópolis (FONTANA, 1980, p. 126-127).

Resolvemos destacar tal passagem para justificar o fato de que a “pessoa de fora”, juntamente com o grupo que o cercou e a orientação e andamento dos negócios, provocou transformações no cenário local. Ora introduzindo novos atores, ora introduzindo novas políticas produtivas e de trabalho. Assim, é possível que, a partir, desta apresentação, embora monográfica, dos aspectos históricos que envolvem nossos recortes geográficos e históricos do tema em questão, possamos partir para a objetividade do tema, ou seja, discutir as transformações no mundo do trabalho local após a implantação da agroindústria e as razões, ou contra razões,

encontradas pelos operários para a sua sindicalização, fato que será tratado em nosso próximo capítulo.

2.3 A Empresa SADIA

No limiar da Segunda Guerra Mundial, 1944, chega a Concórdia Atílio Fontana, um homem propenso a investir no ramo de industrialização de matéria-prima de origem animal. No início, as dificuldades de compra de equipamentos e máquinas para industrialização eram grandes, mas, mesmo assim, a empresa cresceu rapidamente.

Os motivos deste crescimento podem associar-se ao conhecimento que seu acionista majoritário, Atílio Fontana, tinha da região e do mercado consumidor paulista em virtude de já possuir algumas casas comerciais em outras cidades de Santa Catarina, bem como no Paraná.⁴⁴

A empresa iniciou suas atividades com a massa falida do Moinho Concórdia LTDA. Foi com o objetivo de reerguer esta sociedade que Atílio Fontana veio para o município. Posteriormente comprou o empreendimento e transformou-o em Sociedade Anônima com o nome “S.A. Indústria e Comércio Concórdia”, isto em 1943.

Nos anos seguintes, “eu tiraria desta razão social as duas primeiras letras – S A – e lhes juntaria a última sílaba de Concórdia, para formar o nome SADIA, que se tornaria a marca nacional e até internacionalmente conhecida dos nossos produtos” (FONTANA, 1980, p. 127).

Conforme ata, a fundação da Sadia, data de 7 de junho de 1944. A empresa, nesta época, tinha sua especialidade na produção de banha e, como desafio, encontrar formas de chegar ao mercado paulista com a maior rapidez possível. Há que se notar que a distância entre os dois pontos – Concórdia e a cidade de São Paulo – é de aproximadamente mil quilômetros. Além disso, devemos considerar as dificuldades de rodar com caminhões sem adequação técnica para tal

⁴⁴ Sobre este tema e demais relacionados ao início da carreira de empresário de Atílio Fontana, idealizador e proprietário da Empresa Sadia S. A., conferir Fontana (1980).

fim e, também, pelas condições precárias das estradas de terra que ligavam as duas cidades.

Para resolver este problema a empresa tinha duas opções: produzir nas proximidades do mercado consumidor, ou melhorar e aperfeiçoar o transporte. A empresa optou pelas duas alternativas. Assim, o moinho de trigo foi transferido para a cidade de São Paulo. Fato que foi possível devido a uma sociedade estabelecida entre a Sadia e a família Germani de Porto Alegre. Com isto, a empresa produzia derivados de suínos em Concórdia e farinha de trigo em São Paulo.

Mais tarde, em 1953, a empresa, com o intuito de dar mais agilidade ao transporte de produtos mais sensíveis ao tempo alugou um avião da Penair, este transportava somente aos domingos, fazendo de duas a três vezes por dia o itinerário Concórdia/São Paulo. Alguns anos depois a empresa comprou o aparelho (FONTANA, 1980, p. 200).

Assim iniciou-se a constituição da Sadia Transportes Aéreos. Esta, em 1957, incorporou a Empresa Real e adquiriu mais cinco novos jatos, dotados de tecnologia de ponta para a época. Em 1960, a empresa mudou sua razão social para Transbrasil, com o objetivo de transportar os produtos Sadia. Atualmente a Transbrasil não está mais ligada às atividades da agroindústria, possuindo inclusive autonomia administrativa e financeira.

Hoje, o Grupo Sadia é composto de quatro grandes empresas: Sadia Concórdia S. A. Indústria e Comércio (SC), Moinho da Lapa S. A. (SP), Frigobrás – Companhia Brasileira de Frigoríficos (PR) e Sadia Oeste S. A. Indústria e Comércio (MT). Porém, esta pesquisa se concentra nas atividades da Sadia Concórdia S. A., local onde surgem as formas de organização de trabalhadores que serão abordadas nesta pesquisa. É a partir da Sadia que nascem a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria Alimentícia e, posteriormente, o Sindicato da mesma categoria.

2.4 Uma análise das transformações nas relações de trabalho

A industrialização, mesmo que nascente no município de Concórdia, era vista com grande entusiasmo pelos empreendedores, assim como pelos agricultores, que sonhavam em encontrar um mercado mais próximo para escoar

sua produção. A Sadia se apresentava, regionalmente, como a realidade esperada.

A partir da década de 1950, o governo brasileiro passa definitivamente a se preocupar com o setor agroindustrial. Primeiro com a implantação do Plano Salte,⁴⁵ posteriormente com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. O objetivo central de ambas as estratégias, de Dutra ou JK, eram os transportes, a alimentação, a industrialização e a energia. Daí a afirmação anterior de que a partir de 1950 o Brasil passou a construir estratégias em busca da industrialização. Terreno fértil para os agroindustriais emergentes do oeste catarinense.

A criação de frigoríficos estava “nos planos de JK”. Dentre tantas metas traçadas no famoso planejamento que desenvolveria o país “50 anos em 5” estavam as que se voltavam à alimentação, que podem ser resumidas em “trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura e fertilizantes” (BELIK, 1996, p. 58).

Em virtude de as terras da região serem “novas” e férteis, fator favorável a produção de milho, o fomento a produção de suínos não foi um trabalho difícil. A ferrovia Rio Grande – São Paulo, colaborou com a produção suinícola do oeste catarinense passou a ser alvo de investimentos dos agroindustriais, em virtude das facilidades de escoamento. Antes mesmo da criação de abatedouros ou frigoríficos na região – década de 1940 – a produção de suínos já ganhava vulto e quantidade na região.

A necessidade constante de extração de matéria-prima após a implantação dos frigoríficos em território catarinense fez surgir um método racional de criação e escoamento da produção, nos moldes do que já era feito na Europa e Estados Unidos, ou no Brasil, como era o caso da Souza Cruz com a produção de fumo.

Em 1951, Atílio Fontana procurou, através da instalação de uma fazenda modelo em Concórdia, conquistar pequenos produtores capazes de desenvolver a

⁴⁵ O Plano Salte foi instituído em 1947, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra. Alguns historiadores apontam o referido plano como o primeiro ensaio de planejamento econômico do Brasil. Na prática o Plano representava a junção das sugestões de vários ministérios do governo Dutra. priorizava quatro áreas, consideradas estratégicas: saúde, alimentação, transportes e energia. Das iniciais destas áreas nasceu a sigla que deu nome ao Plano. O entendimento do governo era o de que os recursos para o desenvolvimento das ações viriam de orçamento da União ou, em casos mais especiais, de financiamentos externos. O Plano depois de algum tempo fracassou e foi abandonado. Algumas personalidades atreladas ao movimento mais a “esquerda”, como foi o caso do General Juraci Magalhães, militante do tenentismo, chegaram a afirmar que o Plano Salte se resumia em “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

criação de suínos. Os primeiros agricultores eram familiares e amigos desse empresário, oriundos da Itália. Assim, nasce no Oeste catarinense o sistema de integração.

Segundo Peccini (2006),⁴⁶ o sistema de integração “era bom para a empresa e para o produtor”. O agricultor e pecuarista faz este tipo de reflexão lembrando que “se podia contar com dinheiro certo a cada tempo, quer dizer a cada entrega de suínos”. É fato que este tipo de argumento era muito bem construído pela empresa. Uma vez que no caso da Sadia, seus integrados precisavam ver no sistema uma oportunidade de capitalização. O próprio Peccini diz que “nós já tínhamos vindo do Rio Grande e amansado a terra, agora precisa arrumar uma forma de ganhar algum dinheiro para facilitar a produção nela”.

As relações de trabalho no campo sofreram grandes alterações, uma vez que a forma de produção já não era a mesma. Produziam-se os suínos “solto no barro, no potreiro, tratando com milho em espiga ou grão, quem tinha recurso pra comprar um desgranadeira” (PECCINI, 2006), isto antes das exigências feitas pela empresa por meio de seus técnicos que visitavam periodicamente as propriedades, colhendo informações e racionalizando a produtividade. Estes eram os mesmos que levavam até o produtor o novo método produtivo, “aí se começou a criar com milho moído e fechado. Todo leitão que nascesse tinha que ser fichado e não podia negar nenhum nascimento” (PECCINI, 2006).

Muitos produtores não admitiram a “intromissão dos técnicos na propriedade e abandonaram o sistema, “outros desconfiavam do peso dos porcos, como foi meu caso, e devagar fomos sendo meio que excluídos” (PECCINI, 2006), mas muitos permaneceram e permanecem até os dias de hoje, cada dia mais atrelados ao sistema produtivo nos modelos de integração, uma vez que este modelo passou a ser “a única forma de sobrevivência de algumas propriedades, por que agora que investiu não dá mais pra fechar a instalação e dizer não quero mais” (PECCINI, 2006).

No cenário urbano, as relações de trabalho também se alteraram, uma vez que a industrialização chamava para o espaço urbano os filhos de camponeses

⁴⁶ Entrevista concedida ao autor em 7 de fevereiro de 2006. Peccini, além de ser imigrante vindo do Rio Grande do Sul, adolescente, tornou-se posteriormente um dos primeiros integrados do sistema produtivo de suínos da Sadia e posteriormente, já não mais integrado a Sadia, tornou-se presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura de Concórdia. Atualmente continua na direção da entidade e transformou o sindicalismo e a luta pelos agricultores em profissão de acordo com sua própria definição.

ou, em outros casos, pessoas de outros lugares em busca de oportunidades de trabalho, motivadas pela agroindústria.

A crise do final dos anos 1960 e início de 1970, enunciada por Antunes (2005) está relacionada, fundamentalmente, à crise da estrutura do capital, que na tentativa de resgate de seu processo de dominação deflagra intensas transformações no próprio processo produtivo, pelas vias de novas formas de acumulação.

Nesse sentido cria-se um ambiente para o surgimento de novos organogramas teóricos, tendo em vista que no momento de crise urge a necessidade de readaptação e reestruturação das correntes teorizadoras, quando esta situação se refere ao capital, a urgência é ainda maior. Assim, as bases de direita tomam para si alguns discursos que até então eram de esquerda numa tendência organizada e capitaneada por estudiosos do materialismo histórico, cenário no qual identifica-se claramente uma vertente conservadora e uma neoliberal. O teórico Ricardo Antunes, já amplamente citado neste nosso trabalho, afirma que esta nova vertente teórica, neoliberal, foi a forma encontrada para redefinir as bases da acumulação capitalista.

Entendemos que as tentativas de resolver os problemas gerados pela crise do capitalismo são responsáveis por modificações importantes no campo do trabalho, como a introdução de novas tecnologias e aumento da exploração da classe operária. Além disto, esse movimento político traz consigo postulados como, estado mínimo, livre iniciativa, consideração de todas as atividades como mercadorias, inclusive a educação e, ainda, ressalta a incapacidade que o mesmo apresenta de insuficiência quanto à produção de bens para o mercado (ANTUNES, 2005).

Prenciamos acima o fato de que ocorreram transformações no campo do trabalho, para o qual apontamos o fato da inserção de novas tecnologias e dinâmicas produtivas. As transformações do modelo de produção fazem com que o mundo do trabalho sofra transformações em sua estrutura produtiva, sindical e política. Nos países de desenvolvimento tecnológico acelerado, a acumulação de capital se fortificou, as mudanças tecnológicas foram inseridas no mundo da produção fabril, provocando intensas modificações e é possível afirmar que, “[...] a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser” (ANTUNES, 2005, p. 15).

Harvey (2003) afirma que essas transformações surgem com a intensa recessão iniciada em 1973 quando a crise estrutural do capitalismo, gerada pela crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, faz com que o capital mergulhe num processo de reestruturação para restaurar o seu domínio societal. Nesse momento instaura-se uma “guerra”, entre os países considerados super potências, pela acumulação de capital, e a competitividade passa a ser a “arma” mais importante. O modelo de produção industrial fundamentado no princípio taylorista/fordista, de produção em massa, perde a exclusividade e iniciam-se tentativas para superá-lo. Nesse contexto assistimos a uma nova fase de expropriação da mão-de-obra, a chamada acumulação flexível – a partir do modelo de produção criado pelos japoneses, o toyotismo – e junto com ela a degradação das condições de trabalho, dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, dos trabalhadores.

Na tentativa de superação do modelo taylorista/fordista, surgiu o modelo toyotista⁴⁷ que tem como um dos elementos de maior destaque dentro de si o *just-in-time* (na hora certa). Ele foi inserido, pela primeira vez, na Toyota japonesa, em meados da década de 70 por Taichii Ohno. Surgiu da necessidade de criar uma alternativa a os poucos espaços para armazenar estoques, sejam eles matérias-primas, peças intermediárias ao processo produtivo ou mercadorias já produzidas, e da escassez de recursos para manter a produção parada. Consiste em detectar a demanda e a produção de bens em função da necessidade específica, ao contrário do fordismo. Assim, toda demanda tem que ser produzida após ter sido efetivada sua venda, mantendo um fluxo de produção contínuo.

Este modelo não passou despercebido no caso da Sadia Concórdia, uma vez que é possível destacar que as relações internas de trabalho também se alteraram. A preocupação da organização com seus estoques não é uma constante, mas a preocupação com a articulação da capacidade produtiva com as

⁴⁷ Nos anos 50, o engenheiro japonês Eiji Toyoda passou alguns meses em Detroit conhecendo a indústria automobilística americana, sistema dirigido pela linha fordista de produção, onde o fluxo normal é produzir primeiro e vender depois quando já dispunham de grandes estoques. Toyoda ficou impressionado com as gigantescas fábricas, a quantidade de estoques, o tamanho dos espaços disponíveis nas fábricas e o alto número de funcionários. Para ele, naqueles moldes, seu país, arrasado por um período pós-guerra, não teria condições de desenvolver uma forma semelhante de produção. Neste caso, seria necessária uma nova forma de organização do trabalho, mais flexível e que exigisse menor concentração de estoques, pois sabia que o Japão possuía um mercado pequeno, capital e matéria-prima escassos, a compra de tecnologia no exterior era impossível e a possibilidade de exportação era remota. A partir de então, regras criteriosas foram incorporadas gradativamente à produção, caracterizando o que passou chamar toyotismo, (ou Ohnismo, devido aos nomes Toyoda e Ohno). Partiram do princípio de que qualquer elemento que não agregasse valor ao produto, deveria ser eliminado, pois era considerado desperdício e classificaram o desperdício em sete tipos principais: tempo que se perdia para consertos ou refugo, produção maior do que o necessário, ou antes, do tempo necessário, operações desnecessárias no processo de manufatura, transporte, estoque, movimento humano e espera.

necessidades do mercado passam a se evidenciar. Afirmamos isto frente ao fato do surgimento, nos quadros de colaboradores da empresa, da figura dos cronoanalistas e de outros responsáveis por calcular e planejar logisticamente a produção empresarial.

Com o crescimento da demanda e necessidade de mão-de-obra, tendo em vista o novo modelo “planejado” de produção adotado na empresa, muitos operários foram contratados. Muitos destes novos contratados eram oriundos de outras categorias profissionais da cidade, portanto, conhecedores de categorias organizadas em torno de associações ou entidades sindicais. Na Sadia, tais organizações não existiam. De outra forma, eram comuns as agitações operárias espalhadas pelo país nesta época, mesmo sob o histórico de repressão do governo. Assim, era preciso que a Sadia organizasse mecanismos de controle dos operários antes que eles se organizassem.

2.5 A Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria Alimentícia

O surgimento e o crescimento rápido da Empresa Sadia, nas suas duas primeiras décadas (1950 e 1960), transformaram as relações de trabalho local. O que era antes um cenário de pequenos empresários do ramo comercial e em pequeno número, pequenos industriais operando em caráter de atividade artesanal, passa a conviver, nos anos de 1970, com uma agroindústria que emprega um grande número de operários e aglutina, sem estranhamento algum, outras empresas em seu entorno, que passam a sobreviver e desenvolverem-se tendo como base a prestação de serviços ou outras relações com a Sadia.

Ainda é possível identificarmos a inserção da empresa no campo. Nele as relações de trabalho também sofreram transformações, uma vez que a pecuária abandonou seu caráter de subsistência na propriedade rural e, pelo processo de integração,⁴⁸ passou a representar uma das formas de acúmulo de capital no campo,

⁴⁸ O sistema de “integração” foi difundido na região de abrangência da agroindústria em questão, o Alto Uruguai Catarinense, nos anos de 1970, buscando o atrelamento dos produtores com a agroindústria nascente. Cria-se com isso um mecanismo de demarcação de fornecedores de matéria-prima, além da possibilidade de conhecer a priori a capacidade de produção da empresa, com base no fomento ao aumento da produção de matéria-prima na região. Tais mecanismos afetam as relações de trabalho, bem como, as relações culturais dos moradores do campo, uma vez que estes são levados a creditar a empresa todas as suas previsões de sucesso. Nenhuma propriedade, nenhuma família do campo sobreviveria remando contra a tendência

por parte dos agricultores integrados. Entendimento este obtido por meio de um trabalho exaustivo da Sadia no sentido de apresentar as vantagens de produzir em moldes mais modernos, como era o objetivo da empresa.

O ritmo de trabalho que a empresa desenvolveu e impôs à sociedade urbana de Concórdia, atrelado a outros motivos de ordem social e intelectual do cenário nacional, nos anos de 1970, levaram a categoria de Trabalhadores na Indústria da Alimentação local a buscarem formas de organização. Assim, surgiu na segunda metade daquela década a Associação Profissional da categoria.

A Associação nasceu sob a denominação de Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Rações Balanceadas, Panificação e Confeitaria de Concórdia, denominação que, com o passar dos tempos e o surgimento de um leque maior de entidades de representação classista, teve seu nome alterado. A assembleia de fundação aconteceu no dia 15 de dezembro de 1976, com aclamação de Guerino Anzanello para presidir e encaminhar os trabalhos naquela oportunidade. O objetivo da assembleia, de acordo com o que consta na ata da mesma, era reconhecer legalmente a Associação, bem como eleger uma direção provisória. Esta última encarregar-se-ia de buscar o reconhecimento sindical para a entidade (SINTRIAL, 1976).

É notório, pela denominação da Associação, que a entidade abrangeria não somente trabalhadores da empresa Sadia, mas, também de outras áreas da produção de alimentos do município. Porém, no momento da constituição da diretoria provisória, os cargos de “cabeça de chapa” foram monopolizados pelos funcionários do alto escalão. Dizemos isto porque os cargos de presidente, secretário, segundo secretário, tesoureiro e segundo tesoureiro, foram ocupados por empregados da empresa Sadia.

Os nomes eleitos nesta primeira direção, como já dissemos, deveriam buscar os encaminhamentos necessários para que a Associação fosse reconhecida pelo Ministério do Trabalho como Sindicato Classista por meio da Carta Sindical. A entidade foi registrada no Ministério do Trabalho, no dia primeiro de março de 1977, sob número de processo 00589/77. O próximo passo era encaminhar a documentação para o reconhecimento sindical.



MINISTÉRIO DO TRABALHO. ~~INDUSTRIAS E COMÉRCIO~~
17ª. Delegacia Regional do Trabalho — Santa Catarina

Certificado do registro de Associação Profissional

O Delegado Regional do Trabalho, no Estado de S. Catarina,
certifica que a Associação PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
DE CARNES E DERIVADOS, RAÇÕES BALANCEADAS, PANIFICAÇÃO E CONFEITA-
RIA DE CONCÓRDIA
com sede em Rua Marechal Deodoro nº1590 foi registrada
nesta Delegacia, sob o n. 359, no livro nº 3,
fls. 148, em 1º de Março de 19 77
na conformidade do artigo 558 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do
Trabalho.

Florianópolis, 1º de MARÇO de 19 77

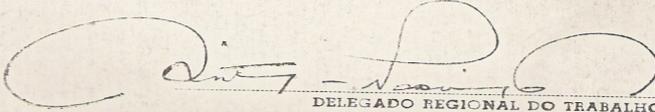

DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO

Figura 4 – Certificado de Registro da Associação Profissional de 1977

Fonte: Arquivo do Sintrial (2005).

É certo que a Associação Profissional estava longe de defender os direitos dos trabalhadores das categorias que representava. A seguir apresentamos um documento oficial da Empresa Sadia encaminhado à Associação no dia 29 de dezembro de 1976, apresentando “os serviços sociais” que a empresa mantinha aos empregados. Estes serviços se restringiam a Ambulatório Médico, Laboratório, Hospital, Refeitório e Caixa Econômica Federal. Vejamos o referido documento na íntegra.

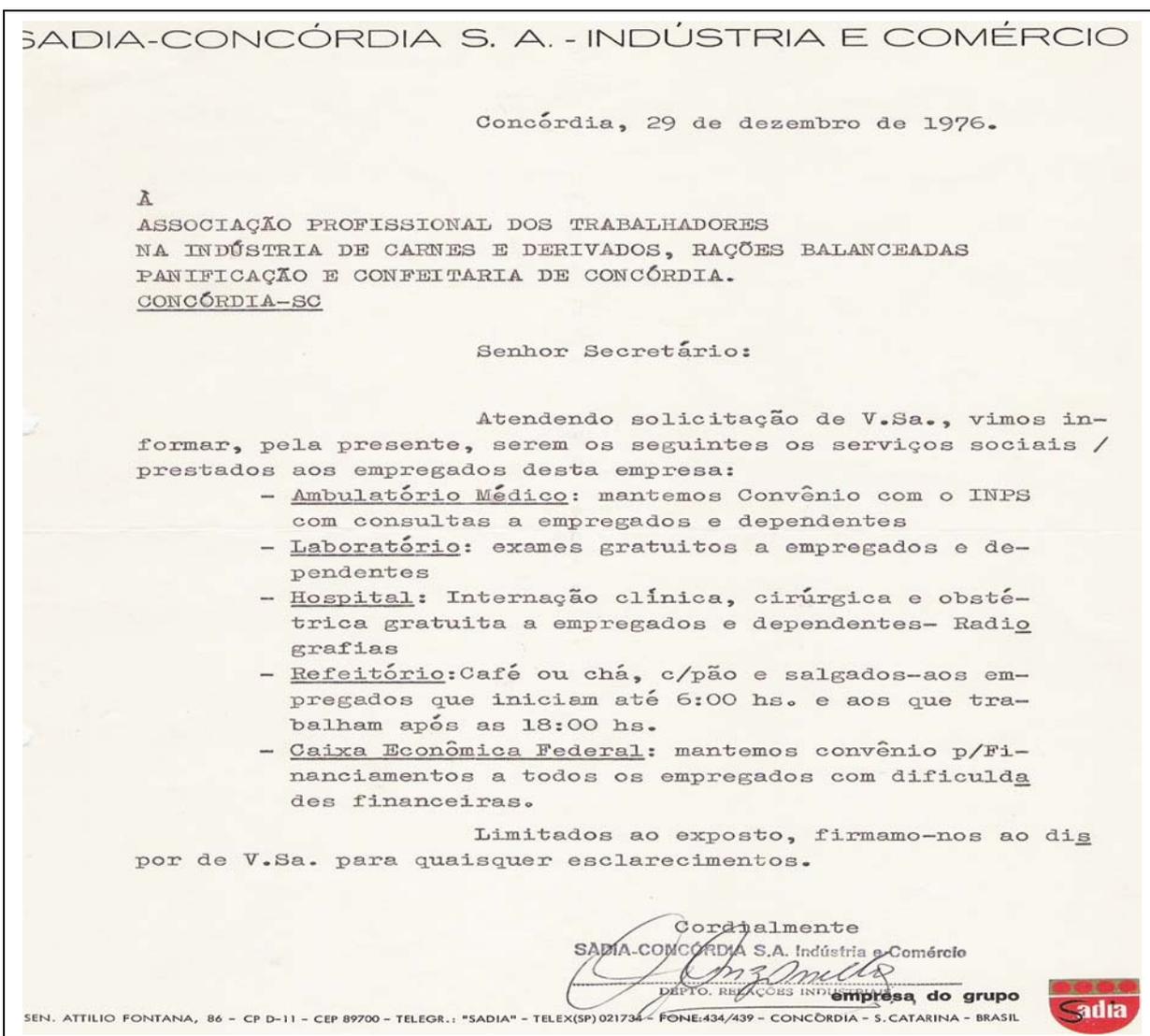


Figura 5 – Documento oficial da empresa Sadia à Associação Profissional
Fonte: Arquivo do Sintrial (2005).

Chamamos a atenção para dois elementos. Primeiro, a correspondência é datada de 29/12/1976. Fato este que nos leva a análise do segundo ponto que pretendemos chamar a atenção: na redação, as palavras ‘funcionário’ ou ‘trabalhador’ não aparece, ela é substituída pela palavra empregado. Este fato não seria tão curioso se no dia 07 de janeiro de 1977, menos de uma quinzena depois, a Associação Profissional não emitisse uma Declaração, documento também oficial, onde apresenta como seus os serviços que a empresa Sadia oferece a seus “empregados”. Concluímos que, se a Associação representa categorias que não fazem parte da Sadia (panificadoras e confeitarias, por exemplo), então, os “empregados” destas últimas não se beneficiavam com tais serviços. Uma vez que os serviços oferecidos pela empresa se restringiam aos seus funcionários. Isto transparece o fato de que o sindicato voltava seu trabalho e “representação” para os trabalhadores da Sadia.

O objetivo da Associação com tal declaração era atender ao disposto no artigo 558 da Consolidação das Leis do Trabalho, o qual exige que as Associações de características profissionais mantenham serviços ditos “sociais” a seus associados. A forma encontrada para tal comprovação nos pareceu, no mínimo, demagógica. Vejamos o documento emitido pela Associação, atentando pela semelhança ao enviado pela Empresa Sadia à mesma entidade.

Nascia aqui, aquilo que a oposição sindical chamaria na década de 1980, de “Sindicato Pelego”, ou seja, a entidade de representação sindical classista que se assemelha e alia-se muito mais a empresa do que aos membros de sua classe de representação. Fato que seria importante para a discussão em torno do Sindicalismo em Concórdia, naquela década.

2.6 O “Sindicato Pelego”

No dia 27 de abril de 1978 o Ministro do Estado do Trabalho, Arnaldo Prieto, emitiu, de acordo com a CLT, a carta sindical que reconhecia a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Carne e Derivados, Rações Balanceadas, Panificação e Confeitaria e a transformava em Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carne e Derivados, Rações Balanceadas de Concórdia (SINTRIAL), além de reconhecê-lo como sindicato representativo das categorias profissionais integrantes do primeiro grupo, o qual envolve trabalhadores nas indústrias de alimentação (SINTRIAL, 1978).

O SINTRIAL, nesta época, ainda sob a presidência de Juraci Lopes da Silva, confundia-se facilmente com a empresa Sadia. Em setembro de 1978, a empresa publicou a edição número 35 de seu Boletim Interno, com redação e montagem de responsabilidade de setor competente ligado a própria empresa e, com tiragem de 2500 exemplares. Nenhuma estranheza até aqui, a não ser o fato de que a página 9 do referido Informativo Interno da empresa foi, em sua integralidade, destinado a publicações do SINTRIAL. O ano era 1978, o cenário brasileiro era de aumento das paralisações e greves, grandes manifestações, os trabalhadores elegiam “seus inimigos” e os personificavam em seus “patrões”. É interessante a postura da empresa frente ao seu Sindicato.⁴⁹

⁴⁹ INFORMATIVO INTERNO SADIA, ed. 35, setembro e outubro de 1978. Fonte: Arquivo do SINTRIAL, 2005.

Os mecanismos de controle da empresa frente a sociedade eram muitos. No mesmo Informativo (edição 35), duas páginas foram destinadas a motivar os “empregados” a votarem na dobradinha de candidatos a Deputado, Vasco Furlan e Victor Fontana (Estadual e Federal, respectivamente). O fato que chama a atenção é o de que a página, destinada a este fim, não foi numerada, talvez para que o leitor tivesse a impressão de que aquele trecho não faz parte do Informativo. Porém, a forma, a qualidade, a distribuição textual e de imagens, tinha a clara intenção de “motivar os empregados” a abraçarem as candidaturas defendidas pela empresa.

É flagrante também que, alguns fragmentos do texto que se refere aos candidatos buscam apresentar a dívida que a sociedade tem com o candidato e não o inverso, “esta empresa onde você trabalha e a sociedade onde você vive, deve muito a este cidadão que graças ao constante trabalho e dedicação em prol da coletividade é conhecido hoje em todo o Brasil”.⁵⁰ Isto posto, torna-se claro que o candidato espera que a comunidade retribua, com votos, o seu esforço.

Outro fato interessante, também observado no mesmo material, é o de que o candidato Furlan evoca, em tom positivista, os heróis nacionais e, em linhas posteriores, afirma que somente os “iluminados” podem galgar posições de destaque no cenário político, econômico e social. Uma prova disto pode ser lida no mesmo Informativo Interno Sadia, ed. 35, setembro e outubro de 1978.

Todos nós pertencemos a uma comunidade política, pela qual somos os responsáveis de uma ou de outra forma. E isto vem confirmar a frase de Ruy Barbosa “a Pátria somos nós”. O Grau desta responsabilidade, porém, é diferente, pois apenas alguns podem exercer a autoridade, que serve para coordenar os esforços de todos para o bem comum.

O resultado, desta relação tão próxima entre a empresa Sadia e a entidade sindical que representava seus trabalhadores, não tardou a surgir. No mês setembro de 1979 reuniram-se, na cidade de Joaçaba, na VII Reunião Regional dos Comerciários, os dirigentes sindicais do estado de Santa Catarina.

Em pauta neste referido encontro estava a questão da previdência social, os novos rumos do sindicalismo e, dissimuladamente, estava na mesa a discussão acerca da participação das entidades sindicais no processo de formação, do ainda inexistente, Partido dos Trabalhadores (PT). É natural entendermos que, frente a tais discussões os ânimos ficariam exaltados e, em meio a uma fala e outra, o Presidente

⁵⁰ INFORMATIVO INTERNO SADIA, ed. 35, setembro e outubro de 1978. Fonte: Arquivo do SINTRIAL, 2005.

da Federação dos Empregados no Comércio de Santa Catarina, Francisco Alano, criticou os “sindicatos pelegos”, ou seja, aqueles que organizam a classe em torno de consultas médicas e odontológicas ou, segundo Luis Salvador, na época assessor jurídico da mesma Federação: “o que não adianta é ficar mandando memoriais, ofícios e cartinhas para os ministros, se todos em sua maioria são banqueiros e empresários”.⁵¹

O jornal O Estado, em matéria de 18 de setembro de 1979, afirma que Juraci Lopes da Silva, presidente do SINTRIAL de Concórdia “foi acusado de pelego que está advogando para os patrões. Coisas incríveis acontecem naquele sindicato, sem que ninguém possa dizer alguma coisa em contrário, senão vai logo ser demitido”.

É com este cenário que o Sindicato dos Empregados no comércio de Concórdia, juntamente com funcionários da Empresa Sadia descontentes com suas entidades representativas, iniciam a construção de uma estratégia de oposição e de amadurecimento para a “tomada do sindicato”.

Assim, o Sindicato adentra os anos de 1980, obtendo no primeiro ano daquela década, em 3 de março, a Secretaria Extraordinária do Trabalho e Integração Política, com base na Lei número 2.368 de 26 de junho de 1970, reconhecido como “Entidade de Utilidade Pública Estadual”. A entidade, nos anos 80, foi tomada por vários percalços e ações de mobilização promovidas pelos próprios trabalhadores, articuladas por outras entidades sindicais locais (principalmente o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio). A movimentação de maior vulto foi a paralisação de 8 de julho de 1986, sobre a qual trataremos no próximo capítulo.

2.7 Enquanto isso... a integração

Abordamos anteriormente algumas idéias gerais em torno da técnica de integração, adotada pela empresa Sadia S. A. a partir dos anos de 1960. Reconhecemos ser de grande importância reconstruir e ampliar algumas idéias que consideramos relevantes, para justificar a ingerência no meio social que a empresa fazia.

Essa discussão nos chamou a atenção durante entrevista com Justino Antonio Peccini (2006), o qual repetidas vezes afirmou-nos que “a Sadia mandava

⁵¹ Informação ampliada no O ESTADO, Jornal. 18 de Setembro de 1979.

em tudo aqui”. Desafiado a informar no que exatamente a empresa citada “mandava”, Peccini nos respondeu “no fórum, na prefeitura, na delegacia, no rádio, nas escolas e na igreja, e também no sindicato”. Partindo desta afirmação nos enveredamos em buscar informações sobre até que ponto a empresa se beneficiou das relações de trabalho e políticas de que é acusada de “manipular”.

Furlan (1988, p. 208) dirigente da Sadia afirmava:

Nós temos hoje entre 15 e 20 mil famílias de proprietários rurais que são chamados entre nós de integrados, pelo sistema de parceria. Toda nossa criação de frangos, por exemplo, é feita num sistema de parceria. Estes parceiros, entre criadores de suínos e frangos, representam mais de 15 mil famílias de pequenos empresários independentes, microempresários rurais.

Para a empresa, esta forma de produção é econômica, uma vez que não existe nenhum investimento por parte da empresa, ou seja, todo o investimento é feito pelo produtor, seguindo uma linha técnica definida pela empresa. Linha esta que vai desde a forma de produção até as cores das instalações. Na época não havia, assim como ainda não há, interesse da empresa em investir na produção de sua própria matéria-prima.

Como a atividade integrada, especialmente na criação de aves, exige um investimento muito alto, as empresas cercam-se de uma série de cuidados na hora de escolher os agricultores a serem integrados.

Sendo o agricultor um trabalhador independente, o contrato que o mesmo celebrava com a empresa não implicava a venda de sua força de trabalho, mas a realização de investimentos de capital e adequação de sua unidade produtiva aos interesses da empresa. Dele depende o fluxo regular e constante de matéria-prima industrial. Assim, a questão que se apresenta à empresa é dupla: de um lado, escolher um agricultor que tenha uma unidade produtiva e, de outro, as condições de fazer os investimentos necessários para a produção.

A empresa também buscava conhecer as fraquezas dos agricultores: suas dificuldades de organização, suas formas frágeis de representação política, a “pelegagem” dos sindicatos, o individualismo, as distâncias que separam as famílias. Por isso, o trabalho dos técnicos de mostrar que a integração era a solução e de que a empresa é correta era fundamental para a manutenção do sistema de integração.

Os grandes proprietários não são aceitos no esquema de integração porque, diferente dos pequenos produtores, são mais empresários, possuem maiores esclarecimentos sobre o processo, além do que utilizam mais freqüentemente de cálculos para avaliar o desempenho das atividades

que estão envolvidos. Isso assusta a empresa integradora, não aceitando esses proprietários que ela chama de coronéis, para evitar possíveis incômodos na sua estratégia de integração. Os grandes proprietários só são aceitos por muita insistência dos mesmos e ainda assim quando se trata de pessoas que mantenham ligações mais diretas com a empresa, por laços de amizade. Nesse caso o tratamento é diferenciado dos outros produtores integrados, pois acabam servindo como exemplo aos demais. A empresa paga melhor aos grandes que passam a defendê-la perante os que se queixam, dizendo que todos poderiam obter preço igual e melhor rendimento se tivessem maior cuidado com a criação. Normalmente esses grandes proprietários são os que exercem grande liderança no meio rural da região (RIZZI, 1984, p. 105).

Se no campo o processo de integração andava bem nos anos de 1980, no centro urbano os mecanismos seletivos não podiam ser da mesma maneira aplicados. Por isso ocorreram as insurreições e as reclamações dos operários da indústria quanto às condições de trabalho e salário. Embora a organização sindical fosse “pelega”, como se diz comumente para classificar o sindicato que defendia ou defende o patrão, os operários organizavam-se em pequenos grupos e realizavam suas reivindicações.

Estas pequenas reclamações surgiam devido à despreocupação que a agroindústria apresentou ao longo da década de 1970, enquanto buscava fechar contratos de integração proporcionando estabilidade no mercado produtivo, para avançar sobre o mercado consumidor. É fato de que o aumento de reivindicações pode gerar uma ação mais forte dos operários, principalmente naquela conjuntura de 1980, na Sadia, ou seja, os operários já sentiam claramente o atrelamento do Sindicato a empresa.

O atrelamento do sindicato à indústria era fator determinante frente a aquietação das mobilizações dos trabalhadores. O ar pacífico que existia já se tornava rarefeito. As angústias dos operários aumentavam a cada dia, a pauta de reivindicações também, faltava apenas um canal de negociação, um órgão aglutinador e articulador dos anseios operários. Em outros momentos da história este papel seria representado pelo movimento sindical da classe. Mas em Concórdia isto não ocorria. A justificativa é simples, o sindicato havia se tornado uma ferramenta da empresa, discutia e encaminhava os interesses dos patrões e não dos operários.

Politicamente, era necessário aos operários reverter rapidamente esta situação sob pena de não se desvencilhar de um processo de dominação sutil que ora se instalava. Chamar a atenção era preciso. Mas que estratégia usar? Não se

contava com o apoio de centrais ou órgãos regionais ou estaduais. Era preciso a organização dos operários a partir de suas próprias forças e estratégias.

O sindicato “pelego” não se apresentou como uma exclusividade da Sadia S. A., seus indícios puderam ser vistos pelo país inteiro, uma vez que as empresas sentiam neste processo uma forma de aquietar e arrefecer as reivindicações dos operários, que se sentiam representados e organizados. As empresas, por sua vez, articulavam seus interesses contando com o apoio das organizações sindicais. É bem verdade que de outro lado muitas organizações operárias se mostraram combativas e articuladas aos interesses de seus representados, forçando a pauta de reivindicações e proporcionando ganhos aos operários. Até este momento o Sindicato da Indústria Alimentícia de Concórdia não havia mostrado sua característica combativa que seria despertada mais tarde.

A mais célebre ação para desencadear um processo de reversão do cenário que ora se instalara foi a paralisação interna da empresa que se deu no ano de 1986, um movimento instalado dentro da empresa que buscava reivindicar reajustes salariais e melhorias nas condições de trabalho. Este movimento marcou o início de uma estratégia de tomada do poder sindical na Empresa Sadia S. A. de Concórdia. Esta paralisação se apresenta como a espinha dorsal de nosso próximo capítulo, uma vez que a partir desta ação dos operários, as articulações em torno da tomada do sindicato se acaloraram.

3 UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO: DO PELEGUISMO AO “ESQUERDISMO”

Trabalhar o evento da paralisação de 1986 na Sadia Concórdia e seus reflexos é o objetivo central deste capítulo. Tal estudo é possível frente ao argumento do ponto de “corte” promovido por esta ação no processo histórico de articulação dos operários da indústria alimentícia do município. Delinear a importância deste momento histórico e as relações históricas, bem como factuais, que decorrem dele, além de apresentar o processo de “tomada do sindicato” e sua transformação em entidade com cara de “esquerda”, é a tarefa deste texto.

Os anos 1980 representam aos trabalhadores vinculados a Sadia Concórdia o despertar. Este argumento é possível, pois, após a criação da Associação, no ano de 1976, bem como seu reconhecimento sindical, até a primeira metade dos anos 1980, a entidade que os representou esteve claramente vinculada aos interesses da empresa. Interesses enredados em uma necessidade política e de representantes da categoria.

Assim, já era de se esperar que, numa década marcada pela redemocratização como foi a de 1980, tivéssemos avanços e transformações no campo da organização do trabalho urbano em Concórdia. Surgiram novas formas de ação sindical, bem como mudanças que levaram a articulação dos operários em busca da desarticulação do “peleguismo” sindical, posição esta que era a da entidade da categoria desde a sua formação em 1978.

O ícone destas transformações foi o embate, ocorrido no ano de 1986, entre a Empresa Sadia S. A. e seus trabalhadores. Este é um movimento ímpar, uma vez que o sindicato da classe não participou da organização da paralisação, fato que creditamos o mérito do levante aos trabalhadores “graxeiros”.⁵²

⁵² Muitos trabalhadores referiram-se ao levante como a “greve de dentro para fora”. Assim compreendemos que a organização do movimento, buscando o atendimento a questões básicas do campo da qualidade do trabalho, foi articulada internamente, na linha de produção frente a desatenção dos representantes da indústria. O termo graxeiros, ao qual referimo-nos no texto, vem de uma distinção muito clara, feita internamente na linha de produção. De um lado, chamavam-se graxeiros os executores das tarefas braçais, que usavam capacetes brancos em nome da higiene e da uniformização, aqueles que trabalhavam na graxa das máquinas e na graxa dos animais abatidos no frigorífico. De outro lado, chamavam-se “periquitos” os usuários de capacetes verdes designados pela empresa para fiscalizarem as execuções das tarefas, eram os capatazes.

3.1 A paralisação de 86

Como já dissemos anteriormente era necessário que os operários da empresa Sadia buscassem mecanismos que lhes oportunizassem espaços de discussão da conjuntura a que estavam submetidos. Tal conjuntura era a de possuírem uma entidade representativa, recém transformada de associação profissional em sindicato, que se encontrava extremamente atrelada aos interesses da empresa. Assim, as pautas de necessidades dos operários não encontravam espaços de debate e negociação.

Na década de 1980, o movimento sindical brasileiro ganhava força e importância de ambos os lados. Direitistas organizavam a CONCLAT e os esquerdistas criavam a CUT. Era o surgimento das novas estratégias de ação. Algumas mais preocupadas com os operários que outras, mas mesmo assim promoviam aberturas de espaços para debates de pautas de reivindicações, fossem elas pelegas ou não.

De acordo com análise de documentos originais, principalmente o que foi chamado pelo SINTRIAL de “Relatório do Movimento de Paralisação dos Funcionários da Sadia – Concórdia S/A Indústria e Comércio”, encontramos o que segue:

Dia 08 de Julho de 1986, por volta de 12:00 horas, foi deflagrado um movimento de paralisação dos funcionários da empresa, que com algum tumulto foi fechado os portões de acesso da empresa, com os “grevistas” não permitindo a entrada e nem a saída de funcionários ou pessoas que estivessem nos setores de atendimento externo (SINTRIAL, 1986).

O mesmo relatório assinado pelo presidente do SINTRIAL, Eleutério Alves de Vargas, acusava pessoas de “fora da empresa Sadia” como articuladores da paralisação e, corajosamente, identifica alguns:

Ana Zamuner, ex-presidente e atual secretária e alguns funcionários do Sindicato do Comércio e candidata a Deputada Estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e um elemento conhecido por Ivo Ravaneli e outros que reconhecidamente pertencem a Pastoral da Terra e a CUT (SINTRIAL, 1986).

Os nomes dos elementos estranhos ao quadro de funcionários da Sadia foram acusados de “distribuir panfletos e se solidarizarem com o movimento” (SINTRIAL, 1986). Naturalmente tal acusação não surtiu efeito sobre os manifestantes, tendo em vista que o “sentimento solidário” entre os trabalhadores

era a tônica das organizações classistas da década de 80. A inserção de atores inorgânicos ao processo de articulação dos operários da Sadia se dá pelo fato de que a estrutura sindical oficial da categoria não ofereceu – e não podia oferecer por ser “pelega” – aporte as ações dos trabalhadores. Assim, outras entidades, como é caso do Sindicato do Comércio e a Pastoral da terra, que são citados no recorte acima, apresentarem-se como pilares de articulação do movimento de paralisação.

O “panfleto” a que o Relatório do SINTRIAL se referiu, não tinha assinatura de nenhuma entidade institucionalizada, porém, no rodapé do verso, encontrava-se a grafia, como se fosse assinatura, dos seguintes dizeres: “Trabalhadores da Sadia – Concórdia”. É visível, com isto, de que os “manifestantes” não reconheciam a participação do SINTRIAL na organização. Em face disto, o panfleto ainda conclamava a organização de uma entidade sindical menos burocrática ou prestadora de serviços e, ainda, uma entidade com coragem de representar e defender a categoria.

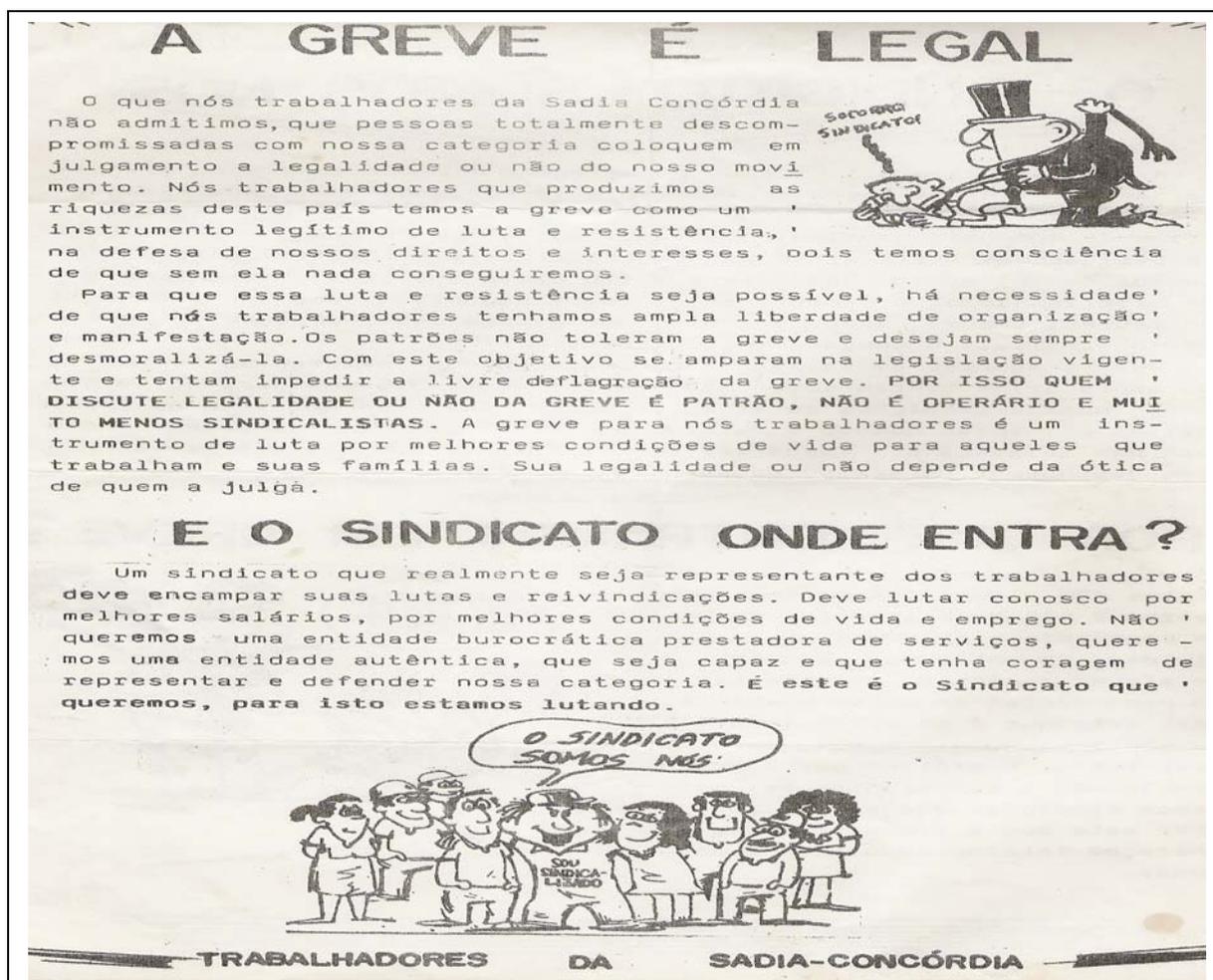


Figura 6 – Panfleto distribuído pelos trabalhadores da Sadia paralisados em 8/7/86
Fonte: Arquivo do Sintrial (2005).

O SINTRIAL, na publicação do Relatório ao qual já nos referimos, afirma que não tem nenhuma responsabilidade sobre o movimento manifestante. Nos chama a atenção uma entidade sindical que não se “solidariza” com sua classe. De acordo com o Relatório:

Este movimento aconteceu sem que o Sindicato tivesse conhecimento de que estava planejado há algum tempo para que houvesse a paralisação. Posteriormente soubemos por alguns manifestantes, que os elementos acima indicados e simpatizantes do PT, estavam reivindicando a “deflagração da greve” a sua agremiação partidária (SINTRIAL, 1986).

Os elementos a que o texto acima se refere são Ana Zamunner, ex-presidente do Sindicato dos Comerciários e candidata a Deputada Estadual, Ivo Raveli e outros que aparecem no mesmo relatório, que foram apresentados acima por nós.

O passo seguinte do SINTRIAL foi a busca da conciliação entre a empresa Sadia e os manifestantes. É visível a preocupação das lideranças sindicais de encaminhar o imediato retorno às atividades de trabalho na empresa. Fato este que é claro no Relatório:

A Diretoria do Sindicato ao tomar conhecimento do movimento, imediatamente se mobilizou entrando em contato direto com os manifestantes, segundo podemos observar o movimento não tinha líderes que representassem a categoria e verificamos que o “grupo de grevistas” era de aproximadamente de 800 funcionários. A maioria dos funcionários continuou trabalhando em suas respectivas seções. Após exaustivas ponderações feitas aos grevistas pela Diretoria do Sindicato, estes concordaram, a que fosse realizada uma reunião no refeitório da empresa, para que fossem discutidas as suas reivindicações e somente após um acerto os portões seriam reabertos (SINTRIAL, 1986).

Assim o SINTRIAL buscava eximir-se da responsabilidade de negociação das solicitações do “grupo de grevistas” frente a empresa. Testemunho disto foi a solicitação do Presidente do Sindicato para a nomeação de uma “Comissão Representativa dos Trabalhadores, para levarem as solicitações dos funcionários à Empresa. De acordo com o Relatório:

Foi solicitado pelo Presidente, que entre os manifestantes fossem escolhidos alguns para participarem de uma Comissão Representativa de Trabalhadores e marcada uma Assembléia, para então tornar o movimento legal. Foram escolhidos para formarem a Comissão Representativa os seguintes associados: Adílio Veruck, Fioravante Lupato, João Soares, Jairo de Souza, Mauri Marmitt, Jadir da Silva, Valcir Bonato, Lauro Dahmer, Renato Ackermann, Mauri Maran e Osni Duarte (SINTRIAL, 1986).

A nomeação deste grupo de representantes dos trabalhadores paralisados configura claramente o uso da didática da Comissão de Fábrica. Como já apresentamos anteriormente, estas são em muito utilizados na história operária do Brasil. Por viabilizarem praticamente formas embrionárias de controle e gestão da produção pelos trabalhadores, as comissões de fábrica dificilmente se perpetuam nas empresas. O fato que causa a desmobilização da comissão é o de que seus componentes são nomeados por um prazo determinado para atuar em uma determinada questão. Quando a questão se encerra termina também o trabalho e a necessidade da comissão.

No caso da paralisação de 1986, não foi diferente. A Comissão foi nomeada para tratar da pauta de reivindicações surgidas naquele momento. Jamais poderia se tornar um caminho de debate permanente que atuasse junto aos operários. Há que se destacar que nenhum dos membros desta comissão aparece nos documentos ou em cargos de articulação e liderança do sindicato da categoria em momentos posteriores a este.

Ainda, no esforço de defesa da Empresa Sadia, o Sindicato encerra o Relatório afirmando que “em nenhum momento os funcionários que participaram da paralisação, sofreram repressão ou foram intimados pela Direção da Empresa” (SINTRIAL, 1986). Mesmo assim, os membros da Comissão desaparecem na história. Um exemplo claro é a fala de Maran: “destituída a comissão, fui demitido dois dias depois” (MARAN, 2005).⁵³

As reivindicações do “grupo de grevistas”, de acordo com ata manuscrita sem nenhum tipo de registro ou preocupação burocrática, que apresentamos a seguir, eram: “aumento salarial de 40% para toda a categoria; que nenhum participante da paralisação fosse demitido; que não fossem suprimidos nenhum dos benefícios já concedidos a categoria e que a empresa não desconte as horas de paralisação”.⁵⁴

⁵³ Maran foi um dos articuladores da paralisação de 1986, inclusive membro da Comissão que negociou o fim da mesma. Dedicou boa parte de suas atividades a organização sindical dos operários na Sadia, mesmo sendo demitido depois da paralisação de 1986.

⁵⁴ LIDERANÇA DO MOVIMENTO DE PARALISAÇÃO. Concórdia. **Ata sem número**. Ata da Assembléia realizada dia 8 de julho de 1986, no refeitório da Sadia. Sem livro. Sem página.

Ata da assembleia realizada dia 8 de julho 1986 no refeitório da Sadia

Dando acentua solenidade através da presidência do sindicato da alimentação de concórdia solicitou aos participantes que se fizessem parte como membros da categoria e associados desta entidade sindical.

percentagem 40%
nem um funcionário seja demitido por motivo do movimento
todos trabalharão até sábado normalmente até as 16 h - com resposta exata do aumento 40% contrário tudo paralizado novamente - segunda feira nomes dos componentes da comissão

Edilio Vereci	5220	secao	7223	m. Arves
Juarezano de F. J. de S. J.	8226	exposicionamento		
João J. Saberes	7181	exposicionamento		
João J. Saberes	7121	matanza		
Adair C. do S. J.	9200	central de embalagem		
João de Souza	7386	ensacamento de linguisset		
Mauri Moram	8377	secao	7127	triparia

Figura 7 – Ata da Assembléia dos trabalhadores paralisados, realizada no dia 8 de julho de 1986 em Concórdia – Liderança do Movimento de Paralisação

Fonte: Arquivo do Sintrial (2005).

Em entrevista, Iburici Fernandes, que em 1986 era tesoureiro do SINTRIAL e supervisor da Sadia afirmou, que:

A paralisação de 1986 foi a mais forte. Veio de dentro. Neste ano eu era candidato e estourou a greve, recebemos ordens da Empresa para despacharmos todos os funcionários que participaram da greve. Eu não dispensei nenhum (FERNANDES, 2004)⁵⁵

Sobre a paralisação, em entrevista, Alziro Corassa na época Presidente do Sindicato dos Comerciantes, assim se reportou ao evento:

Em 86 quebramos um pouco, quando estourou a greve na Sadia. Eu estava em São Paulo, fazendo curso, e me ligaram lá pedindo para vim embora que a Sadia tinha parado. Cheguei em Concórdia e fui direto para a Assembléia, onde encontrei o balanceiro da Sadia que não pode entrar, pois estava com a CLT na mão, Lei 46330. Na greve entrou o Saretta, o irmão dele e o Marcos Bósio que conseguiram furar a Assembléia e a polícia não me deixou entrar. Entraram, articularam e conseguiram manter a greve (CORASSA, 2005).⁵⁶

⁵⁵ Iburici Fernandes foi operário da Sadia durante boa parte da vida. Executou atividades desde a produção até as de terceiro escalão. Após a aposentadoria dedicou-se, e ainda dedica-se, a presidência da Associação dos Aposentados da Sadia.

⁵⁶ Alziro Mezalira Corassa participou, enquanto presidente do sindicato dos Comerciantes de Concórdia, da articulação das chapas de oposição à diretoria pelega do Sintrial na década de 1980.

Analisando e avaliando os resultados da paralisação, Corassa usou a seguinte expressão: “naquele ano os trabalhadores tiveram até um ganho, mas era uma dificuldade muito grande” (CORASSA, 2005). É notória a insatisfação do líder sindical quanto às conquistas, porém, avalia-se que a paralisação mostrou que os trabalhadores tinham capacidade de organizar a oposição e que a greve era um forte instrumento, assim como se apresentava no cenário nacional.

De outra forma, Mauri Maran, que em 1986 foi membro da comissão ouvida pela direção da Empresa, em entrevista destacou: “conseguimos, embora escalonado, um aumento de até 30% em alguns casos” (MARAN, 2005). Mostrando que efetivamente o movimento surtiu o efeito esperado. Sobre o mesmo fato, Maran, recorda:

Não sabíamos nem falar, éramos os graxeiros, quanto mais negociar com os chefes. Então, os chefes pediram ao Elvino Flores, na época responsável pelos funcionários, que se comprometesse em não demitir nenhum membro da comissão, com o objetivo de que nós nos sentíssemos à vontade para conversar sobre a empresa e as reivindicações (MARAN, 2005).

Parece-nos claro na fala do envolvido o temor que os funcionários tinham da empresa, até mesmo nos momentos das mais francas negociações. Ainda assim, outra conquista, fruto daquele momento, pode ser tida como importante. Segundo Maran (2005):

Saímos da negociação com o direito de constituirmos a Comissão de Fábrica, que teria eleições diretas periodicamente. Esta era formada por três trabalhadores titulares e três suplentes por área, que eram a área técnica, a frigorífica e o escritório. Os membros desta Comissão de Fábrica eram tidos como estáveis. Nós formamos a primeira direção da Comissão, estáveis e com mandato temporário, até organizarmos a eleição para a direção permanente. Depois de concluído nosso mandato temporário, a Comissão foi destituída e a maioria dos seus membros foi demitida. Alguns foram demitidos no dia depois que venceu o mandato.

Os fatos que aqui relatamos indicam um novo cenário. Agora é preciso que os trabalhadores passem a usar as suas “armas”, uma vez que saíam de um movimento, surgido às pressas e, nas palavras de Maran, “sem nenhuma articulação e planejamento. Passamos nos setores e dissemos: depois do almoço todo mundo se reúne no pátio, ninguém volta para o trabalho. E não é que os companheiros acreditaram!?” (MARAN, 2005).

Outros movimentos desta natureza viriam. Porém, se isso fosse verdade, seria preciso mais organização e, principalmente, uma entidade que os defendesse. Deste cenário é que surge a vontade de organizar o movimento oposicionista e

“tomar o sindicato pelego” para transformá-lo em uma entidade combativa e que tomasse as rédeas da articulação e fortalecimento das pautas de negociação dos operários da indústria alimentícia de Concórdia.

3.2 A oposição aos “periquitos”: na contramão da história?

Na contramão da história? Quem sabe. Buscando um espaço de articulação? É provável. Já mencionamos em outras oportunidades durante o transcorrer de nosso trabalho de que nos anos de 1980 a crise da sindicalização foi sentida em muitas entidades. Crise que não significa a diminuição no número de associados, mas uma alteração de estratégia de luta. Seria equivocado dizermos que se fortaleceu a idéia de abandono da estratégia combativa mas, sem medo de errar, é possível afirmar que o cenário do movimento sindical nacional buscava um arrefecimento do combate. Isto se dava em função do entendimento das entidades que era possível lutar além dos muros das fábricas, ou seja, vislumbrando possibilidades de abrir caminhos e espaços no cenário político nacional.

No final da década de 1980, os operários da indústria alimentícia de Concórdia, lançavam mão de uma estratégia que, de certa forma, ia na contramão da tendência nacional. Enquanto o cenário nacional arrefecia o combate, o cenário local buscava a tomada do sindicato com o objetivo de fortalecer e organizar a luta. É claro que essa diferença de estratégia não se dá por falta de informação, mas sim por necessidade. Era preciso “tomar” a entidade que estava nas mãos dos periquitos para posteriormente enveredar na conquista de outros espaços. Era o dever de casa que precisava ser feito.

Como se apresentou anteriormente, no final da década de 1980, nasce um movimento de oposição ao “sindicato pelego” da indústria de alimentação. Este movimento surge dentro da empresa Sadia de Concórdia. Para efeitos de estudo, utilizam-se neste capítulo alguns termos que precisam ser esclarecidos. O primeiro deles é a nomenclatura “periquitos”. Em virtude de existirem diferenciações nas cores dos capacetes de trabalho na empresa, os “capatazes” passaram a utilizar o capacete verde, o que levou os funcionários a chamá-los de tal forma. O outro termo que se utiliza é o de “graxeiros”. Da mesma forma, os

“periquitos” se referiam aos operários da fábrica desta forma, uma vez que estes trabalhavam com carne e graxa. Esclarecidos os termos próprios a este cenário desenvolver-se-á a temática do movimento de oposição que nasce na segunda metade da década de 1980.

Fazia-se necessária uma organização paralela, que de início teve fortes relações com o sindicato dos comerciários. Esta relação pode ser vista como um fator determinante neste processo, tendo em vista que o “Comerciários”⁵⁷ tinha uma longa história de lutas e articulações. Esta experiência foi fundamental no processo de organização da oposição.

Segundo algumas de nossas fontes orais, o Sindicato dos Comerciários teve uma grande influência na organização do movimento de oposição. Era fato que existia dentro da empresa Sadia uma vontade de tomar a direção sindical do peleguismo, o problema estava em que táticas usar. Por onde começar? Neste cenário surge a articulação de líderes sindicais que já estavam familiarizados a luta. Peccini (2006), veementemente repete: “o Corassa trabalhou muito na articulação do movimento. Mais do que todos nós”. Corassa era, na época, presidente do Sindicato dos Comerciários de Concórdia.

A oposição contava com algumas ferramentas, com o objetivo de mobilizar os graxeiros. A primeira delas era a “pequena imprensa”. Era comum a articulação de panfletos e informativos para serem distribuídos entre os operários. Era nestes panfletos que apareciam as críticas mais fortes a organização que estava posta.

Um dos exemplos desta “pequena imprensa” utilizada pelo movimento é o informativo intitulado “*É hora: oposição*”. Na sua primeira edição, o jornal já apresentava textos contendo palavras de ordem como, por exemplo, o texto a seguir demonstra, sob o título de “*Porque somos oposição*”:

Somos oposição porque vemos em cada um de nós funcionários, a vontade de mudar a diretoria do sindicato.
Eles nunca foram justos, nunca defenderam realmente nossos interesses.
As nossas decisões nunca prevaleceram.
É hora de mudar. Temos certeza que, o que desejamos, é o que cada colega sempre quis, fazer ou dizer, e agora é a hora.
Não há dinheiro que compre nossa honestidade, e a nossa vontade de defender nossos direitos (CHAPA DE OPOSIÇÃO, 1990).

⁵⁷ Nomenclatura a que comumente os “companheiros” do movimento se referiam ao Sindicato dos Trabalhadores no comércio de Concórdia. Muitos ainda hoje reconhecem a entidade pelo termo “o comerciários”.

São nestas narrativas que podemos perceber o caráter e o peso da criticidade que o informativo dispensava à direção sindical. Ainda é possível uma breve análise acerca da compreensão do que era o sindicato, como deve agir ou qual o seu verdadeiro papel frente aos seus representados.

Neste contexto de debate e embate entre a empresa Sadia e seus operários que se constrói a chapa de oposição. O cenário de articulação era muito difícil, tudo precisava ser sigiloso para não prejudicar “os companheiros”. Um dos articuladores deste processo, Corassa (2005), assim relatou a estratégia de articulação da chapa:

Em 1990 pensamos no SINTRIAL porque em Concórdia ou ganhava o SINTRIAL ou fechava. Pegamos o estatuto em outubro e descobrimos que as eleições seriam em julho do outro ano, mas, num ano não daria para formar oposição dentro da Sadia. Tentamos não abrir muito porque qualquer suspeita era motivo de demissão de funcionário. Tendo em vista que muitos foram demitidos porque apoiavam a greve de 1986. Tínhamos que começar por algum lugar e como a Dirlei Campos era minha secretária no sindicato, de família influente, Magnani, ex-funcionária do Pittol, consultamos o seu marido, à época funcionário da empresa. Montamos a chapa e eu era o único que conhecia a chapa e tinha contato. Na primeira reunião havia duas pessoas da mesma casa e não sabiam. A Sadia não deu muita importância, o Ademir Marcon sempre dizia: “Nós não vamos perder desta piazada”.

Percebemos que a empresa não se preocupou com a articulação da oposição, uma vez que, para eles parecia que o medo dos operários superaria qualquer intenção de articulação consciente. No relato de Corassa, pudemos observar que os representantes da empresa, pejorativamente, referiam-se à chapa de oposição como “piazada”, isto no sentido de inexperiência, imaturidade ou falta de capacidade.

Outro ponto importante que devemos chamar a atenção é o fato de toda a organização ter ocorrido de forma bastante sigilosa. O mesmo relato, de Corassa, denuncia que duas pessoas que participavam da chapa moravam na mesma casa, e, no entanto, surpreenderam-se ao encontrarem-se na reunião de articulação de campanha. Isto se dá devido a alguns fatores que são típicos do movimento sindical, principalmente dos anos referentes à ditadura militar, que podem ser assim elencados: medo de perseguição por parte das empresas, medo de demissão, preocupação com as estratégias da empresa para boicotar a chapa de oposição antes mesmo da eleição, promover a articulação dos envolvidos pela causa e não pelos laços com outros. Neste caso não foi diferente, articular a chapa e mantê-la unida pela causa até a eleição era ponto chave na disputa.

É notória, neste movimento, a presença do Sindicato dos Comerciários, emprestando alguns atores da articulação local, bem como a estrutura necessária para divulgar a chapa e convencer os eleitores. Isto reforça o argumento anterior de que os laços intra-institucionais tornavam-se, em alguns momentos, fomentadores da luta e motivadores do processo. Neste caso, havia o interesse direto de outros sindicatos em buscar mais um aliado para um projeto nascente, ou seja, a filiação à Central Única dos Trabalhadores.

Um fato que merece ser discutido é o de que os membros da chapa de oposição tinham idade entre 18 e 40 anos. Isto não seria importante se não fosse divulgado num material da chapa de oposição, o tempo de serviço na empresa de cada um dos membros. Assim, é possível que citemos alguns exemplos: Rosinei Groeders, com 18 anos de idade possuía, 4 anos de trabalho na empresa; Rosângela de Godoy, de 24 anos, já trabalhava há 9 na empresa; Sidinei Luis Pasini, 23 anos, trabalhava há 8 anos na Sadia; Mauro Thomé, com 18 anos, trabalhava na Sadia há 3 anos. A partir dos exemplos citados acima, é possível que concluamos que a empresa Sadia empregava, nos idos de 1980, menores de 18 anos (CHAPA DE OPOSIÇÃO, 1990).

Corassa (2005) lembra dos resultados da eleição, que ocorreu no dia 17 e 18 de setembro de 1990, da seguinte forma:

Ganhamos a eleição com 52% dos votos fazendo material de campanha no mimeógrafo, explicando que o aumento que a Sadia prometia era golpe, pois poderia ter dado antes. Nós éramos membros da comissão eleitoral, implantamos voto secreto, permitimos votação dentro da empresa, prejudicamos a marcação de voto. Vencemos com 246 votos, no mês de setembro de 1990.

A tônica da campanha foi tomada com ataques e questionamentos de ambos os lados. A oposição usava um discurso ferrenho em torno do verdadeiro papel do sindicato, como podemos ver no relato acima. A situação dava movimento a sua campanha associando a chapa de oposição a adjetivos como: “guerrilheiros, chupins, enganadores...”. Estas relações podem ser lidas em um material elaborado pela situação com o sugestivo título de “*A hora da Verdade*”. Este material circulou em uma única edição e não se percebe nele nenhuma ênfase aos membros da chapa de situação, mas apresenta muitos questionamentos em torno da competência e dos interesses da oposição.

O trecho a seguir fazia parte do material intitulado “*A hora da verdade*”. Sob o título “*O que é um sindicato?*”, publicado pelo Sintrial, questionava o apoio de terceiros, ou seja, de pessoas que não faziam parte do grupo de funcionários da Sadia.

Sindicato é uma entidade formada por trabalhadores DA CATEGORIA, não por TERCEIROS, que nada tem a ver com trabalhadores a não ser usá-los para eleger candidatos de partidos políticos. Este questionamento da situação demonstrava que para estes os sindicatos não podem ser entidades agrupadas, mas sim, isoladas umas das outras, buscando individualmente o atendimento dos objetivos da categoria que representam (SINTRIAL, 1990).

O destaque a seguir é do mesmo material, elaborado pela chapa de situação: “O Sintrial é de todos os associados, graças a Deus. Se ele estivesse nas mãos de certas pessoas, certamente não existiria mais. SERIA UM COMITÊ POLÍTICO” (SINTRIAL, 1990).

É visível aqui o questionamento acerca da articulação dos oposicionistas nos moldes e com base nas estratégias típicas dos movimentos político partidários. É notório o caráter de seriedade e turbulência pelo qual passava a entidade e a empresa.

Destacamos, ainda, do mesmo material do grupo de situação, um trecho que associava claramente a Chapa 1, de oposição, ao Partido dos Trabalhadores, o qual ganhava suas primeiras configurações locais.

Fique sabendo que a CHAPA 1 (que é o grupo que representa o PT), sequer apresentou um plano claro de trabalho, pois este mesmo grupo negociou salários na FORD (quebra-quebra), eletricitários em Brasília (quebra-quebra), Siderúrgica Nacional do Rio de Janeiro (quebra-quebra). QUANTOS TRABALHADORES FICARAM SEM EMPREGO? SERÁ QUE É POR AÍ? (SINTRIAL, 1990).

Por fim, do mesmo material “pelego”: “Dá pra confiar em pessoas que lotam ônibus e caminhões com SEM-TERRAS, para levá-los a Porto Alegre para enfrentar a polícia e se beneficiar politicamente do acontecido” (SINTRIAL, 1990).

Este excerto apresenta uma nova associação do movimento de oposição aos levantes promovidos pelo MST, no sul do país no final da década de 1980, os quais encontravam suporte, dentre outras entidades, na igreja católica e no Partido dos Trabalhadores.

Fica claro que o momento histórico foi bastante conturbado no cenário local, uma vez que precisamos levar em consideração a importância e a força que a Empresa Sadia representava, neste mesmo cenário, do início dos anos de 1990. Estas turbulências somente se amainaram com o resultado das eleições, o qual teve repercussão a nível estadual, como podemos ler no jornal “*A Notícia*”, que na coluna *Opinião*, noticiou que

[...] pela primeira vez na história do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Concórdia, uma chapa de oposição concorre e vence a eleição para a escolha da nova diretoria. O operário José Valdori da Rocha Campos ganhou a presidência com 51,45% dos votos. O Sintrial congrega os trabalhadores da Sadia/Concórdia e existe há 16 anos (OPOSIÇÃO, 1990).

Se o objetivo, como dissemos, era o de definir e articular novos espaços em busca de caminhos e oportunidades para discutir a pauta de negociações, agora ele estava materializado. A vitória da oposição representava um grande salto ao movimento sindical da categoria que agora, como se esperava, se tornava de esquerda, combativo, forte e atuante.

Os atores deste novo processo tinham em seu currículo uma grande carga ideológica de esquerda, fato que, pelo entendimento da época, favorecia sobremaneira os operários. Estava claro a todos que o inimigo dos operários era a empresa. Isto já não ocorria no cenário nacional. Neste, a luta dos movimentos sindicais há muito já não era contra as empresas, mas contra um inimigo novo, forte e extremamente temido e criticado: o neoliberalismo.

Quem dera a solução dos problemas operários fosse a conquista da direção sindical. No caso de Concórdia, isto nem de perto representava o fim, mas o início de uma corrida veloz em busca da articulação a entidades de representação nacional, de forma que a luta, de alguma forma, pudesse ser articulada e contemporânea.

Uma nova transformação se daria na década de 1990, a qual culminaria em 1996, com a adoção de uma nova estratégia de luta sindical. Porém, antes de se pontuar tal transformação é necessária a abordagem de outras temáticas que levaram a culminação e adoção de novas estratégias, como a proposição de um novo encaminhamento da prática sindical. O Sintrial, em Concórdia passa, a partir da segunda metade da década de 1990, a realizar atividades menos combativas. A primeira metade da mesma década não pode ser classificada da mesma forma, uma

vez que se organizam atividades de mobilização com grande envolvimento dos seus associados. Esta temática, envolta no cenário dos anos de 1990, não poderia ficar de fora deste trabalho, fato que a trabalharemos no capítulo a seguir.

3.3 Novas diretrizes, novas greves: A estratégia do novo Sindicalismo chega a Concórdia

Um novo cenário nacional se apresentava. O sindicalismo abria mão de uma história de combatividade, luta, paralisações, greves e aparições públicas, para buscar uma nova estratégia, qual seja a da disputa de espaços institucionalizados, públicos e conquistados com o respaldo popular. Era o abandono da luta combativa para um mergulho na estratégia da reivindicação e da negociação.

Parafraseando Santana, as práticas do novo sindicalismo, apesar dos avanços importantíssimos para o sindicalismo nacional, foram apresentando limitações para as tarefas que se propunham e pelas quais criticava os militantes do passado (SANTANA, 1998, p. 11). Este contexto abriu caminho ao discurso da negociação em detrimento da radicalidade. A greve que antes era colocada como fato imediato para a quebra da intransigência patronal, típica do sindicalismo de outras épocas, necessita agora ser revista e repensada. Claramente o “novo sindicalismo” busca uma nova identidade, mais apropriada, ao que parece, ao cenário da época.

Existem aqui inúmeros caminhos que poderiam ser discutidos. Um deles é o que reforça a posição de que o novo sindicalismo pressupõe uma sobreposição ao velho. Velho no sentido de ultrapassado (MANGABEIRA, 1993). Outra linha que poderia ser apresentada é a da transição, em face da qual o sindicalismo, neste momento histórico, passou em busca, até mesmo de livrar-se do emblema de ser intransigente e promover tensões (RODRIGUES, 1991). Contudo não é objetivo deste capítulo discutir se o novo se sobrepôs ao velho, se esta transição representou rupturas ou não, mas de afirmar que houve sim um movimento de reconstrução das estratégias sindicais e a partir disto buscar seu entrelaçamento à ação do sindicato dos trabalhadores na indústria alimentícia de Concórdia.

3.4 Sindicato Cidadão

De antemão é possível afirmar que o que ocorreu na conjuntura de surgimento do “novo sindicalismo” foi uma disputa pela hegemonia político-sindical, que trouxe em seu bojo, como uma de suas perspectivas, a disputa pela história, reforçando a consolidação de posições diferenciadas no debate. Assim, muito do que surgiu com o novo foi fruto da leitura que se fazia do velho. Assim, parece-nos claro que o núcleo dos dirigentes sindicais percebeu que, após décadas de lutas, o espaço conquistado ainda não era suficiente para uma disputa de hegemonia na sociedade. A insuficiência e a “insatisfação” com o conquistado pode ter levado à reestruturação da estratégia e, em alguns momentos, das convicções.

As vitórias dos trabalhadores nos anos 80 colocam o capital em alerta e, logo, no ataque. Já no primeiro governo civil pós-golpe, de José Sarney, o estado começa a usar a expressão “reformas”, dando sinais sobre quem são seus aliados. Por outro lado, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) também aprova resoluções congressuais que ajudam muito mais ao capital do que as categorias operárias. A primeira delas é a proposta de contrato coletivo de trabalho. Com tal estatuto, arriscam-se os críticos em afirmar que a CUT abre caminho para as reformas de caráter neoliberal, se tomarmos aqui uma visão de análise numa perspectiva da esquerda brasileira. O argumento mais comum para tal é de que os acordos coletivos unicamente negociam perdas e evitam o combate dos trabalhadores contra o capital.

Também é da CUT que, nos anos 1990, partem as idéias de estabelecer consensos através das Câmaras Setoriais Tri-partites⁵⁸ e a proposta do Banco de horas. Isso significa dizer que é a CUT quem propõe a flexibilização dos direitos e a conciliação de classes, e não o governo. Assim o “sindicalismo propositivo” (que aqui convencionamos chamar de “Novo Sindicalismo”, acompanhando muitos autores) que a CUT passa a professar, mostra-se ruim para os trabalhadores, minando o

⁵⁸ As câmaras setoriais surgiram no final dos anos 80, como uma tentativa de estabelecer diagnósticos de competitividade setorial, identificar as causas das distorções existentes e indicar as estratégias para seu equacionamento. Ou seja, tiveram, desde o início, suas funções institucionalmente voltadas para objetivos de política industrial. No entanto, como a questão da estabilidade monetária ofuscava as demais, as câmaras setoriais passaram, rapidamente, a ter como ponto central das suas discussões o problema do combate à inflação. Estas Câmaras agregavam, em seus quadros, representantes das empresas, do governo e dos operários.

combate e a capacidade de resistência ao neoliberalismo. Não é à toa, então, que hoje se pode perceber o enfraquecimento da luta sindical no Brasil.

O que veio a ser denominado de “Novo Sindicalismo” nos anos 1980 caracterizou-se por uma nova prática sindical, de organização da base, da construção da intervenção operária nos locais de trabalho, considerada uma das principais debilidades do sindicalismo brasileiro. Jácome Rodrigues, ao tratar do sindicalismo nos anos 1980, observou a ‘presença significativa’ na vida nacional da organização dos empregados nos locais de trabalho, com a denominação de comissões de fábrica, comissões de empresa, conselho de representantes dos funcionários, comissões de garagem, etc (ALVES, 2000, p. 117).

Mas o desenvolvimento das novas organizações de base era, de certo modo, uma necessidade posta pelo complexo de reestruturação produtiva. A partir do desenvolvimento do processo de reestruturação produtiva nos anos de 1980, tornou-se claro para as lideranças operárias nas indústrias de ponta no Brasil, como é o caso da indústria nacional automobilística, que o campo da produção era um espaço importante para as lutas de classes, com o capital procurando desenvolver novos tipos de controle do trabalho. Seria, portanto, onde o processo de reestruturação produtiva surgia com mais vigor, apesar de seu caráter seletivo.

Muitos analistas afirmam que a década de 1990 marcou, no Brasil, um esvaziamento dos movimentos sociais, bem como dos sindicatos, numa onda que alguns classificam como des-sindicalização. Embora isto não seja unanimidade entre os estudiosos do tema, podemos afirmar, frente a uma análise simplista e superficial que, efetivamente, os anos 90 foram marcados por uma estratégia dos movimentos em, sem negar sua luta, optar pela diminuição das mobilizações públicas, o que afetou, como não poderia deixar de ser, a visibilidade das organizações sindicais, ou outras de mesmo caráter (GOHN, 2003, p. 22).

Este momento pode ser entendido como o ponto de intersecção dos movimentos organizados. Com isto assistimos a unificação das lutas das categorias em busca de soluções comuns a problemas comuns. Parece-nos muito claro o fato de que na década de 1990, ocorre a aproximação dos sindicatos com os movimentos político-partidários. É bem verdade que isto pode soar estranho, ou seja, como se aproximar (o sindicato) de um movimento o qual sempre criticou pela inoperância e servilismo? Há que se considerar o fato de que o Partido dos Trabalhadores estava amadurecendo enquanto opção no cenário político-partidário.

Não demorou muito para que os líderes sindicais se dedicassem à tarefa de pulverizar as idéias do PT por todos os recantos do país.

Estas novas estratégias sindicais e dos demais movimentos sindicais, tomaram alguns espaços da tática combativa e de grandes mobilizações que ocorriam até então. Isto não quer dizer que a tarefa e a ação sindical foram inviabilizadas, mas significa dizer que as entidades organizadas, os movimentos de classe, os movimentos sociais, entre outros, perceberam a oportunidade de juntar suas forças em prol do propositivismo, da reivindicação e, a partir de então, passam a se apresentar atrelados a uma opção político-partidária como ação necessária à chegada ao poder (GOHN, 2003, p.18-22).

No Sintrial o encaminhamento não poderia ser diferente. O recém criado, em Concórdia, Partido dos Trabalhadores, aglutinava nos seus quadros de liderança uma maioria de líderes sindicais, e os que ainda não o eram, a história mais tarde denunciaria sua conversão. Assim, atendendo uma convocação, em alguns casos de caráter subliminar, nacional, o Sintrial prioriza novos temas, alguns pontos e ações passaram a ser importantes para a construção do movimento e para os operários da indústria de alimentação em Concórdia. Dentre os quais podemos destacar a busca cotidiana de espaços a serem ocupados nos poderes constituídos no âmbito municipal ou estadual, principalmente no cenário legislativo.

Basta uma simples olhada no informativo do Sintrial, que depois da eleição de 1990, perde o seu caráter combativo nos moldes do exercido durante a campanha oposicionista, bem como o seu nome e passa a ter a função de orientar e divulgar as ações da direção sindical. O nome “*É hora oposição*”, que abordamos anteriormente, sai de cena e no cabeçalho do informativo aparece apenas a identificação de que o material é de propriedade do Sintrial.

Outro caráter merecedor de análise e discussão é o de que o boletim, a partir de 1992, ganha periodicidade mensal e inclina-se a apresentar textos que informam sobre as assembleias, direitos dos trabalhadores, datas comemorativas e negociações coletivas. Estas últimas são também inseridas neste novo cenário sindical. O papel da negociação passa a ser importante neste momento e, juntamente a isto, também passa a ser importante a sua divulgação, que é feita através da pequena imprensa, ou seja, do informativo sindical.

Nas eleições de 23 e 24 de agosto de 1993, a direção apresenta uma chapa de sucessão que na disputa eleitoral é chapa única. Os membros da chapa eram representantes diretos do movimento oposicionista de 1990, alguns deles militantes daquele movimento. A partir da eleição desta nova diretoria, o Sintrial e seus diretores, passam a preocupar-se em criar consciência em seus representados, em torno da filiação da entidade em uma Central Sindical. Neste momento, ano de 1993, a direção inclinava-se para a filiação a CUT, nascida no ano de 1983, representando o sindicalismo que iniciou as greves em 1978, que trouxeram, como produto conseqüente, a formação da Central Sindical no intuito de unificar a luta dos trabalhadores.

Com o objetivo de aliar-se a esta nova forma de luta para obtenção e manutenção dos direitos trabalhistas, bem como a formação de uma consciência política inovadora na classe operária, o Sintrial organiza um plebiscito para consultar os trabalhadores sobre a possibilidade de filiação a Central Sindical. Para tanto, a pequena imprensa do Sintrial publica uma edição do informativo mensal que discutia e enaltecia as vantagens da filiação a Central. Um dos relatos que aparecem neste informativo e que merece discussão é o seguinte:

1º - Foi a CUT que nos apoiou há 3 anos, quando fizemos oposição aos pelegos, assim recebemos a maioria dos votos dos associados, vencendo as eleições; foi a CUT que sempre nos assessorou, em negociações e também na formação dos trabalhadores, e, como podemos ver, são os Sindicatos filiados a CUT que têm os maiores avanços, tanto no campo salarial como político (SINTRIAL, 1993).

É presente aqui, a intenção de apresentar aos eleitores do plebiscito a importância da filiação a Central. No entanto, também é visível que existe um sentimento de pertencimento e de dívida com a organização uma vez que, segundo a fonte, esta sempre esteve presente nas lutas da organização do movimento sindical concordense. As justificativas, no mesmo material, vão ainda mais longe e compõem, junto com esta primeira, um leque de quatro motivos para a filiação.

2º - Sempre que falávamos em Central Sindical, nós chamávamos todas elas, mas somente a CUT aparecia, sempre com propostas claras e objetivas em favor dos trabalhadores.

3º - A nível nacional a CUT tem se posicionado firmemente contra a venda de nossas empresas estatais a preços insignificantes; contra a revisão constitucional que irá tirar nossos pequenos avanços, e também no combate aos corruptos.

4º - A CUT tem nos seus congressos o seu maior poder de decisão, reunindo o maior número de trabalhadores que uma Central já reuniu, é nos congressos que se definem as linhas políticas da Central e as suas direções (SINTRIAL, 1993).

O plebiscito indicou que o Sindicato deveria efetivar sua filiação a referida Central, fato que foi imediatamente consolidado. As fontes orais consultadas deixaram transparecer que a filiação foi o ato mais importante daquela gestão. Corassa, em entrevista, nos revelou: “O movimento sindical, aliado a uma Central Sindical é muito importante na discussão da sociedade” (CORASSA, 2005). Embora estivesse presente, nesta sua fala, um grande peso de paixão pela entidade que viu nascer e se construir, é premente que consideremos o momento em que o entrevistado se manifesta. O movimento sindical foi extremamente importante no cenário local, principalmente no campo político. Porém, é preciso que levemos a luz um movimento importantíssimo no cenário local que foi a Greve de 1996. Embora neste mesmo capítulo já tenhamos afirmado, em várias oportunidades, que o Sindicalismo deste tempo, perdeu sua característica de empolgação de massas e de visualização da luta por meio das paralizações e greves, o Sintrial, usa um método que, segundo os teóricos, não mais era tão comum. Isto nos leva a tomar o fato da Greve de 1996 como relevante a esta nossa discussão.

Embora atrelados em uma luta corporativa, o sindicato dos trabalhadores na indústria alimentícia de Concórdia não poderia fugir da regra, ou seja, os índices de desemprego no país haviam se agravado, os indícios de corrupção política estavam na pauta de discussão nacional, a recessão afetava a economia nacional, o ideário neoliberal avançava galopantemente, enfim, frente a tais problemas era necessário garantir visibilidade ao movimento e preparar caminho para disputar espaços nos poderes institucionalizados da sociedade. Para tal recorre-se a “velha” estratégia, a greve.

3.5 Greve de 1996

O desemprego que se estabelecera no país durante os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e seu sucessor Fernando Henrique Cardoso, passou a ser o grande inimigo dos movimentos populares no país. Há que se observar que aliado a isto encontram-se fatores como a inflação e o modelo neoliberal de governar, que era contraditório ao modelo sonhado pelas entidades sindicais. O cenário dos anos 1990 ainda não garantia a eficiência de uma estratégia

desatrelada da combatividade ou da visibilidade. Ainda era preciso mais um esforço, solidificar a CUT para garantir respaldo para ações e disputas posteriores. É nesta dinâmica de interesses que o sindicato dos trabalhadores na indústria alimentícia de Concórdia busca uma relação cada vez mais próxima da Central.

A partir de 1993, após a filiação a CUT, o Sintrial melhorou sua estrutura, desenvolveu-se em discussão e capacidade crítica e ainda demarcou seu espaço na conjuntura local. Quem sabe, este seja o diferencial das entidades sindicais ou, ao menos é o que as pessoas compreendem. Adelmo Budant, duas vezes vereador no município e um mandato de Deputado Estadual, em entrevista, assim definiu a atuação do Sintrial em Concórdia:

Eles são de fundamental importância, uma vez bem dirigidos e através de diálogo objetivam conseguir grandes avanços de melhor qualificação dos associados e também na justiça salarial. Beneficiam para o progresso de maneira harmoniosa de todas as classes e segmentos dos trabalhadores (BUDANT, 2005).

O atrelamento do sindicato a figura de seu líder é inevitável. Percebe-se um grande esforço de todos na tentativa de associar a prática adotada em uma determinada época a personalidade, aos interesses e convicções do líder da entidade. Esquece-se, intencionalmente ou não, que o movimento é cercado de segmentos e instâncias que precisam ser respeitadas. De outra forma é possível entender tal visão, uma vez que é inegável o fato de que em muitas oportunidades o interesse coletivo abre espaço ao particular. Fruto, quiçá, de uma época malfadada do movimento social brasileiro.

Foi neste contexto que eclodiu a Greve em meados do mês de maio de 1996. Movimento que, em Concórdia, resultou em três dias de paralisação. O Sintrial proclamou o “estado de greve” que culminou na Assembléia que definiria o retorno às atividades normais. De acordo com o Informativo do Sintrial que circulou em edição especial no mês de abril de 1996, encontramos a descrição da proposta encaminhada pela empresa para o reajuste dos salários.

A Assembléia realizada sábado dia 18, contou com a presença de mais de mil pessoas. A proposta apresentada pela empresa, de parcelar a inflação em 3 vezes, e ainda de não querer discutir o aumento real, não foi aceita pelos trabalhadores presentes. Por este motivo, os trabalhadores tiraram como proposta o estado de greve. Se a Sadia continuar mantendo esta posição, poderemos entrar em greve a qualquer momento (SINTRIAL, 1996a).

Facilmente se percebe que, mesmo em meio a instalação do *novo* modelo sindical a estratégia utilizada é a boa e *velha* pressão por meio de paralisações que levam a diminuição da produtividade e fomentam a discussão em torno de fatos e conceitos que não interessam as empresas. No Informativo do mês de maio de 1996, encontramos a descrição da proposta encaminhada pelo sindicato à empresa durante as negociações. Assim é descrita:

Após várias rodadas de negociações com a empresa Sadia, até o momento a proposta continua sendo a mesma já apresentada na Assembléia de quarta-feira:

- 12,71%, pago em uma única parcela, ainda na folha de pagamento deste mês, (retirando a idéia de parcelamento da inflação);
- Duas cestas básicas, em torno de 20 kg, para que os trabalhadores decidam o mês que querem recebê-las. (A empresa comprometeu-se em manter a cesta de final de ano);
- E, um piso salarial de R\$ 250,00.

Estas são as propostas apresentadas pela empresa, agora depende de nós trabalhadores aceitarmos ou não.

Venha para a Assembléia e faça parte desta decisão; votando sim ou não a proposta da empresa (SINTRIAL, 1996b).

Após muita negociação entre empresa e sindicato, no dia 28 de maio, os trabalhadores em Assembléia extraordinária deliberam o fim da greve. O Informativo do Sintrial de Junho de 1996, assim se referiu a tal evento:

Na terça-feira a tarde do dia 28/05, foi convocada uma assembléia extraordinária para os trabalhadores que se encontravam parados, tendo por objetivo a discussão dos rumos da greve. Todos os trabalhadores que estavam na greve deslocaram-se para o Sintrial onde aconteceria a Assembléia.

Quando foi iniciada a avaliação da greve, onde decidir-se-ia pelo retorno ou não ao trabalho, houve a surpresa da presença maciça dos demais trabalhadores que estavam na fábrica, os quais compareceram até a sede do Sintrial. Já com relação à decisão tomada na Assembléia pelos trabalhadores foi deliberado pela paralisação da greve e pelo retorno aos serviços (SINTRIAL, 1996c).

O movimento teve grande repercussão no cenário político local. Prova disto é a manifestação, em entrevista, do atual Presidente da Associação de Trabalhadores Aposentados da SADIA, Iburici Fernandes que na época, 1996, ocupava, segundo ele, uma posição influente na estrutura da Empresa Sadia.

Era carteiro na SADIA, depois passei a trabalhar no faturamento, de lá fui para São Paulo para um curso para ministrar treinamento. Durante um ano ministrei treinamentos, depois a empresa parou com esta atividade. Então passei a Supervisor na fábrica (FERNANDES, 2004).

Sobre a greve de 1996, Fernandes assim se referiu: “Em 1996 me chamaram e disseram: ‘–Vai estourar a greve!’. Então me mandaram para o setor de paletas que era um setor deficitário” (FERNANDES, 2004). Considerando que ocupava um cargo de “periquito”, ou seja, de chefia, o fato de ter sido transferido para um “setor deficitário” denuncia a preocupação da empresa com os problemas internos. É preciso ainda considerar que o setor de paletas é apontado pelo próprio entrevistado como um dos que “eram incendiários”, ou seja, inclinados a participação sindical e formação de opinião interna, devido ao perfil dos que nele trabalhavam.

O desfecho do movimento de 1996 se dá em um Acordo Coletivo, do mês de maio de 1996. Este acordo pode ser visto no Informativo do sindicato, editado no mês de Junho do mesmo ano. Assim é descrito:

Todos os trabalhadores receberão aumento, o percentual de 12,71%, já descontado 5% antecipados pela empresa no mês de fevereiro/96, o que somaria um total de 18,35%.

Para quem iniciar suas funções na empresa, seu salário inicial será de R\$ 250,00, e, conforme o acordo, todos os trabalhadores receberão duas cestas básicas em torno de 20 kg, uma em junho e outra em agosto, e ainda a tradicional de final de ano.

Todas as cláusulas sociais já existentes no acordo do ano passado foram garantidas neste novo acordo firmado (SINTRIAL, 1996).

Esta estratégia, ou pelo menos a estratégia de encerramento da paralisação, é passível de ser compreendida uma vez inserida no contexto nacional da luta operária daquela época. Tais desfechos de embates sindicais favorecem duas interpretações. A primeira de que o sindicato ganha liberdade de negociar tendo como legítimo beneficiado os seus associados. A segunda, que este modelo de negociação fatiada promove uma facilitação no sentido de buscar acordos que possam beneficiar apenas alguns operários da categoria e não a categoria no todo. Isto se comprova sob o prisma de que cada acordo coletivo se aplica a uma fatia da categoria que opera na empresa em que foi estabelecido o acordo, os demais se submetem aos acordos feitos em suas empresas. A legitimidade sindical de representar a totalidade de uma categoria, inclusive segundo a lei, com claro recorte territorial, cai por terra.

Após o desfecho da greve, o movimento sindical da indústria alimentícia de Concórdia buscou aumentar sua representatividade e inserir em sua rotina as negociações salariais anuais por meio de dissídios coletivos. Esta transformação na

entidade se deve aos novos atores da organização, como é o caso dos membros da direção da entidade eleitos pós 1990, bem como a colaboração do Sindicato dos Comerciários, os quais tinham uma orientação política e sindical calcada nos princípios e estratégias da CUT, que primava pelo prisma da negociação aberta, que nas grandes cidades e grandes sindicatos, já não era novidade.

A estratégia de ampliação dos espaços de negociação coletiva seria perceptível principalmente nos pólos mais desenvolvidos do sindicalismo, tais como o dos metalúrgicos do ABC paulista. Surgiram, portanto, o que vários autores salientaram como sendo “novas relações de trabalho”, caracterizadas pelos novos estilos de negociação entre capital e trabalho.

É claro então que o sindicalismo já não poderia representar e apresentar a mesma combatividade das décadas anteriores, fato que facilmente podemos identificar em um movimento que alguns intelectuais classificaram como crise do sindicalismo nacional.

É claro e notório que sob a era neoliberal, ocorreu uma mudança qualitativa na direção social-democrata do Novo Sindicalismo, passando de uma orientação de confronto para uma orientação propositiva. Isto então, como já observamos, indica o desenvolvimento de um “sindicalismo de resultados”, mais disposto ao diálogo que ao confronto com o capital.

O sindicalismo brasileiro da segunda metade da década de 1990 tende a não demonstrar a mesma vitalidade política, em busca da adesão das massas, da década anterior, apesar de o índice de greves ainda ser significativo. “Nos primeiros anos desta década de noventa, houve queda do número de greves, mas, ainda assim, elas se mantiveram em patamares relativamente próximos aos da média do período mais recente, isto é, a partir de 1985” (NORONHA, 1994, p. 331).

A diminuição das greves no cenário nacional pode ser representada mediante os gráficos do DIEESE, apresentados por Alves, os quais apresentam uma clara relação entre o número de greves no país e o número de grevistas no período de 1990 a 1997, período em que é mais forte a interiorização da dinâmica do Novo Sindicalismo.

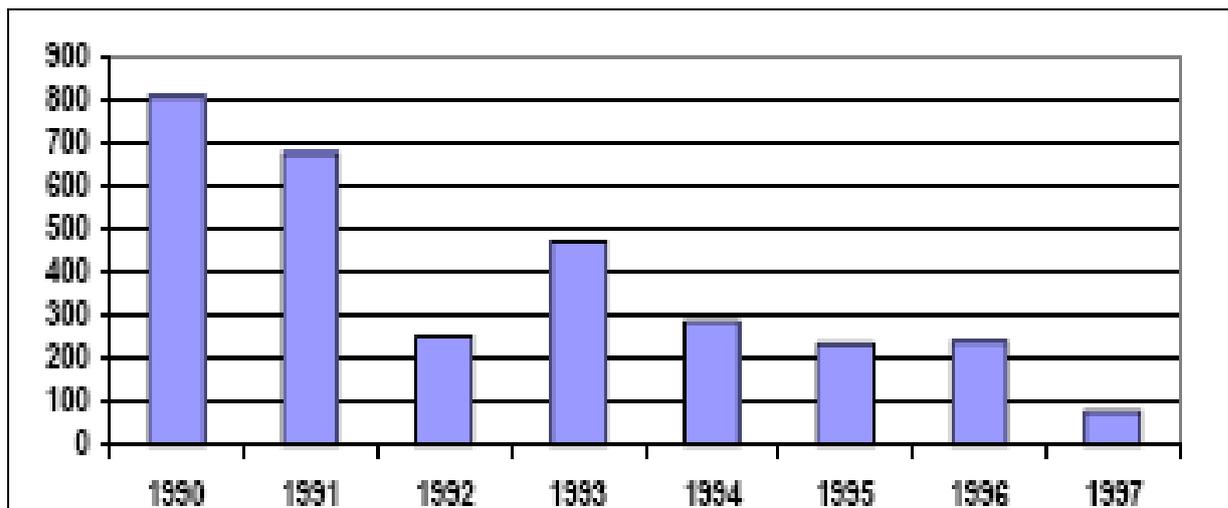


Gráfico 1 – Número de greves no Brasil (1990 – 1997)

Fonte: Alves (2000).

O gráfico elaborado pelo autor, tendo como base dados do DIEESE, demonstra que a queda do número de greves no Brasil é maior depois de 1993. Esta análise de Alves (2000) encerra em 1997, concomitante a nosso recorte, e demonstra que neste último ano – 97 – o número de protestos é muito pequeno se considerarmos dados, por exemplo, de 1990, ano em que o número ultrapassou 800 greves. O número de greves pode ser comparado com o gráfico a seguir do mesmo autor, que apresenta o número de grevistas envolvidos nestes movimentos na mesma década – 1990.

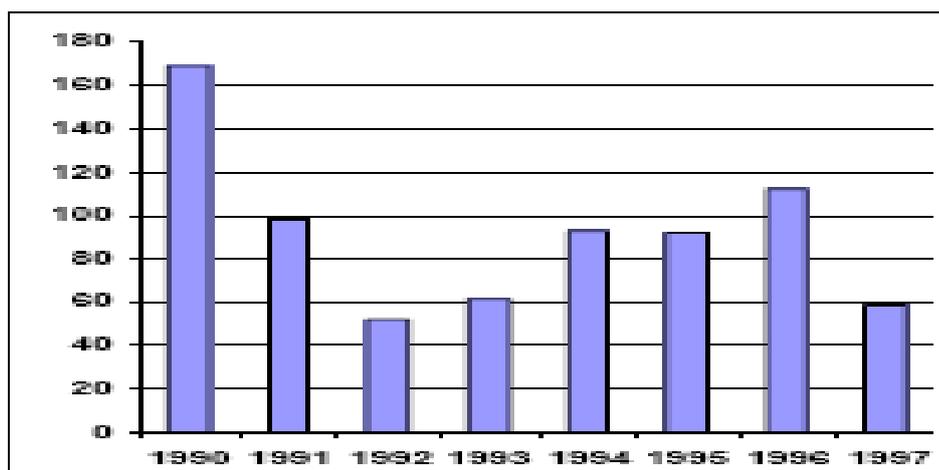


Gráfico 2 – Número de grevistas no Brasil (1990 – 1997) (em milhares)

Fonte: Alves (2000).

Há que se destacar que o número de indivíduos grevistas não apresenta uma linha retilínea de acréscimo ou decréscimo. A oscilação ano a ano nos números apresentados é normal quando associamos os mesmos ao uso desta estratégia

pelas Centrais Sindicais e seus sindicatos afiliados. Como já apresentamos, em 1996 a Greve foi um último ensaio sindical, utilizando o movimento grevista, usado pelos sindicatos nos anos 1990, frente a problemática do desemprego e outros problemas da sociedade brasileira daquela época.

É bom lembrar que em 1996, a Greve promovida pelo Sintrial em Concórdia buscava discutir e chamar a atenção da comunidade para os problemas da categoria e da sociedade, envolta na estratégia de governo neoliberal.

Esta “crise” sindical não dispensou do palco o sindicato, uma vez que as disputas em busca dos cargos das direções continuavam acirradas. Em Concórdia, no Sintrial, isso não foi diferente. Os processos eleitorais das direções sindicais da entidade de 1996 e 1999 apresentaram grandes disputas nos pleitos. Os vetores envolvidos eram, na época, CUT e Força Sindical, que pleiteavam a eleição de suas chapas aliadas. Estes fatos mostram que a luta sindical não esmorece e se perpetua, embora com novas estratégias, pela história.

A partir de 1996, em Concórdia, semelhante a outra grande parte do país, as negociações coletivas ganharam espaço e tornaram-se rotina nas entidades sindicais. Os processos de negociação tornaram-se públicos e exigiram assembleias. A luta e a causa sindical confundiram-se com os objetivos do sindicalismo. É comum que encontremos entre os associados os que consideram o sindicato o caminho mais curto para o reajuste salarial.

Os discursos da “economia solidária” levaram as organizações sindicais a operarem no sentido de solidificarem empresas de caráter cooperativo, no sentido de, segundo Tedesco (2001, p. 17), criar alternativas minimizadoras do desemprego e da impossibilidade convencional de obtenção de renda por uma parcela significativa da sociedade. Na região temos como referência os casos de Erechim, citados por Zanella (2004, p. 358), da Alumifer e a Cooperli.⁵⁹ Em Concórdia o fomento a esta área também ocorre:

A nova diretoria do Sintrial tomou posse sábado, dia 29, prometendo apoio a formação de novas cooperativas de trabalho, dentro da filosofia de

⁵⁹ Trazemos a tona a experiência de Erechim, uma vez que este município que fica a menos de 100 km de Concórdia, sempre apresentou-se para discussões inter-sindicais, principalmente no campo do trabalho na indústria de alimentação (Sintrial). Em muitos momentos, as estratégias de ambos, Erechim e Concórdia, se assemelham. Dos dois casos de iniciativa cooperativista que citamos acima, a Alumifer (Cooperativa Alumifer Ltda.) foi formada por 25 trabalhadores metalúrgicos especializados na fabricação de painéis de alumínio. Devido à falta de pagamento de salários, o grupo ocupou a empresa e ganhou judicialmente o direito de gestão sobre a mesma. No caso da Cooperli, sua formação surge da iniciativa de cinco mulheres desempregadas da cidade de Erechim e que tinham uma habilidade comum: o corte e costura. O Sindicato dos Metalúrgicos de Erechim apoiou a idéia por intermédio de um programa específico.

“Sindicato Cidadão”. Dentre os projetos que já receberam apoio do Sindicato estão a Cooperativa dos Cortadores de Pedra (Coopedra) e a Cooperativa dos Catadores de Lixo (Colibri). De acordo com o presidente do Sintrial, Neuri Santhier, o cooperativismo é uma das peças fundamentais para a geração de emprego e renda (SINTRIAL, 2006).

Ambos os projetos apresentam um caráter social fortíssimo. O primeiro, da Coopedra, reúne operários de um bairro periférico, criado a partir da necessidade de reassentar moradores irregulares da área urbana do município, que encontraram na atividade de corte de pedras para a construção civil e pavimento uma forma de subsistência. O segundo, a Colibri, é um projeto de parceria entre entidades que organizou os catadores de papelão, bem como os moradores do antigo lixão da cidade, que foi desativado frente a construção do aterro sanitário. Os catadores que participam da Cooperativa receberam casas novas, estrutura para a empresa e assessoria administrativa.

Isto demonstra que a força combativa que o Sintrial, em Concórdia, apresentou nos anos 1980, com a tomada da direção, apagou-se por força de um viés estratégico e a dinâmica sindical passou a ser atrelada as ações da Central Sindical, neste caso em particular à CUT. Isto não significa que a estratégia inicial, ou seja, a combatividade, não resultou em nada, mas que aquela estratégia não se perpetuou.

Após a década de 1990, o Sintrial tomou novos rumos, disputando novos espaços de debate e discussão. A mesa de negociação coletiva vem a tona anualmente e apresenta uma dinâmica formalizada e burocratizada pela sua repetição histórica.

Nenhum outro embate significativo ocorreu no campo da defesa dos direitos dos operários da indústria alimentícia, o que nos leva a duas conclusões. A primeira de que é notório que a Sadia amainou suas relações com o operariado, abriu outros níveis de discussão e debates internos, frente ao que o sindicato perdeu espaço. A adoção do Prêmio anual (PPR), pago aos funcionários que cumprem regulamentações e metas preestabelecidas, apresenta-se como uma forma de desmobilizar os sindicalizados à combatividade. A segunda conclusão é a de que o Sintrial perdeu bandeiras. As negociações salariais apresentam índices semelhantes ano após ano. O reajuste anual já não é uma surpresa boa aos operários, já o PPR sim. O envolvimento da estrutura sindical nos pleitos eleitorais e, no cargo, o silêncio

em torno do debate do universo do trabalho na indústria alimentícia desmobilizou os sindicalizados.

Não é possível afirmar que alguém falhou na condução do processo de sindicalização dos operários da indústria alimentícia de Concórdia. Dizemos isto com base no fato de que o sindicalismo nacional passa, na década de 1990, por uma profunda renovação e reestruturação. A visibilidade já não é a mesma e a tarefa de buscar novas adesões já não é fácil. O principal motivo da desmobilização do operariado frente a sua representação sindical, em Concórdia, se dá por diversos motivos. Um deles é o foco da luta. O outro, os interesses dos operários. Espaços no cenário político nacional foram conquistados, o que certamente colaborou no sentido de reforçar a idéia de descartabilidade das entidades sindicais.

Consideramos que algumas conclusões se fazem necessárias neste ponto do texto. São elas:

- a) O discurso já não é mais o mesmo. É claro e evidente que o discurso combativo das entidades sindicais de Concórdia dos anos 1960 e 1970, já não é o mesmo. Dizemos isto sob o ponto de vista da radicalidade da luta, da preocupação desenfreada em fazer-se pública, das estratégias de greves, paralisações ou outros motins que obrigassem as empresas a rediscutir seus processos e suas relações com o social (no campo dos direitos sociais dos trabalhadores) e com os próprios trabalhadores.
- b) É preciso perceber que a ideologia neoliberal não se apresenta como tendência eterna, o que não é novidade. Podemos reforçar este argumento tomando como base o ideário do trabalho que se sobrepôs ao ideário liberal nas eleições de 2002. No entanto, isso pode apresentar, como foi no caso que aqui analisamos, um grande problema, já previsto no ideário marxista: “Por isso é de início o pensamento proletário apenas uma teoria da práxis para só a pouco se transformar (muitas vezes por saltos, é certo) numa teoria prática transformadora da realidade” (CRUZ, 2000, p. 202). Sendo assim, a articulação sindical pode ter sentido de forma forte a ausência do inimigo neoliberal no cenário político nacional. O arrefecimento da luta pode ter surgido, ou se acentuado, aí.

Assim, é possível chamar a luz deste debate um recorte de Cruz (2000, p. 211):

Se o movimento sindical deseja dar respostas às aflições da classe trabalhadora precisa romper definitivamente com o empirismo cego, parar de dizer 'não a teoria' ou embarcar no modismo pós-modernista (a doença infantil da pós-modernidade). Enquanto não se constitua outro método capaz de dar respostas às perguntas que a classe trabalhadora faz sobre a sociedade, é preciso ter a coragem de reafirmar o marxismo como método privilegiado de análise do capitalismo, e como instrumento privilegiado da práxis do movimento operário, porque uma visão reificada/fragmentada da realidade não faz mais que repetir o Monsieur de La Palice, já dizia Marx, que se a aparência exterior das coisas coincidissem com sua essência interior, então toda ciência seria supérflua.

Percebemos, contudo, um dilema. A classe trabalhadora dos escritos de Cruz, não parou de perguntar, talvez por não se conformar com ideologias pré-concebidas e talvez por não compreender o cenário ideológico a não ser a partir de seus próprios problemas cotidianos. Se assim o é, então não estamos distante da conclusão de que as ideologias no momento atual precisam promover alterações conjunturais visíveis nos cenários particulares para se solidificarem enquanto ideologia de massa.

Esta não é apenas uma preocupação teórico-metodológica deste nosso trabalho e de tantos outros teorizadores deste campo no Brasil, mas também uma preocupação constante dos movimentos articuladores de categorias, ou seja, organizar-se e solidificar-se sobre um caderno ideológico que sustente o movimento na sua condição clássica.

Parafraseando Cruz (2000, p. 211), "o discurso não reflete apenas a realidade, mas se objetiva nela". Sendo assim, não há como determinar um caminho teórico ou até uma prática para os movimentos sindicais, se não redescobriremos as múltiplas facetas da realidade social. Isto perpassa pelo fato de que não sabemos muito bem ainda no que se transformaram os ideários clássicos que operaram no Brasil dos anos 1960 a 1990, que permitiam uma luta com inimigos claros e combatidos diuturnamente. Aguardemos os passos da história.

CONCLUSÃO

O sindicalismo nacional cercado de uma imagem forte de combatividade e luta gerada por um momento histórico, que alguns autores afirmam ter sido um passo grande na história, é fruto de um cenário econômico obviamente. No entanto, não podemos deixar de notar que a estratégia dos poderes constituídos, em alguns momentos, até mesmo em níveis ditatoriais, contribuiu em muito para o fortalecimento das entidades sindicais.

Afirmamos isto frente ao fato de que por longa data, mesmo perseguido, fechado e invadido, com a presença de interventores a serviço do estado, o sindicalismo se apresentou como possibilidade de transformação. Nenhuma outra instituição ou outro movimento se fez tão forte e seguro pela história como o foi o sindicalismo brasileiro.

O objetivo de articular os trabalhadores lhes dá segurança e força. Claro que em alguns momentos as entidades confundiram-se claramente com as empresas. Isto, na maioria das vezes, nem era percebido pelos associados da entidade, fato que o sindicato estava acima de suspeitas. Isto se dá por que a vinculação histórica da luta pela defesa dos direitos e dos oprimidos se tornou, com o passar dos tempos, voluntariamente ou não, um apelo mercadológico. Não é preciso conhecer quem lidera o sindicato ou nem mesmo seu nível de interesse com os trabalhadores, basta apenas participar.

O trabalho que ora se apresenta busca cumprir seu objetivo, ou seja, levantar, a partir do sindicalismo articulações de fatos e relações históricas ocorridas no município de Concórdia. Tomamos o devido cuidado, embora em alguns momentos não tenhamos sido competentes, de manter-nos em uma linha articulada e realista sem avançar ingenuamente, ou até mesmo irresponsavelmente, em uma discussão radical de defesa do movimento sindical.

Como já dissemos anteriormente, e com grande esforço apresentamos no primeiro capítulo, o sindicalismo é repleto de méritos, tanto é que se perpetua pela história nacional. Tais méritos são garantidos por grandes vitórias históricas, de debate, de defesa, de criação de espaços, de normatizações que beneficiaram sobremaneira os trabalhadores.

Com o objetivo de fortalecer e de apresentar a importância e a legitimidade da luta sindical nacional, é que apresentamos o texto referente ao primeiro capítulo de nosso trabalho. Consideramos aqui que, talvez de forma excessivamente minuciosa, a abordagem lá apresentada deu grande impulso e localização ao trabalho no todo, uma vez que naquele primeiro trecho está posto o cerne de todo nosso trabalho, o sindicalismo.

Muito já se escreveu sobre sindicalismo no Brasil, isto está longe de ser uma afirmativa de que o tema esgotou-se, muito pelo contrário. Muitos autores consagrados passaram suas vidas acadêmicas estudando e produzindo sobre o tema. Neste fato residiu nosso inimigo, ou seja, como discutir sindicalismo sem repetir método, discurso ou abordagem? Assim nasceu a viabilidade metodológica de proceder o estudo do geral para as particularidades. Isto justifica a realização do segundo capítulo que apresentou um recorte local de força e importância – refiro-me a Sadia – que serviu de degrau para a discussão.

De fato a agroindústria na região de Concórdia apresentou-se, principalmente nas últimas três ou quatro décadas, extremamente forte e viável ao investimento. Isto se dá frente a mão-de-obra do local, que existia em proporção a ocupar os postos criados pela industrialização e de outra forma, pela matéria-prima que é característico na região. Isto tudo apresentou-se e discutiu-se no segundo capítulo e serviu para solidificar o atrelamento e as ingerências que a empresa promovia no cenário local.

Não é novidade, nem mesmo arriscado, afirmar que a agroindústria Sadia S. A. Criou, com o município de Concórdia e seus limítrofes, um laço de pertencimento e de necessidades mútuas. Sendo assim, é muito fácil encontrar quem diga que sem a agroindústria o referido território não seria o mesmo. Este entendimento, arraigado no imaginário popular, contribui para reforçar o argumento de que o tema aqui abordado, e da forma como o foi, tem uma relevância grande, não no sentido de quebrar paradigmas, mas de construir um debate novo sobre um tema que até então, na região, estava esquecido pelos pesquisadores.

Apresentar a empresa Sadia ao leitor foi um esforço muito grande. Primeiro por não termos tido a oportunidade de buscar informações da própria empresa. Pareceu-nos que dizer “estudo do sindicalismo”, ainda assusta e é sinônimo de proibido. Segundo porque o sindicato, no caso o Sintrial, está repleto de argumentos, alguns até depreciativos, contra a empresa. É comum ouvir

sindicalistas dizendo que a “Sadia explora, expropria, mente, ajuda quem quer e condena quem quiser”, mas nada disso passa da fala. A documentação é exígua. Mesmo assim nos aventuramos na empreitada e consideramos que, guardadas as devidas proporções, a empresa foi apresentada de maneira satisfatória.

A “tomada do sindicato” é um nó histórico que os líderes sindicais de Concórdia proclamam aos quatro ventos. Ocorrida na segunda metade de 1980 e primeira metade de 1990, a reestruturação na direção sindical forçada por uma articulação dos operários mostrou ao povo de Concórdia o que de há muito se fazia pelo país. Reuniões e encontros na calada da noite, o uso da regimentação eleitoral em favor da chapa de esquerda, o sigilo nas negociações e o embate duro e articulado deu aos operários a oportunidade de transformar um sindicato “pelego” em sindicato operário e de esquerda.

A combatividade que se viu neste primeiro momento de comando operário na entidade sindical foi reflexo das estratégias no cenário nacional. Embora nacionalmente a luta já se arrefecia, em Concórdia o momento combativo nascia. Isto não se dá pelo fato de que aqui se estava atrasado, mas de que se buscava incansavelmente seguir o exemplo dado por outros sindicalizados ingerentes na história nacional, como é o caso dos metalúrgicos.

Os anos 90 revelaram uma mudança de período histórico no Brasil com graves conseqüências para o sindicalismo. O desfecho da polarização política e ideológica construída na década anterior foi a constituição de uma nova institucionalidade burguesa, legitimada pelo processo constituinte e a implantação do projeto neoliberal. Alteraram-se profundamente os fundamentos do Estado brasileiro (privatizações de empresas e serviços; desregulamentação e liberalização dos mercados etc.) e as relações de trabalho.

Surge um “novo sindicalismo”, calcado em negociações e discussão, mais em resultados do que em lutas. Tal estratégia não favorece a visibilidade das entidades sindicais, por conseguinte o nível de filiados estagnou-se.

Quando nos propomos a estudar o sindicalismo como pano de fundo de um debate mais preocupado com descortinar um nó histórico do que propriamente discutir sindicalismo, tínhamos em mente, e claramente, o fato de que era preciso mostrar ao leitor os diferentes momentos históricos do sindicalismo nacional. Esta estratégia seria necessária frente ao fato de que é necessário aclimatar o leitor ao tema que lê.

Se o sindicalismo, em sua historicidade, se apresentou, no caso brasileiro, como alternativa de salvação de classes ou não, jamais esteve em nossa proposta metodológica. No entanto, no transcorrer dos acontecimentos isto tornou-se inevitável.

A CUT aparece na história como a grande motivadora desta nova ação sindical. Muitos são os discursos em busca da reconstrução de uma nova ideologia e prática sindical. A disputa de outros espaços que não apenas os da fábrica, tornava-se assunto no topo da pauta do sindicalismo. Conquistar espaços no legislativo ou no executivo dos estados e municípios, significava, aos sindicalistas dos anos 1990, uma possibilidade mais harmônica de busca e de atendimento dos interesses da categoria.

Na cidade de Concórdia, até mesmo pelo seu atrelamento a CUT, não poderia ser diferente. Como bem dissemos em nosso texto, os interesses no final dos anos noventa já não eram os mesmos, tanto os interesses da categoria quanto os dos dirigentes sindicais. Dificilmente se verá no discurso dos dirigentes dos anos noventa o mesmo furor, apego a causa e audácia estratégica que claramente se ouviu nas palavras de Peccini e Corassa, dois ex-sindicalistas que foram importantíssimos para nos ajudar a compreender o movimento de sindicalização dos operários da indústria alimentícia de Concórdia.

A partir do final da década de 1990 torna-se claro o arrefecimento da luta e da combatividade sindical. Alguns autores se referem a este momento como um processo intenso de redefinição e rupturas; alterações essas no horizonte das estratégias de representação, de ações, de proposições, de reivindicações e de perspectivas. Isto se dá frente a nova organização do mundo do trabalho, ou seja, os processos de produção, comercialização e informação já não são os mesmos. Também não são os mesmos os formatos de representação política e de classes. Em geral, isto se dá em virtude da desestatização, da desnacionalização, da des-sindicalização e do desassalariamento. Isto explica o fato de que nossa abordagem não se aventura para os anos do novo milênio. A transformação e reestruturação, em nosso entendimento, ainda não se concluiu e está distante de tal. Assim, seria possível que uma aventura por este período se configura-se em um erro metodológico, principalmente ao tratar-se de fontes para viabilizar tal discussão no cenário.

Escrever e registrar sobre a História recente, tendo como pano de fundo fatos e pessoas vinculadas ao tema que ainda convivem neste cenário, que possuem diferentes interpretações e visões de criticidade muitas vezes causadores de polêmicas, como o são os fatos ligados as estruturas sindicais, foi um desafio que gerou uma hesitação inicial. A exposição, no entanto, é um tributo pequeno diante da satisfação de ter buscado compreender, criticar e analisar a história do movimento sindical das categorias da indústria alimentícia Concórdia. Tendo em vista que esta história perpassa e enreda-se num contexto de evolução histórica do município.

Na História, a análise e o registros dos fatos dependem da posição em que se olha para eles. Assim, é possível que, após este trabalho, soframos inúmeras críticas, algumas construtivas, outras indigestas, porém, o ofício do historiador também é a lida com as críticas e as diferenças e, a partir destas, construir novos horizontes que exigirão a quebra de outros paradigmas.

A validade desta pesquisa está na possibilidade de compreendermos que a história não se faz somente de grandes heróis, que por muitas vezes foram imortalizados em páginas e páginas de relatos ou obras, mas também de pessoas anônimas, que desconhecem, em muitos casos, os verdadeiros motivos e conseqüências de suas ações e que, no entanto, moldam trechos e fatos grandiosos na construção histórica. Que também não se faz história apenas com possibilidades metodológicas clássicas, mas que basta plausibilidade mínima para que se avance e descortine-se a temática.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – pós 1930. 2. ed. v. IV. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

ALVES, Giovanni. Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978 - 1998). **Revista de Sociologia Política**, n. 15, Curitiba: UFPR, nov. 2000.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Júlia Falivene. **Metrópoles: cidadania e qualidade de vida**. São Paulo: Moderna, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus o trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A rebeldia do Trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **O que é sindicalismo**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BELIK, W. In ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: O caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1996.

BRASIL. **Preâmbulo do Ato Institucional Número Um de 9 de abril de 1964, publicado como introdução ao Ato Institucional Número Cinco de 13 de Dezembro de 1968**. Disponível em: <http://pt.wikisoure.org/wiki/Ato_Institucional_N%C3%BAmero_Cinco>. Acesso em: 9 jan. 2006.

BÜCHELE, Maria da Graça Silva. **Retalhos Históricos das Comunidades II**. Concórdia: Equiplan, 2000.

BUDANT, Adelmo. **Sindicalismo**. Entrevista concedida a Ivandro Jose Pissolo, Concórdia, 2005.

CAFIERO, Carlo. **O capital**: uma leitura popular. São Paulo: Polis, 1990.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A classe operária vai ao sindicato**. São Paulo: Contexto, 1988.

CHAPA DE OPOSIÇÃO. **É hora**: Oposição. Concórdia, 1990, (panfleto).

CORASSA, Alziro Mezalira. **Sindicalismo e oposição** – a tomada do sindicato. Entrevista concedida a Ivandro Jose Pissolo, Concórdia, 2005.

CRUZ, Antonio. **A janela estilhaçada**. A crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIEHL, Astor Antônio; TEDESCO, João Carlos. **Epistemologias das Ciências Sociais, considerações introdutórias de um debate**. Passo Fundo: Clio, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ESCOLA SUL. **História da sociedade**. Florianópolis: CUT.

FAVERO, Remi Antonio. **Concórdia Santa Catarina**: A saga de pioneiros. Concórdia: Equiplan, 2004.

FERNANDES, Iburici. **Sindicalismo na Sadia**. Entrevista concedida a Ivandro José Pissolo, Neuri Santhier e Evandro Pegoraro. Concórdia, 2004.

FERREIRA, Antenor G. Z. **Concórdia**: o rastro de sua história. Concórdia: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

FERREIRA, Maria Margareth. **A imprensa operária no Brasil (1880 – 1920)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FONTANA, Atílio Francisco Xavier. **História da minha vida**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

FURLAN, Luis Fernando. **História Empresarial Vivida**. Depoimentos de Empresários Brasileiros Bem Sucedidos. São Paulo: Atlas, 1988.

GAMA, Ciro José da Silva. **Novos rumos do direito do trabalho**. 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=608>. Acesso em: 9 out. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HEINSFIELD, Adelar. **A Questão de Palmas entre o Brasil e a Argentina e a Colonização Alemã no Baixo vale do Rio do Peixe SC**. Joaçaba: UNOESC, 1996.

HOBBSBAWN, Erick. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

IANNI, Otávio. **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

INFORMATIVO INTERNO SADIA, ed. 35, set./out. 1978. Arquivo do Sintrial, 2005.

KONDER, Leandro. **Marx vida e obra**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LIDERANÇA DO MOVIMENTO DE PARALISAÇÃO. Concórdia. **Ata sem número**. Ata da Assembléia realizada dia 8 de julho de 1986, no refeitório da Sadia. Sem livro. Sem página.

LIMA, Márcia; SILVA, Rodrigues da; NOGUEIRA, João Carlos. **História do trabalho e dos trabalhadores negros no Brasil**. São Paulo: Papyrus, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. As sociedades de socorros mútuos italianas em São Paulo. In: BONI, Luis D. **A presença italiana no Brasil**. v. II. Porto Alegre: EST edições. 1988.

MANGABEIRA, W. **Os dilemas do novo sindicalismo**: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

MARAN, Mauri. **Movimento de 1986** – a greve de “dentro”. Entrevista concedida a Ivandro José Pissolo, Concórdia, 2005.

MARX, Karl. **O Capital, crítica e economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NASCIMENTO, Aurélio Eduardo do; BARBOSA, José Paulo. **Trabalho**: História e tendências. São Paulo: Ática, 1996.

NORONHA, E. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. (Org.). **O mundo do trabalho**. Crise e mudança no final de século. Campinas: Stricta/CESIT – UNICAMP, 1994, p. 331.

O ESTADO, Jornal. Edição 18 set. 1979.

OPOSIÇÃO vence. **A Notícia**, Santa Catarina, 21 set. 1990.

PECCINI, Justino Antonio. **Influência da agroindústria na vida colonial concordiense**. Entrevista concedida a Ivandro José Pissolo. Concórdia, 7 fev. 2006.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaio histórico e políticos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA. **Projeto Concórdia**: passado – presente – futuro. Concórdia: Equiplan, 1996. Catálogo.

RADIN, José Carlos; BENEDET, José Higino; MILANI, Maria Luiza. **Facetas da colonização italiana**. Planalto e Oeste catarinense. Joaçaba: Unoesc, 2003.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. **O Pacto ABC**: As relações Brasil – Argentina na década de 1950. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

REZENDE, Antonio Paulo. **História do Movimento Operário no Brasil**. 3. ed. São Paulo, 1993.

RIZZI, Aldais Tarcisio. **O capital industrial e a subordinação da pequena produção agrícola**. 1984. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica). Centro de Desenvolvimento e planejamento regional da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 1984.

RODRIGUES, I. J. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO, Júnior (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Marcos Vinicius Carvalho. **Qualidade de vida no trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões do movimento sindical brasileiro. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu. 1998. **Anais...** Caxambu, 1998.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: Comunistas e Sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.

SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1988.

SILVA, Marco Aurélio Dias da. **Saúde e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Best Seller, 1997.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. São Paulo: Campinas: Atual, UNICAMP, 1987.

SINTRIAL. A hora da verdade. 1990, (panfleto).

SINTRIAL. Ata de fundação da Associação. Dez. 1976. Arquivo Sintrial.

SINTRIAL. Carta sindical. Mar. 1978. Arquivo Sintrial.

SINTRIAL faz aposta no cooperativismo. Disponível em <http://www.adjorisc.com.br/jornais/ojornal/noticias/noticias_imprimir.phtml?id_noticia=7429> Acesso em: 14 abr. 2006.

SINTRIAL. Informativo mensal. Ago. 1993.

SINTRIAL. Informativo Sindical. Edição especial. Abr. 1996a.

SINTRIAL. Informativo Sindical. Maio 1996b.

SINTRIAL. Informativo Sindical. Jun. 1996c.

SINTRIAL. **Relatório do Movimento de Paralisação dos Funcionários da Sadia – Concórdia S/A Indústria e Comércio.** Concórdia, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

TEDESCO, João Carlos. Economia Solidária: novos processos e novas racionalidades no campo socioeconômico. In: TEDESCO, João Carlos; CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de. **Economia Solidária e reestruturação produtiva:** (sobre)vivências no mundo do trabalho atual. Passo Fundo: UPF, 2001.

_____. **Nas cercanias da memória.** Passo Fundo: UPF, 2004.

_____. **Paradigmas do Cotidiano, Introdução à constituição de um campo de análise social.** 2. ed. Passo Fundo: UPF/ Unisc, 2003.

_____; SANDER, Roberto. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros.** Lógicas e contradições no processo socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960). Passo Fundo: UPF, 2002.

TELLES, Jover. O movimento sindical no Brasil. Rio de Janeiro: Vitória: 1962. In: SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos:** Comunistas e Sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.

THOMPSON, Jhon B. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa a corte celeste**: memórias de sertanejo e a Guerra do Contestado. Caçador: UnC, 1998.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

WEFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ZANELLA, Anacleto. **A trajetória do sindicalismo no alto Uruguai gaúcho (1937 - 2003)**. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.